

CHICO DE GOIS
SIMONE IGLESIAS

O LADO

B

DOS CANDIDATOS

Histórias que o eleitor não vai ver na propaganda eleitoral, mas que contam quem realmente são aqueles que querem chegar à Presidência.



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.org](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Ficha Técnica

Copyright © 2014, Chico de Gois e Simone Iglesias

Diretor editorial: Pascoal Soto

Editora executiva: Maria João Costa

Preparação de texto: Bruno Correia

Revisão de texto: Tiago Ramos

Produção Gráfica

Direção: Eduardo dos Santos

Gerência: Fábio Menezes

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
Gois, Chico de

O lado b dos candidatos / Chico de Gois, Simone Iglesias. – Rio de Janeiro: LeYa, 2014.

ISBN 9788544100684

1. Candidatos políticos – Brasil 2. Eleições – Brasil 3. Brasil – Política e governo I. Título II. Iglesias, Simone
14-0557 CDD: 320.981

2014

Todos os direitos desta edição reservados a

TEXTO EDITORES LTDA.

[Uma editora do Grupo LeYa]

Rua Desembargador Paulo Passaláqua, 86
01248-010 – Pacaembu – São Paulo – SP – Brasil

www.leva.com.br

*A Pabline
pelo presente do tempo*

(Chico de Gois)

A meus pais, que me carregavam criança a comícios e reuniões partidárias, tornando a política parte da minha vida.

A Guilherme, que tornou essa jornada possível.

A Santiago, por iluminar os meus dias.

(Simone Iglesias)

AGRADECIMENTOS

Este livro nasceu de diálogos. Num almoço em Brasília, a editora executiva da LeYa, Maria João Costa, ouvia Simone Iglesias e Chico de Gois falarem sobre as projeções políticas para 2014 quando, sem entradas, foi direto ao prato principal: “E se fizéssemos um livro sobre o outro lado dos candidatos a presidente, falando de coisas que eles não vão falar no horário eleitoral?” Maria João é uma mulher de ideias e visão e, naquele momento, nossos olhos brilharam. Topamos na hora. A ela, nossos agradecimentos pela confiança, pela paciência, pelo profissionalismo, pela amizade.

Durante os quase 12 meses de trabalho, o livro nos consumiu e nos afastou, em alguns momentos, de pessoas amadas, de nossa família. Por isso, agradecemos o companheirismo e incentivo de Guilherme Monte Costa, Santiago Iglesias Monte Costa, Leonardo Maciel de Gois, Matheus Maciel de Gois e Pabline Reis. Sem o apoio deles, sem a torcida, sem a compreensão, este livro não seria possível.

Queremos agradecer aos amigos que torceram, palpitararam, deram dicas, mesmo virtualmente, durante este trabalho. Nossos sinceros agradecimentos a Ana Paula Gois, Andréia Iglesias, Luiz Iglesias, Gustavo Iglesias, João Rocha, Edson Rossi, Vitor Nuzzi, Primo Ribeiro, Severino Motta, Marina Mello, Priscila Lambert, Rosangela Araújo, Angela Maria de Araújo, Rosani Araújo, Alberto Lima, Magno Martins, Telmo Flor, Carlos Bastos, Jair Krischke, Francis Maia, Adroaldo da Cunha Portal, Raquel Maldonado e, especialmente, pelo colo e pelas orações de Carmelita Mariana de Gois e Marli Iglesias. Um agradecimento a Luiz Antônio Iglesias, que serviu de guia nas idas a Porto Alegre para entrevistas. Também queremos agradecer à generosidade de Carlos Araújo e Sereno Chaise, sempre dispostos a compartilhar histórias, e à memória prodigiosa de Pompeo de Mattos e Alceu Collares.

Este livro é um apanhado de histórias construídas por meio de pesquisas, entrevistas e conversas com dezenas de jornalistas, políticos e assessores que pediram para não ser identificados para, desta forma, poderem falar sem patrulhas ou policiamento. Eles foram fundamentais para entendermos contextos, sabermos de detalhes e conhecermos histórias novas sobre cada candidato. Por fim, um agradecimento especial ao chefe de redação da sucursal de Brasília de *O Globo*, Sérgio Fadul, e ao coordenador de Política da sucursal, Paulo Celso Pereira, por nos incentivarem nessa jornada.

INTRODUÇÃO

A eleição presidencial de 2014 terá uma marca que, literariamente, poderia ser classificada como “A luta de uma vovozinha contra dois netinhos”. Sem menosprezar os três principais candidatos ao posto máximo de mandatário do país, Dilma Rousseff (PT), a avó de Gabriel, irá defender seu governo e mais quatro anos no poder contra Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB), que vêm de famílias cujos avôs marcaram a época em que viveram. Tancredo chegou a ser eleito presidente da República, o primeiro após a ditadura de 21 anos que se abateu sobre o país, mas, por força de uma doença, não chegou a governar. Miguel Arraes foi governador de Pernambuco em três ocasiões, viveu exilado na Argélia e só regressou ao país em 1979, graças à Lei da Anistia. Tancredo e Arraes, embora integrassem o PMDB num primeiro momento, pertenciam a alas distintas e respeitavam-se, mas nunca foram amigos.

Aécio e Eduardo também tiveram um currículo político em comum. Os dois foram governadores de seus estados em dois mandatos, muito bem avaliados. Aécio fez seu sucessor. Eduardo tenta emplacar o seu nesta eleição. Tanto o tucano quanto o socialista tiveram acesso ao mundo das negociações e da administração atuando como “pastinhas” de seus avôs. Eduardo chegou a ser secretário da Fazenda de Arraes; Aécio, apenas chefe de gabinete. O caminho dos netos se cruzou pelos corredores da Câmara, onde ambos exerceram mandatos.

Enquanto os dois davam seus primeiros passos na política por meio das urnas, Dilma Rousseff já havia participado da História atuando na clandestinidade e no enfrentamento à ditadura. Das ruas, foi levada aos porões, onde foi torturada e permaneceu encarcerada por mais de três anos. Deixou a prisão para se tornar uma burocrata, depois secretária de Estado, ministra e presidente pelas mãos não de um avô, como os “meninos”, mas de quase um pai: o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A diferença entre os três é visível. Dilma é impaciente com subordinados, cobra um rigor que suplanta o militarismo, xinga a quem quiser e quando quiser, mas, por outro lado, é franca quando, raras vezes, elogia alguém, importa-se com algum auxiliar específico a ponto de se interessar verdadeiramente sobre o estado de saúde dele, e tem uma fidelidade canina a Lula, a quem recorre toda vez que algum problema surge, quase como se ainda lhe fosse subordinada.

Aécio tem fama de *bon vivant*, gosta de festas e, até antes de se casar, aparecia com frequência ao lado de lindas namoradas. Enquanto Dilma recorre a Lula, Aécio tem em sua irmã, Andrea, uma orientadora e polidora de imagem. Os inimigos do tucano espalham histórias desabonadoras sobre ele, algumas bastante cabeludas, cujo conteúdo ninguém consegue provar. Por outro lado, é um homem que sabe construir adesões ao seu nome e é um bom negociador político.

Já Eduardo Campos é apontado por grande parte dos que o rodeiam como um *workaholic*, mas, ao mesmo tempo, impaciente, ditador, e que não gosta de ser contrariado. Ele esforça-se para representar o novo na política, mas recorre a velhas práticas, como empregar parentes na administração estadual e aliar-se a políticos considerados atrasados. Eduardo é pragmático, embora tanto ele quanto sua vice, Marina Silva, insistam que são programáticos.

O lado B dos candidatos quer mostrar a face mais humana de cada um dos três principais postulantes a se tornar presidente da República. Ao mesmo tempo, também destaca algumas irregularidades administrativas e posicionamentos políticos questionáveis. A intenção dos autores ao expor o lado não tão bonito de cada um é despi-los de qualquer pretensão de serem super-heróis ou salvadores da Pátria.

Endeusar quem está no poder ou atribuir-lhes dons que não têm é tirar o foco do essencial: o futuro presidente da República tem de ter inteligência, discernimento, praticidade, ética, dinamismo, amor pelo país acima de tudo, e ser capaz de romper as amarras com quem só está interessado em locupletar-se. Caberá ao eleitor escolher quem poderá vestir a faixa presidencial a partir de 1º de janeiro de 2015.



B

DE

DILMA

MATRIZ OU FILIAL

Era janeiro de 1986 e o calor úmido do verão de Porto Alegre causava incômodo aos convidados que chegavam ao centro da capital para a posse do novo prefeito, Alceu de Deus Collares. O pedetista havia derrotado Carrion Júnior (PMDB), Raul Pont (PT), Victor Faccioni (PDS) e Krieger de Mello (PTB), em uma campanha em que a vida pessoal do candidato eleito ganhara uma dimensão maior que as promessas e seu programa de governo.

A posse, portanto, não deixaria por menos.

Ao fim dos discursos, o cerimonial começa a organizar rapidamente o hasteamento das três bandeiras localizadas em frente ao prédio da prefeitura: a de Porto Alegre, a do Rio Grande do Sul e a do Brasil. Collares e Antônia, sua mulher, guiados por um funcionário, dão um passo à frente. O presidente da Câmara, ciente de que uma das bandeiras lhe cabia, se movimenta, mas é ultrapassado por uma loura, de salto alto, batom vermelho, vestindo um *tailleur*. Postada ao lado de Collares e Antônia, Neuza Canabarro assume a função. Quase em sincronia, a Banda de Porto Alegre, cujo maestro era amigo do prefeito eleito, faz-lhe uma homenagem e, em vez do Hino Nacional, entoa a música “Matriz ou Filial”.

Durante a campanha, o assunto recorrente entre os pedetistas e os adversários de Collares era o seu caso extraconjugal com a loura recém-chegada de Santana do Livramento, cidade gaúcha na fronteira com o Uruguai. O tema ganhou tamanha dimensão que o candidato precisou pedir auxílio ao coordenador de sua campanha, o então deputado estadual Carlos Araújo. Depois de muitos conselhos, mas percebendo que o amigo não abriria mão do romance, Araújo pediu que mantivesse discrição. Quem não gostou de saber do *affair* foi a mulher de Araújo, Dilma Rousseff, amiga de Antônia. Começava, com o namoro entre Collares e Neuza, um problema que acompanharia Dilma por muitos anos nos cargos que ocupou e que deixou de ocupar nos governos do PDT e do PT no Rio Grande do Sul.

Porto Alegre vivia um clima de expectativa com a volta de um trabalhista ao poder. Collares assumia um mandato curto, de três anos, necessário para ajustar o calendário eleitoral do país após a redemocratização.

Os pedetistas se orgulhavam do legado de Getúlio Vargas, João Goulart, Darcy Ribeiro, Alberto Pasqualini e Leonel Brizola, que governou o Rio Grande do Sul, de 1959 a 1963, tendo como meta modernizar os setores de energia e de comunicações. Para isso, estatizou duas empresas estrangeiras, a Bond & Share, que deu origem à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), estatal gaúcha até os dias de hoje; e a ITT, que se transformou na Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), privatizada entre 1996 e 1998, no governo de Antônio Britto (PMDB). Brizola ampliou em progressão geométrica as escolas estaduais, fundou a Caixa Econômica Estadual (extinta em 1998); a Refinaria Alberto Pasqualini e a Aços Finos Piratini, vendida em 1992 para a Gerdau. Brizola fez um bom governo. Os eleitores esperavam do trabalhista Alceu Collares grandes medidas.

Nos dias que antecederam a posse, o prefeito eleito e Araújo passaram um fim de semana em um hotel no interior do Estado montando o secretariado. No mapa inicial, Dilma seria secretária de Indústria e Comércio, mas acabou assumindo a Secretaria da Fazenda. Viveu, em dois anos e nove meses no cargo, um inferno político e administrativo.

Apesar da expectativa gerada, foi uma gestão marcada por problemas de caixa, brigas com os servidores e contenciosos partidários. Collares nomeou Neuza para ser sua chefe de gabinete, mas, tão

logo se separou de Antônia, a namorada foi alçada à Secretaria de Educação.

As finanças eram um problema para as prefeituras. Com a ditadura militar, os recursos públicos foram centralizados na União e, mais de vinte anos depois, o sistema não havia sido mudado. Dilma lutava, da mesma forma que outros secretários municipais da Fazenda, por uma reforma tributária. Cansada de esperar, colocou em prática uma minirreforma que mexia, basicamente, no sistema de cobrança do IPTU. Contratou técnicos e engenheiros para calcularem o valor real dos imóveis e dividirem a cidade em áreas, de acordo com o perfil econômico do contribuinte. Uma medida hoje comum, mas inovadora naqueles anos 1980. Os bairros mais pobres ganharam isenção do pagamento do imposto. Só com esta medida, Dilma conseguiu dobrar o valor anual arrecadado pela prefeitura com o IPTU. Quanto ao ISS, recolhido bimestralmente pelo município, determinou que seria pago em doze parcelas, dando descontos a quem quitasse o imposto à vista ou adiantasse o pagamento no decorrer do ano. As medidas deram certo, tiraram o governo do sufoco.

Apesar do sucesso dessas ações, Dilma não contava com três problemas que afetariam decisivamente sua gestão na Secretaria da Fazenda de Porto Alegre: a pressão de 20 mil servidores municipais por aumento, o alto custo dos projetos de Neuza na Secretaria de Educação e a determinação do prefeito em atender a todas as ideias da namorada. As finanças se deterioravam.

Dilma resolveu entregar o cargo em setembro de 1988, faltando pouco mais de dois meses para o fim do governo, com a justificativa de coordenar a campanha de Carlos Araújo a prefeito de Porto Alegre. Na verdade, havia chegado ao seu limite. Dilma vinha perdendo o comando das finanças para Neuza. No tempo em que trabalharam juntas, viveram em rota de colisão.

A secretária da Educação, contam pedetistas que atuaram no governo, era dispendiosa. Prevalecendo-se do fato de ser namorada de Collares, sua pasta era a que mais gastava e a que mais tinha orçamento disponível para trabalhar, mesmo que as secretarias da Fazenda, do Planejamento e da Administração vivessem cobrando dela e do prefeito contenção dos gastos.

Não havia jeito. Neuza não cedia. Collares não se envolvia, mas, quando pressionado, dava sempre razão a ela, jamais aos secretários ou aos auxiliares do partido.

Em permanente atrito com Neuza, com uma inflação nas alturas e com mais despesas do que receitas para administrar, era a hora de Dilma pedir demissão. Seu sucessor foi Políbio Braga, que migrou da Secretaria de Indústria e Comércio para a Fazenda, com o propósito de fechar as contas da gestão Collares. No livro de sua autoria *A Casa Civil*, publicado pela PB Editora em 1994, Políbio relata que, faltando três meses para o fim do governo, recebeu a prefeitura falida:

O déficit de caixa previsto chegava a Cz\$ 7,2 bilhões (em 2014, esse valor corresponderia a R\$ 172,7 milhões). Isto significava que não haveria dinheiro para pagar os salários de dezembro, quanto menos o 13º salário. Não havia um único centavo de provisão para essa despesa.

Ainda segundo Políbio, antes de deixar a Secretaria da Fazenda, Dilma lhe telefonou:

Deu-me este conselho curto e grosso: “Não vai, Políbio. Não bota o nome que tens nessa causa perdida.” No mesmo dia da minha posse, recebi um relatório assinado pelos secretários da Fazenda, da Administração e do Planejamento detalhando estes números dramáticos e botando o dedo na ferida: o descontrole fora provocado pela secretária Neuza Canabarro. A despesa do ano estava prevista em Cz\$ 26,8 bilhões (R\$ 642,8 milhões, em valores atualizados) e a receita, em Cz\$ 19,6 bilhões (R\$ 470,15 milhões). O desastre se avizinhava. Os remédios sugeridos no relatório, elaborado em estado de tensão pelos três secretários, não previam qualquer aumento de receita no último trimestre. Isto quer dizer que só sobravam as alternativas clássicas: 1) tomada de empréstimos; 2) corte de despesa.

Collares havia feito obras importantes, como a recuperação da Usina do Gasômetro e a construção da Avenida Beira-Rio, ainda hoje uma das mais modernas de Porto Alegre, mas, sem previsão alguma de

receita, a conta sobraria para seu sucessor. Na área da educação, apesar dos muitos desacertos orçamentários, ficaram de legado a construção de dezenove CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública, a escola de tempo integral criada por Darcy Ribeiro durante o governo Brizola no Rio de Janeiro).

Como coordenadora da campanha de Araújo a prefeito, Dilma chegou a ser indiciada pela Polícia Federal por propaganda irregular. Naquela época cabia à instituição fiscalizar as ações dos partidos. Segundo matéria do jornal *Correio do Povo*, de 27 de outubro de 1988, o indiciamento ocorreu pela utilização de outdoors, cartazes, faixas e pichações em locais proibidos. “De agora em diante”, advertiu o juiz, “como os partidos têm ciência da legislação eleitoral, todas as irregularidades irão diretamente à Polícia Federal e não haverá mais aviso aos infratores”, diz o texto. O recado bastou. O processo foi encerrado sem consequências legais.

A relação de Dilma com o casal Collares não acabou com sua exoneração da Prefeitura. Mesmo após sua saída traumática do PDT, em outubro de 2000, seguiu intensa. Já Presidente da República, Dilma indicou Collares para cargos na Petrobras e em Itaipu, além de receber insistentes pedidos de um cargo para Neuza no Ministério de Educação, que não foram atendidos. Apesar de todas as brigas e enfrentamentos, Dilma sempre teve por ele e por Brizola admiração. Foram altos e baixos, mas, nos dias de hoje, garante Collares, voltaram a ser grandes amigos.

Com o projeto de eleger-se governador em 1990, tudo o que Collares não queria eram sombras. Em vez de ajudar, atrapalhou a eleição de Araújo a sua sucessão. A gestão do PDT na Prefeitura não ajudava a reeleição do partido. Servidores municipais entraram em greve. Em função da paralisação dos garis, o lixo nas ruas se acumulava em pilhas gigantescas. A Prefeitura decretou situação de calamidade, mas, mesmo assim, Collares não cedeu aos grevistas, prejudicando a candidatura de Araújo, e só concedeu o aumento salarial depois que o amigo foi derrotado pelo petista Olívio Dutra. Havia mais dois motivos para a sabotagem. Collares tentou convencer Araújo a indicar Neuza como sua candidata a vice, mas a ideia nem chegou às instâncias partidárias. Foi vetada na hora, com o apoio de Dilma. Pesou, ainda, a pressão de Neuza sobre Collares para não ajudar o marido de sua ex-secretária da Fazenda.

Com o PDT fora do poder e Araújo líder do partido na Assembleia Legislativa gaúcha, Dilma retornou ao seu trabalho de economista na Fundação de Economia e Estatística e à atuação partidária como vice-presidente do PDT, onde trabalhava diretamente com Sereno Chaise, que foi presidente do partido por mais de quinze anos. Era Dilma quem se dedicava à elaboração dos programas de governo e abastecia o partido com dados técnicos para os debates na Assembleia. Coube a ela boa parte do plano de governo de Collares, eleito governador do Rio Grande do Sul em 1990. No PDT, era dada como certa a indicação de Dilma para a Secretaria Estadual da Fazenda, mas isso não aconteceu. Collares e Neuza, agora primeira-dama e com ainda mais influência do que antes, decidiram dar à companheira a presidência da Fundação de Economia e Estatística, para surpresa geral dos pedetistas, que atribuíram a decisão a uma clara retaliação por, na época da Prefeitura, Dilma ter trabalhado para conter os gastos de Neuza.

Dilma só se tornaria secretária estadual em 1993, dois anos depois que o PDT assumiu o governo. E por um motivo que nada tinha a ver com sua competência, mas para solucionar uma briga entre Araújo e Collares. No meio do mandato de Collares, Araújo foi novamente o candidato à Prefeitura de Porto Alegre. Desta vez, nem precisou haver sabotagens. Araújo perdeu porque o governo estadual ia mal, especialmente, porque Neuza implementou, na Secretaria de Educação, o Programa Calendário Rotativo. A ideia foi demonizada pelo PT – que estava na oposição –, pelos sindicatos de professores e pelos pais de alunos matriculados nas escolas estaduais. O programa consistia na criação de três calendários escolares no ano, para melhor aproveitar o espaço físico das escolas e, assim, acabar com a falta de

vagas. A ideia causou revolta porque ninguém queria sua rotina alterada, ficando sem as tradicionais férias de verão em janeiro e fevereiro.

O Calendário Rotativo virou um estigma para Collares e Neuza. Com o clima péssimo no PDT e com o casal a cada dia mais isolado no Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, Araújo resolveu agir. Sabia que a maneira de atingir Collares era atacando Neuza. Ele a queria fora do governo e do PDT.

Então deputado estadual e líder do governo na Assembleia Legislativa gaúcha, Araújo convocou uma reunião da bancada, treze deputados à época, numa cidade do interior, São Lourenço do Sul. Foram dois dias de discussão, ou, como lembra um dos deputados que estavam no encontro, foram dois dias de conspiração contra Collares. Ao fim da imersão, a decisão: todos voltariam a Porto Alegre e pediriam ao governador que demitisse Neuza. Em uma reunião na sede do partido, o combinado foi feito.

“Colocamos na mesa a situação toda, que Neuza virou um problema, que o Calendário Rotativo era um desgaste só. Fomos até lá pedir a cabeça dela. Collares disse que a gente estava fazendo o papel do PT e puxou uns cartazes dizendo horrores da Neuza. A reunião virou uma guerra. Ele disse que, se tivesse que tirá-la, deixaria também o partido. Foi aquela confusão. ‘Liga para o Brizola’, gritava um. Collares levantou para ir embora. Sereno colocou as mãos na porta e não deixou ele sair”, relembra um dos participantes da reunião, o ex-deputado Pompeo de Mattos.

Num determinado ponto, Collares se acalmou e propôs um armistício. Percebendo que o problema era Araújo, o governador usou Dilma para tentar conter a fúria do amigo. Sugeriu que ela fosse nomeada para a Secretaria de Minas e Energia, já que quem estava no cargo, Airton Dipp, acabara de se eleger prefeito de Passo Fundo e o partido precisava de alguém para substituí-lo.

“Dilma virou secretária numa guerra campal. De forma natural, não seria indicada, porque já tinha brigado com Neuza na prefeitura, e Neuza só consentiu porque se sentiu ameaçada”, relata Mattos.

O fim do governo Collares marca também o fim da era PDT na administração do Rio Grande do Sul. Dilma voltou para a Fundação de Economia e Estatística, e o partido se tornou oposição ao governador eleito Antônio Britto (PMDB).

Um pacote de fusões e privatizações de estatais e de demissão de servidores elaborado pelo peemedebista nos primeiros dias de janeiro de 1995 levou Dilma para dentro da Assembleia Legislativa, como consultora técnica da bancada do PDT. Depois de ler os projetos que previam a extinção de várias empresas, dentre elas a CRM (Companhia Riograndense de Mineração), reuniu a bancada para mostrar um erro no projeto de Britto. Se a CRM fosse extinta, o estado perderia a concessão federal para a extração de carvão e de outros minérios. Foi um xeque-mate que Dilma garantiu para a oposição. O PDT ganhou fôlego para brigar contra as privatizações, conseguindo barrar a intenção de Britto de começar sua gestão vendendo o patrimônio público. A CRM acabou saindo do pacote, e o governador só conseguiu concluir a venda e a extinção de estatais no último ano de gestão, sob forte oposição do PDT e do PT.

Naquele período, Dilma se dividiu entre as funções de coordenadora técnica na Assembleia Legislativa, a pedido dos deputados da bancada do PDT, de dirigente partidária, no PDT, e de administradora de um bazar, fato que só se tornou de conhecimento público décadas mais tarde, durante a campanha eleitoral de 2010, quando Dilma concorria ao seu primeiro mandato presidencial.

Com a economia estabilizada pós-Plano Real e o câmbio favorável, Dilma e a cunhada Sirlei, irmã de Araújo, se aventuraram no comércio e abriram uma loja de importados, que funcionou em um ponto alugado no Shopping Olaria, Cidade Baixa, bairro próximo ao Centro de Porto Alegre. Naquela época, o shopping tinha um público diferenciado, devido aos cafés refinados, bons restaurantes e às salas de cinema com programação menos comercial. A loja, que vendia basicamente produtos importados baratos, destoava dos que circulavam por ali. O empreendimento, que nunca constou no currículo de

Dilma, foi revelado pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Na matéria, a repórter Fernanda Odilla relata que os produtos, tais como bijuterias e bonecos dos *Cavaleiros do Zodíaco*, animação japonesa que fez sucesso nos anos 1990, eram comprados no Panamá. O empreendimento durou um ano e meio, entre 1995 e 1996.

O RACIONAMENTO DE DILMA

Nos dois anos que ficou fora de cargos expressivos, Dilma dedicou-se ao que Araújo descreve como uma profecia: o estudo da questão energética nacional. Conta que o assunto a tomou como uma espécie de encantamento, quase uma obsessão.

Num raro período de convivência pacífica entre PDT e PT, os dois partidos se aliaram no segundo turno das eleições estaduais, em 1998, elegendo Olívio Dutra governador. Com a chegada do PT ao Palácio Piratini, ocorreram as indicações de pedetistas para o secretariado. Dilma foi convidada por Olívio para voltar à Secretaria de Minas e Energia.

O principal braço da pasta, a CEEE, precisamente sua área mais lucrativa, a de distribuição de energia, havia sido parcialmente privatizado. Para lucrar mais com a venda e entregá-la minimamente saneada e com um quadro enxuto de funcionários, o governo Britto fez um programa de demissões voluntárias e antecipou aposentadorias de servidores da estatal. O PT assumiu a empresa sem dinheiro em caixa, com dívidas e um número mínimo de funcionários, a maioria jovem e pouco experiente. Segundo o presidente da CEEE à época, Vicente Rauber, o quadro da companhia era falimentar. “A sensação que tínhamos era que estávamos diante de um paciente muito mal na UTI”, relembra. Dilma assumiu o comando da secretaria em 1º de janeiro. Exatamente 20 dias depois, decretava racionamento de energia no Estado por “insuficiência e deficiência do setor elétrico”. Eram 30 minutos de corte de luz três vezes por semana, no auge do verão gaúcho.

“Fizemos uma reunião para decidir quanto tempo por dia de corte seria aceitável no verão pelos consumidores e pelas empresas. Estimamos que poderia afetar, no máximo, meia hora da vida das pessoas, num rodízio entre todas as regiões do estado. O corte durou dois meses”, conta Rauber.

Passado o sufoco do racionamento, Dilma e o presidente da CEEE foram ao Rio de Janeiro e a Brasília negociar com o Operador Nacional do Sistema Elétrico da época, Mário Santos, e com o ministro de Minas e Energia do governo FHC, Rodolpho Tourinho, um plano para o setor. Conseguiram apoio e financiamento do governo tucano para tocar um programa de três fases de obras emergenciais na área energética no Rio Grande do Sul.

As melhorias livrariam a região, dois anos mais tarde, do racionamento nacional de energia, medida implementada durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, que ficou conhecida como “crise do apagão”.

A atuação de Dilma no governo Olívio vinha tranquila, até aproximar-se nova eleição para prefeito de Porto Alegre, em 2000. A paz entre PT e PDT estava com os dias contados. Alguns meses antes da disputa, começaram a surgir críticas entre os pedetistas sobre a falta de participação nas decisões. De fato, o núcleo duro do governo petista não ajudava na manutenção das composições, excluindo os aliados do processo decisório. O raciocínio do PT governado por Olívio era o mesmo que, uma década depois, Dilma carregaria para a Presidência da República: os partidos receberam cargos e, portanto, estão contemplados. Não precisam se envolver na elaboração das ações de governo, só executá-las. Estava de bom tamanho.

As queixas do PDT foram aumentando, tornando a convivência crescentemente insuportável. Em maio de 2000, era visível a deterioração das relações partidárias.

Brizola, que, baseado no Rio de Janeiro, comandava o PDT com mão de ferro e vivia uma relação bipolar com o PT, decretou: “O PT sonha com a hegemonia, acha que não depende de outras forças para exercer a liderança, numa situação pretensiosa e egoísta. Quem procura hegemonia não procura aliança, quer apenas adesão”, disse a jornalistas, ao sair de uma reunião do partido em Porto Alegre na qual se discutiu a permanência no governo Olívio. Era o primeiro passo para o fim da aliança.

Mas o grande impulso para o rompimento foi a volta de Collares à cena eleitoral. O ex-governador venceu o deputado Vieira da Cunha na disputa de uma prévia para a escolha do candidato do partido às eleições municipais de 2000. Vieira era apoiado pelo grupo de Dilma, que integrava o governo Olívio e, até então, passava ao largo das críticas da maioria dos pedetistas ao PT.

O grupo governista era liderado por Sereno Chaise, fundador do PDT, prefeito de Porto Alegre cassado pelo golpe militar de 1964 e um dos melhores amigos de Brizola. No governo do PT, Sereno atuava como vice-presidente do Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul) e foi, por mais de quinze anos, presidente estadual da legenda. Outro integrante do grupo era Milton Zuanazzi, secretário estadual de Turismo, que, anos mais tarde, ficou conhecido nacionalmente durante o “apagão aéreo”, crise ocorrida no primeiro mandato do presidente Lula. Zuanazzi foi presidente da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) por quase dois anos, justamente no pior período recente da aviação comercial brasileira. Durante seu mandato, de março de 2006 a outubro de 2007, ocorreram a colisão, no ar, do voo 1907 da Gol com um jato Legacy, que causou a morte de 154 pessoas em setembro de 2006; a maior greve da história dos controladores de voo, culminado no atraso de mais da metade dos voos da malha aérea nacional em dezembro do mesmo ano; e o acidente do voo 3054 da TAM, que se chocou com um prédio da empresa ao aterrissar no aeroporto de Congonhas em julho de 2007, matando 199 pessoas. Em meio à crise, a cúpula da Anac renunciou aos cargos. Menos Zuanazzi, que ficou agarrado à cadeira alegando que a agência e seus diretores estavam sofrendo perseguição política. Os cargos de direção da Anac são indemissíveis e os dirigentes têm mandato aprovado pelo Congresso. Por isso, Zuanazzi não podia ser demitido, por mais pressões que o presidente Lula e o ministro da Defesa, Nelson Jobim, fizessem. Foram três meses de fritura diária pela imprensa e de brigas com Jobim, até que Zuanazzi renunciasse em 31 de outubro de 2007.

NO MEIO DO CAMINHO, UM PRATO DE LENTILHAS

Sereno Chaise, Milton Zuanazzi e Dilma Rousseff, que formavam uma espécie de comando da ala governista do PDT, não esperavam pelo crescimento eleitoral de Collares. O grupo achava que sua campanha não decolaria e que, passado o calor da disputa, a relação entre os dois partidos se restabeleceria, de forma que o PT manteria o PDT no governo. Aconteceu o contrário. Collares se aproximava semana a semana de Tarso Genro nas pesquisas de intenção de votos e estava muito perto de passar para o segundo turno. Dilma, Sereno e Zuanazzi se recusaram a ajudar na campanha e pediram licença partidária por seis meses como forma de se desvincularem da disputa municipal e de permanecerem no governo estadual.

Brizola, muito amigo de Sereno, com quem não queria se desentender, tentou demover o grupo da ideia. Sugeriu que os que eram alinhados ao governo petista atuassem de forma discreta na campanha de Collares. Não houve acordo. Irritado com os dissidentes, Brizola pediu a Olívio que demitisse Dilma, Sereno e Zuanazzi, sob o argumento de que, licenciados, eles não representavam mais o PDT no governo. A direção pedetista mandou uma lista de nomes para substituí-los. Olívio não aceitou a proposta e, mais do que manter os três no governo, passou a trabalhar para que se filiassem ao PT.

Dois dias depois da realização do primeiro turno, que em 2000 ocorreu no dia 1º de outubro, o PDT oficializou a saída do governo Olívio e entregou os cargos, pois a dura disputa a ser travada entre Collares e Tarso na segunda etapa da disputa inviabilizava a manutenção da aliança estadual.

Era o começo do fim da trajetória de Dilma no PDT.

Ao saber da resposta de Olívio, que não demitiria Dilma, Sereno e Zuanazzi, Brizola partiu para o ataque. A direção estadual do partido passou a tratar o pedido de licença como uma desfiliação. Brizola acusou os três de traidores. Dilma não aceitou calada as acusações.

Em entrevista ao jornal *Correio do Povo*, em outubro de 2000, Dilma afirmou que o PDT mudou ideologicamente e que estava se aproximando da direita, no caso, do PSDB, que passou a apoiar Collares no segundo turno da eleição. “Não vejo nexos entre o que prega Leonel Brizola, numa campanha contra FHC, e o que pretende Collares, na campanha em Porto Alegre, ao pedir apoio do PSDB”, declarou.

No dia seguinte, Brizola devolveu a crítica, citando a parábola bíblica de Esaú e Jacó para atingi-la: “Não há conteúdo nas palavras de Dilma ao dizer que o partido está se alinhando à direita. Ela quer encobrir, com razões ideológicas, seu apego ao cargo. Afinal, é um bom prato de lentilhas¹ e não quer deixá-lo. Só por essa razão, deveria sair do governo”, disparou Brizola.

A briga não acabou no prato de lentilhas. Dilma reagiu, numa tréplica ao presidente de seu partido, declarando que ele “faltou-lhe com o respeito” e que “jamais autorizou” Brizola a se pronunciar sobre a sua conduta ética e pessoal: “Tenho uma trajetória de luta e resistência no trabalhismo que, embora não tão significativa quanto a dele, deve ser respeitada. Brizola renega seu passado ao se unir a pessoas como o (ex-)deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Ele não pode medir seus antigos companheiros pelos novos”, rebateu em entrevista publicada no *Correio do Povo*.

Foi a gota d’água. Um dia depois do bate-boca público, dia 10 de outubro de 2000, Dilma, Sereno e Zuanazzi foram recebidos no comitê de campanha de Tarso por toda a cúpula petista. Levaram um manifesto assinado por 81 pedetistas:

“Recusamos o alinhamento do PDT à direita, nos rebelamos contra o rompimento da aliança com a Frente Popular no Estado e denunciaremos o caráter fascista da campanha de Alceu Collares”, dizia o texto.

O grupo dissidente teve que entrar na Justiça para se desfiliar. O diretório estadual havia negado a licença e, em seguida, a desfiliação. Dilma, Sereno e Zuanazzi recorreram à Justiça Eleitoral, que precisou determinar oficialmente ao PDT que os desfiliasse.

“Claro que vieram as acusações. ‘Ficaram apegados aos cargos!’ Não, ninguém ficou apegado a nada. O que aconteceu é que nós não aceitamos aquela guinada do partido, saindo da posição de apoio às classes trabalhadoras, afastando-se dos movimentos sociais e se achegando a uma das políticas mais retrógradas existentes no país (...) Às vezes fico refletindo e não encontro explicação. Chego até a pensar, e aí pode ser um pouco de petulância, mas garanto que não troquei de partido. Sempre fiquei na posição de quem defende as classes trabalhadoras e os movimentos sociais. Lastimo que os acontecimentos levaram o PDT a essa inflexão, rumo à política conservadora e direitista. Quem pode nos julgar não são aqueles que aceitaram essa mudança na orientação do PDT para a direita. Quem pode nos julgar é a opinião pública, a sociedade e o eleitorado (...) Esta acusação de traidores, sinceramente, não me incomoda. Quem traiu não fomos nós”, defendeu-se Sereno Chaise anos mais tarde no livro *O diário político de Sereno Chaise – 60 anos de história*, publicado pela Editora AGE.

Brizola era um político polêmico. Chamado de caudilho pelos adversários, tomava as decisões no PDT sem dar margem a ideias divergentes das suas. Ouvia a todos, tanto que as reuniões no partido

duravam dias inteiros, mas cabia a ele a palavra final, sempre. Foi assim que, depois de chamar Lula de “sapo barbudo” na eleição presidencial de 1989, apoiou o petista no segundo turno contra Fernando Collor de Mello, que foi eleito. Brizola disputou aquela eleição e por 454 mil votos perdeu a vaga no segundo turno para Lula. Ao anunciar seu apoio ao PT, foi irônico: “Cá para nós: um político de antigamente, o senador Pinheiro Machado, disse que a política é a arte de engolir sapos. Não seria fascinante fazer esta elite engolir o Lula, esse sapo barbudo? Vamos no menos pior, pelo menos”, declarou.

O PT ficou revoltado com a frase de Brizola, mas aceitou o apoio. Precisava de votos. Não foi suficiente. Collor venceu, mas deixaria o cargo no meio do mandato, em 1992. Com ele, Brizola também criou polêmica. Durante a campanha, em entrevista à TV Bandeirantes, disse: “Eu vou segurá-lo pelo rabo, que é a parte mais comprida de seu corpo, e chacoalhar!”

Mas durante o governo, Collor e Brizola, então governador do Rio de Janeiro, fizeram uma aliança, o que garantiu recursos e obras federais para o Estado. Em meio ao processo de impeachment, em 1992, em vez de colocar lenha na fogueira para ajudar na queda do presidente, Brizola foi cauteloso e chegou a aconselhar Collor em alguns momentos da crise.

Anos mais tarde, nas eleições de 2002, Brizola apoiou o candidato Antônio Britto (PMDB) ao governo do Rio Grande do Sul, uma decisão que desmoralizou o PDT na época. Quando governou, de 1995 a 1998, Britto privatizou empresas que tinham sido criadas por Brizola.

Por sua vez, ao chegar ao poder, Dilma também cedeu aos interesses de políticos e partidos e, inclusive, recebeu apoio de Roberto Jefferson (PTB), a quem tinha usado para criticar Brizola nos seus últimos dias como pedetista.

Com a discórdia instalada e o PDT aos pedaços, o então presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, entrou em campo para tentar apaziguar os ânimos e sinalizou aos petistas do Sul que conversaria com Brizola, já pensando na manutenção da aliança nacional e na base de sustentação de sua candidatura ao Palácio do Planalto em 2002. Mas a proposta de entendimento não prosperou. No comício final da campanha de Tarso, Lula detonou o presidente do PDT e Collares: “Parece que Collares e Brizola esqueceram tudo que sofreram durante o regime militar. Alceu Collares, a idade enrugou o nosso rosto, a traição aos ideais enrugou a nossa alma. Você, Collares, é um homem de alma enrugada.”

Tarso ganhou aquela eleição com 63,51% dos votos válidos contra 36,49% de Collares.

Em 18 de março de 2001, Dilma se filiou ao PT. O ato lotou o plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre. Além de Dilma, mais 186 ex-pedetistas ingressaram no partido, cujas fichas foram abonadas por Lula e Olívio, além dos dirigentes estaduais do PT da época. Os neopetistas entregaram um manifesto, assinado simbolicamente por Sereno. Mais do que deixar o PDT e se filiar ao PT, Sereno rompeu uma amizade de 60 anos com Brizola. Entre os 187 novos filiados, estava também José Vicente Brizola, filho do líder pedetista. Naquele dia, Dilma fez uma previsão – que não se concretizou, mas que denotou o sentimento com que deixava o PDT. Ela lamentou a condição do seu ex-partido, destacando ter se transformado numa legenda de centro-direita. “Dificilmente sobreviverá por muito tempo no quadro político-partidário”, declarou. Abaixo, a íntegra do manifesto:

Carta ao povo gaúcho

Nós, trabalhistas orientados pela Carta de Lisboa, lutamos nos últimos 20 anos pela afirmação de um projeto que, afinal, recusou ser o caminho brasileiro para o socialismo. Esta recusa expressou-se na vacilante e pendular política de alianças que produziu, no afastamento dos

movimentos sociais, na ausência de democracia interna em qualquer instância e no autoritário governo que produziu no Rio Grande.

Nós, militantes trabalhistas com história na resistência à ditadura, somos os dirigentes partidários e sindicais forjados também nas lutas afirmativas de gênero e etnia; somos quem denuncia a exclusão social crescente no país, e reivindica sempre o pleno exercício da soberania popular sobre o Estado. Estamos hoje ingressando no Partido dos Trabalhadores, que nos reconhece esta identidade de militantes do trabalhismo de esquerda.

Nossa identidade constituiu o patrimônio político que aportamos agora ao Partido dos Trabalhadores, organização que, ao radicalizar a democracia, provou a todos que a política tem, sim, mediações éticas, espaço para a minoria, respeito pela divergência e, por tudo isso, constituiu-se na alternativa nacional, popular e democrática do povo brasileiro para a construção de um Estado soberano, organizado por uma sociedade que o vai erguendo de baixo para cima.

Este 18 de março é o dia das nossas vidas em que reafirmamos nosso compromisso político contra as exclusões, pela democracia e a construção de uma sociedade de iguais, livre e solidária. Este é o dia em que rompemos as amarras com legenda, para ficarmos com os ideais que um dia lhe deram origem. Estes ideais, hoje, o PT encarna, representa e pratica.

Ao PT chegamos depois de muita reflexão. E chegamos unidos, prontos para engajar-nos na luta pelas mudanças que o país requer e o PT vem fazendo. Vamos, pois, na direção do futuro.

E conosco virão outros trabalhistas sinceros, que se unirão à grande frente democrática de esquerda que se anuncia, para juntos fazermos um Brasil justo com seu povo trabalhador, soberanamente integrado no cenário internacional e capaz de provar que outro mundo é possível, sim.

No dia seguinte ao evento petista, em entrevista à Rádio Guaíba, Brizola acusou Lula, Olívio e Tarso de “não terem ética”, “não respeitarem o companheirismo” e “serem egoístas”:

Estão promovendo aliciamento indecoroso ao buscarem a divisão do PDT. Introduzi Lula no Rio Grande e agora entram com processos baixos. Somente o tempo será capaz de reconstruir o relacionamento entre o PDT e o PT, que já existiu no passado, pois o que aconteceu enojou o povo gaúcho.

Rompida com Brizola, mas com a convicção de que seguia o caminho certo, Dilma encerrou uma trajetória de 22 anos no PDT. No dia 18 de março de 2001, iniciava-se um novo capítulo na sua vida que a levaria, sem que nunca tivesse imaginado, à Presidência da República.

A permanência de Dilma no governo Olívio, como secretária de Minas e Energia, coincidiu com o auge da crise energética do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Problemas no abastecimento, em função do acelerado crescimento do consumo, eram um fantasma que rondava o país desde o começo da década de 1990, mas que se agravou a partir de 1998. O governo Fernando Henrique admitiu publicamente a crise no setor em março de 2001. Foram dois meses para os tucanos criarem coragem e anunciarem o racionamento.

De março a maio de 2001, Dilma atormentou o governo federal. O Rio Grande do Sul, garantia ela, não precisava entrar no racionamento. As obras emergenciais tinham sido feitas dois anos antes e os reservatórios estavam cheios por causa das chuvas na região Sul.

A secretária petista e o presidente da CEEE, Vicente Rauber, viajaram dezenas de vezes de Porto

Alegre a Brasília para marcar posição. Entravam e saíam das reuniões com o ministro Pedro Parente (Casa Civil), que, naquele período, acumulou a função de coordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Dilma adotou um mantra que repetia aos jornalistas na entrada e na saída das reuniões com Parente: “O Rio Grande do Sul não vai entrar no racionamento. O Rio Grande do Sul não vai entrar no racionamento. O Rio Grande do Sul não vai entrar no racionamento.”

Não entrou.

Mesmo sem racionamento no Sul, Dilma e Rauber estimularam uma redução voluntária do consumo de energia no Estado. Os empresários gaúchos, de um modo geral, foram hostis ao governo Olívio, mas, naquele momento, as duas principais entidades empresariais, FIERGS e Federasul, aceitaram a proposta de contenção. Nos primeiros meses do racionamento nacional, que vigorou de junho de 2001 a março de 2002, a economia média no Rio Grande do Sul chegou a 200 megawatts, energia equivalente ao consumo de uma cidade média brasileira ao mês, do porte de 370 mil habitantes, pelos cálculos feitos por Dilma na época.

Mas quem ganha uma batalha sempre quer mais. O governo federal criou um bônus para beneficiar os consumidores residenciais que economizassem energia acima da meta estipulada. O Rio Grande do Sul não teve este direito porque estava fora do racionamento. Dilma e Rauber voltaram a Brasília e pediram a Parente que estendesse a medida aos estados livres dos cortes. “Vocês não têm o fato do príncipe, nos dizia o ministro”, relembra Rauber. Dilma engrossou, reclamou que o Rio Grande do Sul estava ajudando o Brasil com a distribuição de energia que sobrava, mas era prejudicado. “Não queremos saber de príncipe. Fica com teu príncipe!”, respondeu Dilma a Parente. O ministro acabou cedendo e liberou o bônus para os consumidores do Sul. Em Direito, o Fato do Príncipe ocorre quando uma determinação do Estado geral ou imprevisível – no caso, o racionamento de energia e o bônus pago pelo governo federal – onera ou impede a execução de determinado contrato, provocando desequilíbrio econômico. Por isso, só os consumidores dos estados atingidos receberiam bonificações.

Em maio de 2001, o Palácio do Planalto decidia as medidas do racionamento. Pedro Parente convocou os secretários estaduais da área para discutir o plano. Depois de apresentar a proposta, pediu que opinassem. A primeira a falar, e a criticar o plano, foi Dilma. Ao vê-la pela TV, discutindo com o ministro, Lula perguntou quem era aquela mulher. Ao saber que era secretária de Olívio e esposa de Araújo, Lula telefonou para o amigo de sindicalismo e avisou que, quando fosse a Porto Alegre, queria conversar com ela. No apagão do governo FHC, Lula colocou na cabeça que, se fosse eleito em 2002, Dilma seria sua ministra de Minas e Energia. Numa ida à capital gaúcha, meses depois, Lula se encontrou com Dilma. Conversaram longamente e ele contou o seu plano. Pediu que mantivesse reserva porque setores do PT, se informados, não permitiriam.

No começo daquele ano, quando o PT começou a elaborar o programa de governo, Dilma foi chamada por Lula para uma reunião em São Paulo. Ele queria entender os gargalos do setor elétrico e precisava de ideias para reestruturá-lo. Logo depois que Dilma foi embora, ele avisou aos companheiros de partido que ali estava sua ministra de Minas e Energia.

Quando Lula voltou a Porto Alegre, em outubro de 2002, para o último comício da campanha presidencial, chamou Dilma novamente e avisou que tudo ocorreria conforme o combinado. “Daqui a duas semanas, te quero em Brasília”, disse Lula. Foi eleito e, no dia seguinte, telefonou pedindo que embarcasse para a capital federal imediatamente.

Poucas pessoas, na época, sabiam daquelas conversas. Especulava-se que o senador peemedebista Pedro Simon seria indicado para o Ministério de Minas e Energia. Ninguém cogitava o nome de Dilma porque, como se tratava do primeiro governo petista da história do país, havia congestionamento de candidatos a ministro, e Lula teria problemas com o PT do Rio Grande do Sul se não indicasse, pela

ordem, Olívio Dutra, Tarso Genro e Miguel Rosseto. O presidente eleito surpreendeu os gaúchos. Escolheu os três (Olívio para o Ministério das Cidades, Tarso para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e Rosseto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário), além de Dilma para o Ministério de Minas e Energia e a ex-senadora Emília Fernandes, também petista e atualmente filiada ao PCdoB, para a Secretaria das Mulheres. Mais um gaúcho foi levado por Lula para Brasília: Arno Augustin, que sempre atuou nos governos do PT no Sul como secretário da Fazenda, foi indicado para o Tesouro Nacional.

GÊNIO INDOMÁVEL

A mudança para Brasília e o peso de assumir a responsabilidade de um governo que se pretendia transformador acentuaram características de Dilma. Ela sempre foi conhecida pelo temperamento forte e por não ter muita paciência para o beija-mão da política. Um episódio da década de 1980 retrata bem sua personalidade. A casa em que ela e Araújo moravam, na Zona Sul de Porto Alegre, às margens do rio Guaíba, sempre foi ponto de encontro de políticos. Abrigou inúmeras reuniões partidárias, almoços e jantares para tratar de campanhas eleitorais. Era 1986, Araújo concorria à reeleição para deputado estadual. Num sábado, convidou companheiros de partido, e amigos para um jantar. “Ele organizou um churrasco para o pessoal que trabalhou na campanha. Dilma foi dormir, não gostava muito de farra. Lá pelas onze da noite, sai ela de dentro da casa, vestindo um chambre e chinelos. Passou reto por todos nós, sem dar uma palavra. Foi até a churrasqueira, recolheu uns cinco, seis espetos com carne. Jogou tudo no rio Guaíba. Virou para todos nós e disse: ‘Acabou o churrasco. Quero dormir!’ E voltou pra dentro de casa”, conta um dos convidados, amigo do casal que com certa frequência jantava na casa de Dilma e Araújo.

Todos começaram a se mexer, recolher casacos para ir embora, ao que Araújo adverte: “Pessoal, acabou a carne, mas tem cerveja!”, para riso geral.

Quem conviveu com Dilma no PDT, nos governos gaúchos e, mais recentemente, em Brasília, conta que ela é dona de um temperamento difícil. São relatos de estagiários, secretários, assessores, seguranças, dirigentes partidários, deputados, senadores e ministros que conviveram com ela em suas três fases na Esplanada: como ministra de Minas e Energia, como ministra da Casa Civil e como presidente.

Os relatos sobre a personalidade de Dilma são duros e pioram à medida que o seu autor tenha com ela uma relação mais distante ou menos afetiva. São melhores entre os que a conhecem há mais tempo e se consideram amigos.

“Ela tem traços autoritários, é controladora, mas é uma mulher extremamente generosa. Quando Araújo estava no Presídio Central de Porto Alegre, durante a ditadura militar, ela se reuniu com o diretor e pediu para organizar um curso de alfabetização para os detentos”, conta um político das relações pessoais de Dilma e Araújo.

“Dilma é performática, tem o humor muito oscilante, é insuportável”, relata um ex-assessor que conviveu com Dilma tempo suficiente na Casa Civil para traçar um perfil que considera bem claro sobre a ex-chefe. “Dilma maltrata qualquer pessoa em situação de inferioridade, não tem um comportamento civilizado. São situações constrangedoras que se repetem com motorista, secretária, telefonistas, assessores e ministros. Rasga papel em mil pedaços e joga para cima como confete; atira coisas no chão; grita colericamente. Reage muito mal a qualquer notícia que não seja boa”, conta o ex-assessor.

Essas características, somadas a alguns episódios que foram se tornando conhecidos pelos corredores

do Palácio do Planalto e dos ministérios, explicam o medo que a maioria das pessoas que trabalha no governo tem da presidente da República. Há um folclore em torno das ações e das reações presidenciais, abastecido quase que diariamente por ela própria.

Um servidor do Ministério de Minas e Energia foi transferido para a Casa Civil a pedido de Dilma. Na primeira reunião no novo cargo, durante uma discussão de um projeto, Dilma se irritou e arremessou um grampeador em direção a ele que, por sorte, conseguiu desviar sem ser atingido. Dias depois do episódio, o funcionário pediu abrigo no antigo emprego.

Dilma já cuspiu abacaxi azedo em reuniões no gabinete cercada de ministros e assessores, já xingou garçom por servir chá frio ou por servir outra pessoa antes dela, já quebrou muito aparelho de telefone.

Um dia, em sua sala no Ministério de Minas e Energia, esperava uma ligação. A secretária transferiu uma vez. Caiu. A segunda vez. Caiu. Na terceira tentativa, Dilma saiu da sala, pegou o aparelho da mão da moça e bateu tão forte que quebrou-o. Depois de relatar o fato a assessores que cercavam a ministra, a secretária ficou aliviada ao saber que aquele era um comportamento padrão.

“Dilma é uma pessoa autoritária e explosiva, mas quem convive com ela profissionalmente consegue entender o que está por trás dessa dificuldade de se relacionar com as pessoas e de exigir em vez de conversar. Ela vem originalmente do serviço público e acha que a maioria dos servidores é medíocre, que, por ter estabilidade, vai cumprir suas horas de trabalho e pronto. Não se esforça e, muitas vezes, deixou de estar capacitado para a função porque, no poder público, de um modo geral, não existe sistemática de qualificação”, diz um auxiliar.

Durante a campanha, Dilma começou a ser abordada com pedidos de fotos, autógrafos, empregos, palestras, convites para aniversários e casamentos. Sem paciência para lidar com o assédio, pediu aos três coordenadores de sua campanha, Antonio Palocci, José Eduardo Cardozo e José Eduardo Dutra, que dessem um jeito naquilo. Eles criaram uma resposta padrão: “Vou tentar, mas sabe como é a Dilma...”

Se a personalidade forte de Dilma se tornou conhecida nacionalmente durante a campanha eleitoral, como presidente da República veio ainda mais à tona. “Esses dois traços fortes da personalidade de Dilma, autoritarismo e explosão, para um presidente, só pioram as coisas”, analisa um auxiliar.

Funcionários relatam que ela tem, por estratégia, criar núcleos de trabalho. Esses grupos não conversam, nem trocam informações. Cada um atua de uma forma, pensando numa determinada solução. Essa sistemática presidencial é praticada em todo o governo, aplicada em todas as discussões de programas e iniciativas que serão tomadas.

“Muitas vezes, ela coloca os dois lados em conflito. Talvez, se esses núcleos estivessem trabalhando em parceria, os resultados fossem mais rápidos e mais assertivos. Ninguém tem autonomia para trabalhar”, conta um auxiliar que integrou alguns desses grupos.

As decisões que deveriam ser corriqueiras, como viagens e participação em eventos, como inaugurações e vistorias de obras, são tomadas sempre de véspera, enlouquecendo os assessores.

“A primeira característica com a qual me deparei ao trabalhar com Dilma é que ela é desorganizada. Ela se enrola nela própria, e isso se estende para o dia a dia do trabalho no governo. Na organização de viagens para o exterior, ela não consegue definir uma data para saída do Brasil. Enquanto o prazo normal de definição seria de até quinze dias antes do embarque, porque é preciso sobrevoar países, enviar Escalão Avançado, reservar hotel para ela e comitiva, e marcar agendas de trabalho, ela decide a cinco dias de embarcar. É um verdadeiro inferno. As pessoas em volta gastam energia organizando várias opções de datas e de planos alternativos de voo”, diz um ex-funcionário que participava das organizações das viagens.

Ele compara Dilma à personagem citada na ária “La donna è mobile”, da ópera *Rigoletto*, de Giuseppe Verdi:

*La donna è mobile.
Qual piuma al vento,
muta d'accento e di pensiero.*²

Em sua primeira visita presidencial à África, em 2011, foi a Pretória para um encontro IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). De lá, seguiria para Angola e Moçambique. Não aceitou a proposta feita pelo Itamaraty. Iria só a Pretória. Desmontadas as duas viagens com antecedência, Dilma decidiu sete dias antes do embarque para a África que queria fazer o roteiro original. Presidentes, diplomatas e ministros dos países visitados, além de integrantes do corpo diplomático brasileiro, tiveram que cancelar compromissos para atender à presidente. Em julho de 2012, cancelou uma viagem para Adis Abeba, na Etiópia, onde era convidada especial de uma cúpula, a catorze horas da previsão de seu desembarque no país africano.

Esses são dois exemplos que demonstram como Dilma não percebe que as suas decisões não atingem apenas ela, mas dezenas de servidores brasileiros e os governos dos outros países. “Ela não entende como funciona a engrenagem. Sua decisão não afeta só os assessores, mas jornalistas enviados do Brasil para acompanhá-la e, principalmente, os anfitriões, os outros chefes de Estado, que organizam a visita com semanas de antecedência”, diz uma pessoa com atuação no Itamaraty.

“A presidente tem uma enorme dificuldade em despachar com os assessores. O não nunca é definitivo, sobretudo, com relação à organização do dia a dia do governo. Ela tem muitas ideias, e isso é uma grande qualidade, mas dispara ao vento e, por falta de alguém para executá-las já que nada pode ser delegado, morrem de inanição”, conta um ex-assessor presidencial.

A criação da EPL (Empresa de Planejamento e Logística S.A) virou um caso clássico no governo de como funciona o sistema de trabalho de Dilma.

Numa reunião no Palácio do Planalto, em 2012, para tratar de melhorias na infraestrutura, Dilma ouviu do então diretor-presidente da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), Bernardo Figueiredo, a ideia de criar uma estatal para cuidar das concessões de infraestrutura e do trem-bala. “Ela detonou Figueiredo na frente de todo mundo”, relembra um integrante do governo que estava na reunião, mas, logo depois, Dilma o chamou ao seu gabinete, disse que tinha gostado da ideia e que ele seria o presidente da nova estatal que ela havia decidido criar. Enfatizou a Figueiredo que ele não comentasse com ninguém sobre aquela conversa. Em dezembro de 2012, numa cerimônia no Salão Nobre do Planalto, Dilma oficializou a criação da estatal e nomeou Figueiredo presidente. Menos de um ano depois, ele deixou o cargo em meio a rumores de divergências com o núcleo duro do governo, especialmente com a então ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que levou para a sua pasta o controle de projetos coordenados por Figueiredo. Outro fator que precipitou sua saída foi a decisão do Planalto de não realizar o leilão do Trem de Alta Velocidade, um controverso projeto que ligaria Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro.

Com a demissão de Figueiredo, a EPL foi para o limbo, assim como a ideia de uma superestatal para tratar de projetos de logística a longo prazo.

Outro caso contado por integrantes do governo que demonstra o centralismo da presidente é o controle que ela tem sobre os mapas de voo, atribuição do tenente-brigadeiro do ar Joseli Parente Camelo, autoridade máxima nas viagens presidenciais desde o governo Lula. Dilma começou a se inteirar das rotas porque tem medo de voar e detesta turbulências, a ponto de, em uma reunião com os familiares das 228 vítimas do voo da Air France que caiu no mar em 2009 enquanto fazia a rota Rio-Paris, dizer: “Eu entendo o que vocês estão passando. Toda a vez que entro no Airbus da Presidência eu morro de medo.”

Nas viagens, para tentar relaxar, Dilma chama ministros para jogar baralho, debater livros ou filmes e,

quando consegue ficar sem fotógrafos e cinegrafistas por perto, fumar cigarrilhas ou charuto, mas nada acalma seu pânico de voar.

Numa descida em Congonhas, sob forte nevoeiro, correu para a cabine de comando. De pé, ao lado de Joseli, colocou o fone de ouvido para saber o que a torre do aeroporto informava. Segundos antes de começar a fazer o *briefing* do voo para iniciar a descida, Joseli pediu que a presidente parasse de falar. A torre de comando ouvia uma voz feminina, sem ter a menor ideia de que se tratava da presidente. Num minuto de desatenção, e com os fones nos ouvidos, Dilma não ouviu Joseli pedir que ela sentasse porque ele ia aterrissar. A presidente se desequilibrou e quase caiu quando o avião tocou o chão. “Que pouso de quinta categoria, hein, Joseli?”, reagiu, no susto.

É tarefa praticamente impossível encontrar algum integrante do governo que aceite falar sobre o temperamento da chefe e contar histórias que tracem o perfil de Dilma sem pedir reserva na publicação do nome. Distante do poder, mas acompanhando tudo pela TV, pelos jornais e pelo telefone em sua casa, em Porto Alegre, o ex-marido é um dos poucos que falam com conhecimento de causa e sem se importar com eventual exposição ou bronca da presidente. “Dilma tira o coro, é uma dureza. Às vezes, algumas pessoas ligam aqui em casa pedindo para eu dar um jeito, que a coisa está braba. É o temperamento dela. Ela pensa: ‘Quer trabalhar comigo, é assim.’ Dilma tira o coro dela própria e se acha no direito de tirar dos outros também. Às vezes, o pessoal não aguenta, mas Dilma é uma pessoa muito generosa”, conta Araújo.

Acostumada por mais de 60 anos a ficar sozinha, fazer compras, ir ao cinema, sair para jantar – uma rotina comum, o aparato de segurança é outra coisa que tira Dilma do sério. Quando morava em Porto Alegre, já secretária do governo Olívio, era fácil encontrá-la no shopping Praia de Belas lanchando na praça de alimentação e comprando roupas em lojas de departamento. O poder trouxe a necessidade de ser seguida por seguranças dia e noite e, ao mesmo tempo, uma vontade juvenil de subversão.

Quando viaja a Porto Alegre para visitar a filha, o genro, o neto e o ex-marido, é comum sair pelos fundos do prédio, sem que a segurança veja, para dar uma volta. Numa viagem a Madri, escapou do hotel para fazer compras na loja El Corte Inglés. Com ela, apenas o assessor pessoal Anderson Dornelles. Atrapalhada com várias sacolas nos braços, foi surpreendida por um segurança escondido entre as araras: “Pode deixar, presidenta, eu carrego para a senhora.”

Matéria dos repórteres Valdo Cruz e Andréia Sadi, publicada na *Folha de S. Paulo* em agosto de 2013, revelou que Dilma saiu pelas ruas de Brasília na garupa de uma Harley-Davidson pilotada pelo secretário-executivo do Ministério da Previdência, Carlos Gabas, em um domingo, sem avisar ao chefe de sua segurança pessoal, o general Marcos Antônio Amaro. A matéria conta que, ao relatar a aventura ao ministro Edson Lobão, Dilma disse, confiante: “Nem ele (Amaro) ficou sabendo.” O general surpreendeu a presidente. “Fiquei sabendo, sim. Mandei acompanhar a senhora”, foi logo dizendo o chefe da segurança de Dilma, informando que havia orientado uma equipe a segui-la à distância para não acabar com o sentimento de que estava fazendo uma aventura às escondidas.

A MULHER DO LULA

Com José Dirceu e Antonio Palocci fora do jogo político-eleitoral, Lula e o PT se viram sem um sucessor natural. Nos bastidores do governo, ganhava corpo uma disputa interna. Quatro petistas queriam a benção do presidente para a eleição de 2010: Tarso Genro, Patrus Ananias, Jaques Wagner e Aloizio Mercadante.

Era fim de 2007 e os quatro se movimentavam internamente, mas Lula tinha outro plano.

“Houve um episódio bem marcante, quando percebi que Lula tinha tomado sua decisão. Cheguei ao gabinete para uma reunião, e ele estava comentando com Guido Mantega uma pesquisa. Eu aparecia com 2,3%. Aloizio, com dois e alguma coisa, todo mundo embolado, com dois pontos e alguma coisa. Guido estava brincando, dizendo que daquele jeito ia ser candidato. Lula olhou para ele e disse: ‘Você está enganado. Agora é a vez das mulheres. Aqui no Brasil, temos que ter uma candidata mulher’. Naquele momento, eu percebi que Lula já tinha escolhido. Essa conversa aconteceu uns dois meses antes do evento público em que Lula chamou Dilma de mãe do PAC”, conta Tarso.

No dia 7 de março de 2008, no Rio de Janeiro, Lula sacramentou sua escolha: “A Dilma é uma espécie de mãe do PAC. É ela que cobra, junto com o Márcio Fortes (ministro das Cidades), se as obras estão andando. E agora vocês também vão ver o que é ser cobrado pela Dilma”, discursou o presidente. A ministra estava no palanque, porém mais afastada. Foi puxada por Lula para ficar ao seu lado.

Escolhida Dilma, Tarso, de saída do Ministério da Justiça para concorrer ao governo gaúcho, definiu a candidatura como resultado de “um vazio partidário”. Pessoas próximas a Dilma contam que ela não gostou das declarações do petista e que, a partir daquele momento, passou a ver Tarso com reservas. No contexto, a declaração de Tarso foi correta, porque ele partia do princípio de que o mensalão fragilizara o PT:

“Tinha de ter alguém que tivesse um mandato subjetivo do partido para isso. E foi isso que o Lula fez, num vazio de vida partidária, apresentou a candidatura da Dilma como de composição, que não permitisse que os grupos políticos passassem a disputar a indicação. Acho que Lula agiu corretamente porque havia um vazio de capacidade decisória sobre o assunto”, analisou na época. Hoje, Tarso reafirma essa opinião, dizendo que, se Lula não escolhesse alguém “de fora do debate partidário interno do mensalão”, o PT poderia entrar rachado nas eleições e se desestabilizar. “Nós estávamos envolvidos no debate de correntes. Dilma não estava envolvida nas polêmicas internas do partido. Quando Lula coloca o nome dela, ele pacifica o partido”, avaliou Tarso. Ele afirmou que nunca teve problemas com Dilma e que nunca achou que teria uma candidatura a presidente viabilizada pelo PT.

“Nunca tivemos disputa em qualquer espaço político. E também nunca acreditei que eu pudesse ser candidato à Presidência, por causa da minha crise de relacionamento, que foi permanente, com a maioria que dirigiu o PT a partir de São Paulo. Não que eu não quisesse ser presidente. Quem não quer ser presidente do seu país? Mas nunca levei a sério essa possibilidade”, disse ele. E relembra uma entrevista ao *Estado de S. Paulo*, quando questionado se tinha ficado magoado por ter sido preterido por Lula para disputar a sucessão: “Sou maduro demais na política para ficar magoado. O diabo é mais sábio pelo tempo de serviço prestado do que por ser diabo.” Problemas partidários superados, era hora de ir para a rua fazer campanha. Dilma sempre se dedicou às eleições dos outros, mas nunca havia concorrido a nenhum cargo. Com um sobrenome de difícil compreensão e pouco conhecida pela massa de eleitores, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, no começo da campanha de 2010, Dilma era chamada de “Vilma Houssein” – imagina-se que pela popularidade de Saddam Houssein, e de “a mulher do Lula”. Em agosto daquele ano, uma pesquisa CNT/Sensus chegou a detectar que as pessoas achavam que Dilma era realmente a esposa de Lula. O instituto perguntou aos entrevistados quem teria o melhor perfil para dar continuidade às políticas sociais e econômicas do governo. A “mulher do Lula” foi apontada por 55%, ao que o pesquisador indagava: “A primeira-dama, Marisa Letícia?”, e ouvia como resposta “Não, a Dilma!”.

Pelos relatos de pessoas próximas, ela nunca foi comunicada formalmente por Lula que era a escolhida para sucedê-lo. As coisas foram evoluindo naturalmente. A “formalização” veio em discursos e entrevistas. Tanto que, quando avisou aos familiares, não sabia direito como explicar o que estava acontecendo.

Dilma telefonou para o ex-marido Araújo e pediu que ele escolhesse um restaurante reservado em Porto Alegre para almoçarem com Paula, filha do casal, porque ela precisava conversar.

“Quero dizer o seguinte: provavelmente vou ser candidata a presidente”, falou logo no começo da conversa. Essa possibilidade nunca tinha sido discutida pela família Rousseff-Araújo. Dilma explicou aos familiares que Lula não tinha falado nada a ela, mas que os indícios eram muitos. “Ele vai me colocar de candidata sem nem falar comigo, conheço o presidente. É o jeitão dele. Os ministros saem do gabinete, passam na minha sala e me chamam de ‘a candidata’. O último a fazer isso foi o Palocci e eu pedi para não criar problema na minha vida. Não sei de nada disso e não quero fofoca”, relatou aos familiares. E assim foi. Virou a candidata do PT sem que nunca houvesse um momento em que Lula a chamasse ao seu gabinete ou ao Palácio da Alvorada ou a qualquer outro lugar para fazer a proposta.

DÉBITO OU CRÉDITO?

A “mãe do PAC” enfrentou sua primeira crise no governo em 2008. O escândalo dos cartões corporativos (cartões de crédito distribuídos a ministros e a funcionários em postos-chave na Esplanada dos Ministérios e no Palácio do Planalto, pagos pelo governo) arrastou Dilma e sua principal assessora na Casa Civil, Erenice Guerra, para o centro do problema. As denúncias de gastos irregulares por ministros e assessores do governo levaram o Palácio do Planalto a reagir e a produzir um dossiê com as despesas pessoais da ex-primeira-dama dona Ruth Cardoso e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para intimidar a oposição. Esses dados são sigilosos, mas foram levantados de dentro da Casa Civil por Erenice e por um grupo de assessores.

Passada a traumática experiência do mensalão em 2005, o governo Lula se viu em meio a denúncias de gastos abusivos por ministros. A reportagem partiu da revista *Veja*, na edição de 23 de janeiro de 2008: a ministra Matilde Ribeiro (Secretaria da Igualdade Racial) usou indiscriminadamente o seu cartão corporativo. No ano de 2007, Matilde havia gasto R\$ 171,5 mil (R\$ 14,2 mil por mês, sendo que o salário de ministro naquele ano era de pouco mais de R\$ 10 mil): R\$ 126 mil em aluguéis de carros; R\$ 37,5 mil em hotéis e resorts; R\$ 4,5 mil em bares e restaurantes; R\$ 460 no free shop; e R\$ 4,8 mil em despesas diversas. Ressalta-se que o cartão corporativo deveria ser usado apenas para gastos emergenciais e como uma forma de facilitar compras com dispensa de licitação. Evidentemente, não era o caso do aluguel de carros, para o qual o ministério deveria ter providenciado um pregão, e menos ainda para compras no free shop.

Dos gastos da ministra, foi um salto para que os jornalistas se debruçassem no Portal de Transparência do governo em busca de despesas abusivas e fora do padrão feitas por ministros e por funcionários. Foi uma festa para os repórteres. Conserto de mesas de sinuca e até compras em lojas de departamento haviam sido feitas por servidores. Não existia o mínimo controle. Rapidamente, a oposição instalou a CPI dos Cartões Corporativos, deixando o governo, assustado com a repercussão do caso.

Surgiu então a operação na Casa Civil. Como o governo não tinha como negar os gastos abusivos, todos detalhados no site oficial da Presidência da República, a estratégia era arrastar o PSDB para a crise.

Oficialmente, a Casa Civil negava a existência do dossiê, mas, em meio às reportagens denunciando o contra-ataque do governo, Erenice Guerra tomou para si a responsabilidade de ter dado a ordem para os assessores montarem um banco de dados com informações sobre gastos dos governos Lula e FHC. Os dias foram tensos na Casa Civil. Numa reunião com assessores para tentar montar uma justificativa para a existência do dossiê, Dilma estava tão irritada que não conseguiu se conter. “Cala a boca. Aqui quem

fala sou eu”, disse a um auxiliar que ajudava na elaboração das explicações.

Por aqueles dias, pressionada e acusada de elaborar o dossiê, Erenice admitiu a repórteres, numa conversa em *off*: “Que cagada.” O que fica daquele episódio, lembra um jornalista que acompanhou o caso de dentro do Palácio do Planalto, “é a certeza de que Dilma mandou, Erenice executou e matou no peito”.

A Polícia Federal abriu um inquérito para investigar o vazamento de informações usadas para montar o dossiê. Recolheu seis computadores e *pen-drives* de funcionários da Casa Civil. A CPI, por sua vez, isentou todos os ministros acusados de gastos abusivos.

Braço direito de Dilma desde o Ministério de Minas e Energia, Erenice permaneceu no governo. Em abril de 2010, foi promovida a ministra da Casa Civil, substituindo a chefe.

Dilma criticou a devassa dos gastos nos cartões corporativos, afirmando, em entrevistas, que as denúncias eram uma tentativa de escandalização do nada.

“Essa tentativa de banalizar as investigações, escandalizando o nada, é algo que não contribui para o país”, disse a então ministra da Casa Civil em viagem com Lula a Recife. O episódio foi educativo para o governo: o uso dos cartões corporativos acabou sendo disciplinado. Pagamentos de diárias e compras de passagens aéreas, por exemplo, foram proibidos. Só no gabinete presidencial, 36 pessoas tinham cartões para fazer compras e sacar dinheiro em nome da Presidência, sem precisar justificar o gasto ou o saque, que, em muitos casos, superava R\$ 30 mil ao mês por titular do cartão. No Portal Transparência, viam-se listas de funcionários do Planalto sacando R\$ 500, R\$ 1 mil por dia, sem a menor justificativa.

Depois do escândalo, apenas quatro funcionários permaneceram com essa prerrogativa. Os saques também foram bastante limitados. Por outro lado, e provavelmente para dificultar a fiscalização, aumentou o sigilo dos dados referentes ao uso dos cartões. Praticamente todas as compras feitas pelo gabinete presidencial, tanto no Palácio do Planalto como no Palácio da Alvorada e na Granja do Torto, as duas residências oficiais da Presidência, são hoje registradas como sigilosas. Não há margem alguma para controle de despesas.

A DOENÇA

Em abril de 2009, Dilma descobriu um câncer linfático durante um check-up em São Paulo. Antes de voltar a Brasília, fez uma parada em Porto Alegre e foi diretamente para a casa de Araújo. A família imaginava que, durante o almoço, ela confirmaria a candidatura a presidente. Não. Contou que voltava naquele instante do Hospital Sírio-Libanês e que estava com câncer. Dilma dormiu em Porto Alegre aquela noite e pediu a Lula que, na manhã seguinte, a esperasse na Base Aérea de Brasília para conversarem. Ele ainda não sabia de nada. Dilma sugeriu que pensasse numa alternativa para substituí-la na corrida presidencial. Lula respondeu que o câncer não era um impedimento para concorrer e que ela se tratasse.

Dias depois, já em tratamento, a então ministra concedeu uma entrevista coletiva no Sírio-Libanês, para falar sobre a doença.

“A quimioterapia é algo muito desagradável, mas, como tantos homens e mulheres que enfrentam esse desafio e superam, tenho certeza de que vou superar essa doença”, disse na entrevista.

Apesar de os médicos falarem em chances altíssimas de cura, começou a movimentação política no PT e nos partidos aliados para cobrar de Lula um plano B. Houve, por parte dos aliados, uma tentativa de viabilizar o terceiro mandato. O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) desnudou uma operação em curso no Legislativo, para aprovar uma emenda constitucional permitindo uma nova reeleição.

“O bode foi colocado na sala por causa do estado de saúde da ministra Dilma (📍) Diante das dúvidas sobre as condições reais da ministra, a chamada base governista se apressou em retomar a bandeira golpista de um terceiro mandato”, discursou Jarbas na tribuna do Senado.

A ideia nunca passou por Lula, que desautorizou qualquer operação para inviabilizar a candidatura de Dilma. “Eu não discuto essa hipótese. Primeiro porque não tem terceiro mandato. Segundo, porque a Dilma está bem”, afirmou Lula a jornalistas em viagem à China.

A declaração, que deveria servir para desmobilizar qualquer ação sobre o assunto, não sepultou de imediato a ideia. O então deputado Jackson Barreto (PMDB-SE) recolheu as 171 assinaturas necessárias para apresentar a proposta de emenda constitucional. Disse que foi procurado por dezenas de deputados favoráveis à mudança.

“Tem gente do PT e de outros partidos, como do PMDB e do PCdoB, que me dizem que eu externei um sentimento que eles também queriam colocar pra fora. Tenho as assinaturas, mas fui estimulado a coletar mais. No final de maio podemos protocolar a proposta na Câmara”, afirmou. Sobre a insensibilidade em tratar deste assunto no momento em que a pré-candidata a presidente fazia um tratamento contra o câncer, Barreto disse: “Eu não quero discutir o quadro de saúde da ministra nesse momento. O que eu acho é que, com a evolução do seu quadro, ela diminui as atividades e abre espaço para os adversários. Vamos torcer para que ela não altere a sua agenda.” No ano seguinte, Barreto foi eleito vice-governador de Sergipe, na chapa encabeçada pelo petista Marcelo Déda, que governou até dezembro de 2013 e morreu em decorrência de um câncer no sistema gastrointestinal. Quanto à PEC, só não evoluiu porque Lula não deixou.

Entre momentos difíceis e declarações mais arejadas sobre o assunto, Dilma foi convivendo com o tratamento e, eventualmente, falando sobre a doença. Era visível o incômodo que ela sentia com a repercussão do assunto, mas, nesses meses, Dilma destoava das habituais declarações mais contundentes e, algumas vezes, antipáticas. Dilma nunca demonstrou paciência com jornalistas e entrevistas. Quando ministra, tratava os repórteres como “meu filho”, “minha filha”. Na campanha de 2010 e por orientação da equipe de marketing, passou a usar “meu querido”, “minha querida”, normalmente, em tom de enfado.

“Acho de muito mau gosto misturar uma doença que é hoje curável com questões políticas. Acho que a própria população vai entender que isso não é adequado”, disse em entrevista em uma das idas ao hospital Sírio-Libanês, onde fazia o tratamento. E ela própria resolveu uma saia justa para os jornalistas, constrangidos em perguntar sobre a visível peruca que ela passou a usar para disfarçar a queda de cabelo. “Eu estou usando uma peruquinha básica, como vocês podem notar. Também é uma coisa que eu espero que ele (cabelo) logo comece a crescer e tenha uma altura mais ou menos como a dos masculinos para que eu possa tirar, porque é muito chato”, comentou.

Foram quase seis meses de tratamento, entre quimioterapia e radioterapia.

“Ela está sem evidência de doença e com risco baixíssimo de a doença retornar a longo prazo. O tratamento está encerrado”, decretou o oncologista Paulo Hoff, no dia 26 de setembro de 2009.

Lula, Dilma, o PT e o marqueteiro João Santana entraram na campanha de 2010 convencidos de uma vitória no primeiro turno contra José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV). Mas o inesperado crescimento da ex-ministra do Meio Ambiente de Lula, somado a uma onda religiosa com ênfase na opinião dos candidatos sobre o aborto, levaria a disputa para o segundo turno. Um terceiro elemento, na avaliação de petistas, também pesou. Erenice, o braço direito de Dilma, aquela que tinha sido acusada de coordenar a criação do dossiê contra Fernando Henrique Cardoso no escândalo dos cartões corporativos, arrastou a candidata do PT para uma nova crise.

Na reta final da campanha, em setembro de 2010, o filho de Erenice foi acusado de tráfico de influência e de cobrar propina para intermediar negócios com o governo. A denúncia foi feita por um

empresário do setor de transportes à revista *Veja*. Erenice culpou a imprensa por persegui-la – resposta padrão de defesa entre os políticos – e a oposição, por tentar, através dela, atingir a candidatura de Dilma. Renunciou ao cargo para se defender das denúncias. E para não prejudicar a eleição da amiga.

A disputa foi marcada pelo debate sobre a descriminalização do aborto, embalado por grupos religiosos e estimulado pelo tucano José Serra. Um ano antes da campanha presidencial, e ainda se recuperando do câncer linfático, Dilma concedeu uma rara e abrangente entrevista à revista *Marie Claire*. Falou sobre família, cirurgias plásticas, Deus e aborto:

Marie Claire – *Uma das bandeiras da Marie Claire é defender a legalização do aborto. Fizemos uma pesquisa com leitoras e 60% delas se posicionaram favoravelmente, mesmo o aborto não sendo uma escolha fácil. O que a senhora pensa sobre isso?*

Dilma Rousseff – *Abortar não é fácil pra mulher alguma. Duvido que alguém se sinta confortável em fazer um aborto. Agora, isso não pode ser justificativa para que não haja a legalização. O aborto é uma questão de saúde pública. Há uma quantidade enorme de mulheres brasileiras que morre porque tenta abortar em condições precárias. Se a gente tratar o assunto de forma séria e respeitosa, evitará toda sorte de preconceitos. Essa é uma questão grave que causa muitos mal-entendidos.*

MC – *Hoje, o que é preciso para legalizar o aborto no Brasil?*

DR – *Existem várias divisões no país por causa dessa confusão, entre o que é foro íntimo e o que é política pública. O presidente é um homem religioso e, mesmo assim, se recusa a tratar o aborto como uma questão que não seja de saúde pública. Como saúde pública, achamos que tem de ser praticado em condições de legalidade.*

Essas declarações foram tão exploradas pelo PSDB que ganharam uma dimensão desproporcional. Durante semanas, a campanha girou basicamente em torno desse tema. Igrejas começaram uma cruzada contra Dilma, chegando ao ponto de passar de mão em mão, em missas e cultos, um vidro transparente contendo um feto, numa tentativa de horrorizar os fiéis.

Pressionada por grupos religiosos, especialmente pelas igrejas evangélicas que aderiram a sua campanha, Dilma se viu obrigada a escrever uma carta dizendo ser contra o aborto:

Dirijo-me mais uma vez a vocês, com o carinho e o respeito que merecem os que sonham com um Brasil cada vez mais perto da premissa do Evangelho de desejar ao próximo o que queremos para nós mesmos. É com esta convicção que resolvi pôr um fim definitivo à campanha de calúnias e boatos espalhados por meus adversários eleitorais. Para não permitir que prevaleça a mentira como arma em busca de votos, em nome da verdade quero reafirmar:

– *Sou pessoalmente contra o aborto e defendo a manutenção da legislação atual sobre o tema;*

– *Eleita presidente da República, não tomarei a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas não concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no país.*³

Foi um remendo considerado constrangedor para as mulheres da esquerda. Mas era campanha e melhor se desdizer do que perder a eleição. No caso de Serra, o feitiço virou contra o feiticeiro. A colunista Mônica Bergamo, da *Folha de S.Paulo*, publicou matéria contando que ex-alunas da esposa do tucano, Monica Serra, relataram que em aula na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) ela contou ter feito um aborto do marido durante a ditadura militar porque “tinham um futuro incerto”. A *Folha* tentou falar com Monica Serra durante dois dias para que comentasse os relatos das ex-alunas, sem sucesso.

O assunto morreu. Dilma seguiu em frente sem enfrentar novas turbulências, até que o governo editou uma portaria dia 21 de maio de 2014 incluindo o aborto legal na tabela de procedimentos do SUS. Com a medida, os hospitais credenciados passariam a receber R\$ 443,40 para abortos nos casos permitidos por lei. Esse tipo de atendimento já era feito nos hospitais, mas numa categoria não específica, o que eventualmente dificultava o atendimento às mulheres. A portaria fala em “interrupção da gestação/antecipação terapêutica do parto previstas em lei”, descreve o que é o aborto legal e quem

poderia se beneficiar pela nova regra:

O aborto legal consiste em procedimento direcionado a mulheres em que a interrupção da gestação é prevista em lei, por ser decorrente de estupro, por acarretar risco de vida para a mulher ou por ser gestação de anencéfalo. A interrupção da gestação deverá ser realizada em conformidade com as Normas Técnicas do Ministério da Saúde. Engloba: acolhimento; anamnese; realização de profilaxias e exames necessários, incluindo anatomo-patológico (quando couber); notificação da violência sexual e outras violências (quando couber); realização da interrupção da gestação pelos métodos: medicamentoso, curetagem e esvaziamento manual intrauterino (AMIU); oferta de anticoncepção pós-procedimento, encaminhamentos, consultas de retorno de acordo com o caso, e guarda de material genético (quando couber). Atributos complementares: Exige Cartão Nacional de Saúde (CNS), inclui valor da anestesia e admite permanência a maior. Idade: de 9 a 60 anos.

A portaria durou oito dias. Foi revogada por “falhas técnicas”. O motivo foi só uma justificativa para tirá-la de circulação. O que pesou foi a questão política. A bancada evangélica, liderada pelo PSC (Partido Social Cristão), que apoiou a eleição de Dilma em 2010, passou a espalhar pelo país que a medida do governo era a “oficialização do aborto no país”. O PSC é o partido do polêmico pastor Marcos Feliciano (SP), que ficou conhecido ao assumir a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e pautar temas que afrontavam a comunidade LGBT, e do Pastor Everaldo que, em 2014, é candidato a presidente para difundir pelo país “os valores da família”.

Em nota oficial, o PSC ameaçou recorrer à Justiça e chamou a iniciativa do governo de “nefasta”:

O Partido Social Cristão anuncia ao povo brasileiro que vai recorrer à Justiça contra a Portaria 415, do Ministério da Saúde, que oficializa o aborto no nosso país. Esta decisão atende o clamor dos brasileiros que veem na medida do governo uma brecha para a oficialização da interrupção da vida. Ao custo de R\$ 443,40 o governo reduz princípios básicos da vida e da família a pó. O PSC não apenas rejeita veementemente esta proposição, como também denuncia e conclama todos os brasileiros a se posicionarem contra esta iniciativa nefasta. O Partido concentrará seus esforços para que esta portaria não prospere. Não podemos mais permitir que ideário contra os mais caros valores da vida sejam ultrajados e desrespeitados por posições adversas ao seu povo. Este governo não apenas desdenha das necessidades da população, como saúde, educação, transportes e segurança pública, como avança sobre princípios elementares da existência humana.

A portaria virara pó.

Em 2010, mesmo com os percalços enfrentados por sua candidata, Lula atingia, às vésperas da eleição, 83% de popularidade segundo o Datafolha. Não tinha Erenice, legalização do aborto, inexperiência eleitoral ou política que tirasse a vitória de Dilma. “Nunca, nunca, nunca passou pela nossa cabeça que ela seria presidente. Obviamente nunca. Ninguém suspeitava no Brasil que ela pudesse ser candidata, nem ela”, resume Araújo sobre a eleição de sua ex-mulher.

Antes de assumir o cargo, ainda durante o governo de transição, Dilma consultou especialistas sobre o uso do termo “presidenta”. Dizia que era uma forma de demarcar claramente que, pela primeira vez no Brasil, uma mulher chegava a este posto. Virou um debate filosófico. A assessoria de Dilma chegou a fazer pesquisas que apontaram que as pessoas achavam estranho a troca do presidente por presidenta. Assessores atribuem a ideia a um incentivo dado pela presidente argentina, Cristina Kirchner. Logo após a apuração dos votos, no Brasil, ela telefonou a Dilma para parabenizá-la: “Bem-vinda ao clube, presidenta”, disse Cristina, que, ao assumir o posto, determinou o uso de presidenta, regra que se estendeu aos jornais argentinos e à população. Aqui, não chegou a tanto. Os jornais e TVs decidiram manter a palavra na forma convencional – “presidente Dilma” –, enquanto o termo “presidenta” foi adotado pelos políticos aliados e na redação de documentos oficiais. O primeiro deles foi o convite do Tribunal Superior Eleitoral para sua diplomação.

Eleita pela força de Lula e pela imagem de técnica competente, Dilma passou a enfrentar problemas

por seu perfil centralizador. Todas as decisões, desde uma edição de PowerPoint ao andamento de obras de infraestrutura, tinham que passar por suas mãos. As características que a alçaram à posição de “gerente” do governo Lula também a prejudicaram em sua gestão. Dilma tem dificuldade em delegar decisões e não aceita bem debater medidas governamentais. “Dilma não acha, ela tem certeza de que é a melhor economista do país”, resume um auxiliar da presidente na área econômica.

Seu estilo polêmico, seu intervencionismo e a dificuldade do governo em cumprir metas instalaram um clima de pessimismo e de frustração. As regras para a concessão de estradas, ferrovias, portos, aeroportos e do setor elétrico, por exemplo, passaram por contínuas revisões e atrasaram os investimentos. Isso ficou bem visível em meio à preparação do país para a Copa do Mundo. O Brasil foi escolhido como sede em 2007. Ainda no governo Lula, a Casa Civil começou a desenhar um programa para garantir um “legado” aos brasileiros. O PAC foi turbinado com mais recursos. O governo criou o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), para acelerar as obras. Ele foi instituído em 2011 porque o Executivo considerava que a Lei de Licitações é burocrática, o que retarda a contratação dos serviços. Pouco adiantou, diante da demora na tomada de decisões, nos erros de avaliações técnicas e na falta de diálogo.

Nos projetos de concessões, um problema comum: o governo editou medidas provisórias e lançou marcos regulatórios com regras mais rígidas sem negociar com os setores atingidos. As companhias energéticas e os empresários reclamaram, recorreram ao Congresso, e o governo teve que ceder. Isso levou tempo e atrasou todo o cronograma.

As concessões de ferrovias pararam por falta de interessados, e os leilões de rodovias passaram por dificuldades. No dia 13 de setembro de 2013, o governo deu início ao primeiro leilão de concessão na área de infraestrutura. Foi surpreendido pela falta de interessados na obra de duplicação de trecho da BR-262, que liga Minas Gerais ao Espírito Santo. O lote era considerado pelo governo um dos melhores do pacote rodoviário de concessões. O edital teve que ser reformulado, de modo a garantir maior rentabilidade à iniciativa privada.

O resultado do leilão da BR-262 foi um dos sintomas de que a elaboração do Programa de Investimentos em Logística tinha falhas, a maioria por falta de debate entre governo e empresários. O Executivo deu ao mercado um prato feito, definindo taxas de retorno e impondo tarifas. Os empresários devolveram o prato porque não concordaram com as imposições. Achavam que a margem de lucro estabelecida era pequena. Só então o governo resolveu negociar antes de tomar novas decisões.

O Programa de Investimentos em Logística foi concebido para melhorar o ritmo de crescimento da economia, na sequência das obras do Minha Casa, Minha Vida, bem-sucedido projeto de construção de moradias iniciado no governo Lula. A diferença entre o sucesso de um e a paralisia de outro foi o nível de informações oferecidas pelo governo aos empresários. O Minha Casa, Minha Vida passou por uma série de debates. O setor da construção civil foi chamado pelo presidente Lula e incentivado a opinar. Já a elaboração do programa de logística foi marcada por divergências internas e pela falta de discussão com os empresários atingidos. Com a saída de Bernardo Figueiredo do governo depois de desentendimentos com a ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil), que se apropriou do programa, inicialmente coordenado pela Empresa de Planejamento e Logística, foi a vez de Gleisi abandonar a gestão para concorrer ao governo do Paraná, retomando em abril seu mandato de senadora.

A Transposição do São Francisco e a Refinaria Premium I se tornaram os símbolos de obras do PAC prometidas e não entregues.

Além de atrasada, a transposição recebeu vários aditivos financeiros, passando de R\$ 4,8 bilhões, originalmente, para R\$ 8,2 bilhões. A obra começou em junho de 2007, com previsão de entrega em 2010 (eixo Leste) e 2012 (eixo Norte). Em dezembro de 2010, Lula viajou ao Nordeste para fazer uma

vistoria. Era algo impressionante: um extenso canal cimentado, pronto para escoar a água do rio. Lula entrou, tirou fotos, e brincou que aquele era um momento histórico porque, depois que a água passasse a jorrar, nunca mais ninguém conseguiria caminhar ali dentro. Empolgado, discursou: “A transposição era um desejo de Dom Pedro. E nem Dom Pedro conseguiu fazer, nem ele, que era imperador, filho do rei. Foi preciso vir o Lula, filho da dona Lindu, para fazer.”

Quatro anos depois, nenhuma gota d’água do São Francisco escoou pela obra da Transposição. Para tentar acelerar o andamento, Dilma determinou que o projeto fosse dividido em lotes menores. Formaram-se 14 subcontratos e o efeito foi contrário. Virou um caos gerencial. Em visita a um dos trechos da transposição em maio de 2014, a presidente Dilma admitiu que a complexidade da obra foi subestimada.

“É uma obra bastante sofisticada. Implica num tempo de maturação. Eu não estou negando que houve atrasos. Houve atrasos porque também acho que se superestimou muito a velocidade que poderia ter, minimizando a sua complexidade”, declarou durante visita de inspeção.

Quando a obra foi planejada, no governo Lula, Dilma era a ministra que coordenava o PAC e toda a análise dos projetos. Portanto, se houve previsão errada para a conclusão da transposição, ela é uma das responsáveis diretas pelo cálculo errado, ou como disse, “superestimado”.

A visita às obras e a declaração de Dilma soou como uma vacina.

No programa de governo entregue à Justiça Eleitoral no dia 5 de julho de 2010, é apresentando um elenco de 79 promessas, entre elas, a conclusão da transposição.

A elevação das taxas de crescimento que deverá marcar o Governo Dilma exigirá a conclusão das obras do Plano de Aceleração do Crescimento. O PAC 1 e o que estará no PAC 2 acentuarão a competitividade da economia brasileira mas, sobretudo, propiciarão consideráveis melhorias das condições de vida dos brasileiros. Ênfase especial será dada na conclusão das obras do Projeto São Francisco e de trabalhos complementares que permitam a recuperação do rio e de seus afluentes, a irrigação de terras, o abastecimento de água potável. A conclusão da transposição é uma das sete obras do PAC citadas como prioritárias.

A Refinaria Premium I que, quando concluída, se tornaria a maior do Brasil, mal saiu do papel. O empreendimento foi lançado no início de 2010 por Lula e pela ministra-candidata Dilma, na cidade de Bacabeira, a 60 quilômetros de São Luís. A governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB), seu pai, o senador José Sarney (PMDB-AP), e o ministro Edson Lobão (Minas e Energia) fizeram festa, com direito a discurso e uma foto em que aparecem Lula dentro de uma empilhadeira e, em sequência, de cima para baixo na escadinha do equipamento, Roseana, Dilma e Lobão.

O projeto da Premium previa capacidade de produção de 600 mil barris/dia, empregaria 25 mil pessoas no ápice das obras e deveria entrar em pleno funcionamento em 2016. Mas está paralisada. Somente em terraplanagem, consumiu R\$ 583 milhões, além de mais R\$ 1 bilhão em projetos, treinamentos, transporte e estudos ambientais. Tudo pago pela Petrobras.

O custo total da refinaria está estimado em R\$ 38 bilhões e a previsão de conclusão passou para 2018.

Apesar da festa no lançamento da pedra fundamental em 2010, nem projeto básico havia naquela ocasião. É incrível que esse detalhe, a falta do projeto básico, tenha passado pelo crivo da dura gerente Dilma. De prioritária, a refinaria foi para o limbo. No Plano de Negócios da Petrobras para o quadriênio 2013/2017, o empreendimento consta apenas na carteira de fase de projeto.

Um relatório de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU), de abril de 2013, apontou indícios graves de irregularidade na terraplanagem – a única obra que teve início, mas que foi paralisada sem ser concluída, conforme relatório do tribunal. De acordo com os fiscais do TCU, somente em 1º de novembro de 2010 – oito meses depois da festa com Lula e companhia – e já com a terraplanagem em andamento, é que foi assinado um contrato para elaboração do projeto básico da

refinaria.

A pressa da Petrobras em dar visibilidade a uma refinaria que não tinha nem projeto básico ocasionou, de acordo com relatório do TCU, um dano de R\$ 84,9 milhões. Diz um trecho do documento: “Entende-se que o contrato não poderia ter sido assinado sem a liberação das áreas para o consórcio construtor. A consequência disso foi um dano de R\$ 84,9 milhões.” No entendimento dos técnicos do tribunal, a petroleira foi responsável pelo atraso na liberação do terreno e demorou a emitir ordens de serviço para que a terraplanagem começasse. O valor do dano inclui os gastos com uma ação extrajudicial e um aditivo.

A CONTABILIDADE CRIATIVA

No governo Dilma, o Brasil passou a viver numa trajetória constante de baixo crescimento. No primeiro trimestre de 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) atingia alta de apenas 0,2%. Logo após o anúncio dos números pelo IBGE, o ministro Guido Mantega (Fazenda) atribuía o “pibinho” à alta da inflação, que o governo resistia em admitir que voltava a rondar o país. “Embora a massa salarial tenha crescido, o crédito escasso e a inflação de alimentos diminuíram o consumo das famílias”, declarou em entrevista coletiva.

Como solução para o próximo trimestre, fé na Copa do Mundo mas como forma de impulsionar a economia interna.

O que aconteceu com aquele país estável economicamente, sem inflação, com uma nova classe média emergindo e um mercado interno em ebulição, deixado por Lula e, antes, sedimentado por Fernando Henrique Cardoso?

A avaliação geral dos analistas econômicos é que o governo não elaborou um plano para garantir crescimento e quer resolver todos os seus objetivos de uma só vez: gastar sem planejamento; diminuir a carga tributária e reduzir os juros de forma unilateral. “Falta para o governo e para a presidente Dilma uma visão estratégica para onde caminhar e o que fazer para crescer”, avalia o economista Felipe Salto, da consultoria Tendências.

A conta é simples: em termos reais, a economia cresce menos quando a inflação e os juros sobem. Em 13 meses, a partir de abril de 2013, o Banco Central começou uma escalada de aumento dos juros, subindo de 7,25% para 11% no fim de maio. Quanto à inflação, persiste na casa dos 6%, na média. Mas os preços dos alimentos e dos serviços aumentaram mais do que este índice, criando um clima de pessimismo e um mau humor geral.

Com a inflação em alta e os juros subindo, as famílias passaram a enfrentar mais dificuldade para comprar e para pagar suas dívidas, reduzindo o consumo, que, no governo Lula, se acentuou e se tornou o motor do crescimento.

Mas os problemas não param aí. Os empresários têm sua parcela de responsabilidade. Houve falta de investimentos e uma paralisia na indústria, principalmente. O setor culpa o governo por excesso de impostos, burocracia e falta de infraestrutura, o que de fato reduz a competitividade da indústria nacional. A questão é que Dilma se elegeu com a promessa de que enfrentaria os gargalos de infraestrutura e, com a imagem de gerente dura na queda, criou-se uma expectativa de que realmente, desta vez, o prometido seria cumprido e as obras saíam do papel.

A reforma tributária foi outra promessa deixada pelo caminho. No dia 2 de fevereiro de 2011, ao atravessar a rua que liga o Palácio do Planalto ao Congresso Nacional, Dilma leu suas diretrizes de governo, prometendo empenho para a aprovação das reformas política e tributária:

Trabalharemos em conjunto com esta Casa para a retomada da agenda da reforma política. São necessárias mudanças que fortaleçam o sentido programático dos partidos brasileiros e aperfeiçoem as instituições, permitindo mais transparência ao conjunto da atividade pública. A reforma tributária também é tema essencial, a fim de que o sistema tributário seja simplificado, racionalizado e modernizado, apontando para uma base de arrecadação mais ampla e com a desoneração de atividades indutoras do crescimento, em especial dos investimentos, assim como dos bens de consumo popular. Promoveremos a melhoria da qualidade do gasto público, de modo a preservar o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. Isso não se fará sem grandes esforços e sem a imprescindível colaboração do Congresso Nacional. A qualidade da despesa pública deve representar nosso compromisso com o presente e o futuro do país, com as atuais e futuras gerações.

O Planalto nunca enviou ao Congresso um projeto propondo uma reforma tributária. As mudanças que ocorreram na área foram impostas por meio de medidas provisórias, instrumento este vastamente utilizado pelo governo, reduzindo as competências dos senadores e deputados.

O governo Dilma também ficou conhecido pela “contabilidade criativa”. Para cumprir a meta fiscal e não perder credibilidade no cenário internacional, Dilma, assessorada pelo secretário do Tesouro, Arno Augustin, passou a “melhorar a aparência” dos resultados das finanças públicas. Essa contabilidade começou a ser feita como forma de atingir um bom superávit primário, que em tese, é a economia que o governo faz para pagar juros da dívida pública. Ele é um indicador importante porque mostra a capacidade do país de controlar seu nível de endividamento. O superávit primário serve como uma sinalização ao mercado que as contas estão bem e é parte importante na análise que as agências de risco fazem sobre a economia brasileira.

A contabilidade criativa não é uma operação ilegal, mas tira a credibilidade da política fiscal. Um exemplo de como o governo opera essa conta: todas as despesas do PAC simplesmente não aparecem como gasto no Orçamento da União e, receitas extraordinárias, que não deveriam fazer parte desta conta, são contabilizadas para inflar os números. “Esse mecanismo deturpa a meta fiscal. É como gastar dinheiro, mas dizer que não gastou”, resume Felipe Salto.

A contabilidade criativa virou alvo de críticas e também de piadas, transformando um assunto sério, as contas públicas, num emaranhado de números e estatísticas sem credibilidade.

A FALTA DE DIPLOMACIA PRESIDENCIAL

Lula transformou o Brasil num *player* mundial. No fim de seu governo, não se falava sobre nenhum assunto de interesse global sem que o Brasil fosse consultado. Batalhou por um assento no Conselho de Segurança da ONU (não levou porque os países membros não têm interesse em fazer uma reforma do órgão num futuro próximo, mas não houve reunião com chefe de Estado em que Lula não pediu apoio ao pleito), se envolveu no impasse sobre o programa nuclear do Irã, foi um dos principais articuladores da criação da Celac (Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos) e da Unasul (União de Nações Sul-Americanas), e estimulou uma agenda sistemática de encontros dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como oportunidade de os cinco países, juntos, influenciarem decisões comerciais e políticas em todo o mundo. Lula mudou o eixo da política externa do governo Fernando Henrique Cardoso, priorizando a cooperação Sul-Sul, entre os países em desenvolvimento. Na gestão tucana, a prioridade de relacionamento era com um Norte rico.

Dilma praticamente tirou a diplomacia presidencial de sua agenda, fazendo o Brasil reduzir substancialmente a influência, mesmo que relativa do ponto de vista comercial, construída ao longo dos oito anos do governo Lula.

“Com Dilma, o Brasil saiu de moda. Sobram motivos para entender que a perda do brilho extrapola apostas financeiras. O ‘eclipse’ envolve percalços abrangentes nos três campos das relações internacionais: o econômico-militar, o político-militar e o dos ‘valores’. Durante a cúpula do G20 há cinco anos, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, chamava Lula de ‘o cara’. O Brasil era ‘o país’. Parecia em rota para ultrapassar a França como quinta maior economia em 2015. Hoje, após três anos de crescimento medíocre, continuamos com taxas de poupança e investimento inferiores a 20% do PIB. Observamos o ocaso do Mercosul e a inexistência de acordos comerciais com polos mais dinâmicos”, analisa Marcos Troyjo, especialista em Relações Internacionais e diretor do BRICLab da Universidade de Columbia.

A mudança de eixo nas relações internacionais impulsionada por Lula mostrou-se problemática. Além de não alavancar grandes ganhos na área comercial, a liderança do Brasil na América Latina fragmentou-se pelo desinteresse de Dilma em manter a liderança exercida pelo seu antecessor e por “inconsistência moral”.

“Empregamos ‘padrões duplos’, marca do cinismo de potências que sempre criticamos, nas crises presidenciais de Honduras e do Paraguai. Nossa tradição de equilíbrio parece incongruente com endosso automático aos regimes de Cuba e da Venezuela. Acrescente-se o atabalhoamento de Dilma na diplomacia presidencial, a que, quando chamada, não tem uma boa performance, e se completa o quadro de retração brasileira em diversas frentes globais”, diz Troyjo.

O único momento em que a presidente teve algum destaque na comunidade internacional durante seus quase quatro anos de governo foi no seu discurso de abertura da 68ª. Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2013. No começo daquele mês, Edward Snowden, o ex-analista da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos, vazou documentos que divulgavam um superesquema de espionagem pelo governo americano. Entre os presidentes monitorados estava Dilma.

Em Nova York, a presidente discursou em tom rígido, dizendo que as denúncias causaram “indignação” e “repúdio”. E qualificou a espionagem, que atingiu inclusive suas comunicações pessoais de “uma grave violação dos direitos humanos e das liberdades civis; de invasão e captura de informações sigilosas relativas a atividades empresariais e, sobretudo, de desrespeito à soberania nacional”.

Foi um momento importante, mas pontual. Dilma não aproveitou os olhares do mundo para permanecer no cenário internacional. A avaliação de diplomatas e jornalistas que cobrem a área internacional é a de que Dilma não tem paciência para os “salamaleques” do Itamaraty e para um tipo de política que nem sempre tem efeitos práticos ou imediatos. “A presidente quer saber o que vamos ganhar participando de uma cúpula ou de um encontro bilateral”, relata um especialista em diplomacia brasileira. Mas a conta não é tão simples, de perdas e ganhos, apenas.

Sem paciência para a área internacional e mais focada nas questões domésticas, Dilma delegou ao vice-presidente Michel Temer a participação em posses de presidentes em países vizinhos, e a chefia de delegações em foros multilaterais e em viagens de negócios.

Já em campanha eleitoral e aproveitando os holofotes voltados ao Brasil com a realização da Copa do Mundo, Dilma organizou uma reunião dos Brics, em julho de 2014, na qual foi criado o Banco dos Brics, para ser uma espécie de contraponto ao Fundo Monetário Internacional.

MICHEL TEMER, O PRONTO-SOCORRO POLÍTICO

Lula conseguiu emplacar sua candidata à sucessão, em 2010, mas não teve o mesmo sucesso na definição

do candidato a vice-presidente. Nos últimos meses de seu governo, pavimentou a aproximação do PMDB com o PT e planejou a indicação de Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, ao segundo posto mais importante da República. Era o plano perfeito: garantir a Dilma o apoio formal do maior partido brasileiro e, ainda, escolher um nome de sua confiança para acompanhar sua ministra na corrida eleitoral. Em setembro de 2009, a poucos dias do prazo legal para se habilitar a um cargo eletivo, Meirelles, que havia deixado o PSDB para assumir o BC, se filiou ao PMDB. Mas Lula esbarrou em Michel Temer, presidente nacional do partido e presidente da Câmara dos Deputados. Temer mantinha total controle da legenda e só permitiria que um peemedebista ocupasse a vaga de vice: ele próprio. Menos por vaidade e mais por conhecer intimamente o PMDB. Sabia que com Meirelles, ou com um peemedebista que tivesse menos controle da máquina partidária, seria missão impossível garantir o apoio formal à aliança com Dilma. Lula pesou o que era mais importante: insistir no nome de Meirelles ou conquistar o PMDB, que até 2010 nunca havia fechado uma aliança oficial com o PT, apresentando um nome para compor a chapa presidencial. O petista cedeu e engoliu a indicação de Temer, garantindo à sucessora um caminho seguro. O presidente peemedebista foi aclamado candidato a vice com o apoio de 84% da legenda, levando a maioria absoluta do partido a apoiar Dilma. Em 2006, o PMDB se dividiu entre o apoio a Lula e o tucano Geraldo Alckmin. Em 2002, apoiara o candidato do PSDB, José Serra.

Sacramentada a aliança, começaram os problemas que se arrastaram por toda a campanha de 2010 e se estenderam ao governo eleito de Dilma Rousseff e Michel Temer. O PT excluiu o PMDB do núcleo principal da campanha, num gesto de desprezo ao candidato a vice, e só mudou de postura quando viu que a eleição iria para o segundo turno. A convivência pacífica, no entanto, durou pouco, apesar do esforço permanente de Temer de manter os dois partidos minimamente alinhados. As relações entre PT e PMDB foram pontuadas por dificuldades e desconfianças. A convivência oscilava do tolerável ao insuportável.

Os problemas se agravaram pela dificuldade de Dilma em estabelecer diálogo com os aliados. Ela foi eleita por uma composição formada por dez partidos: PT, PMDB, PCdoB, PDT, PRB, PR, PSB, PSC, PTC e PTN, e pelo PP, que ficou neutro durante a eleição, mas aderiu à situação assim que ela venceu a disputa. Uma grande coalizão pela manutenção do PT no poder, mas disforme e sem identidade programática. Era previsível que os quatro anos de governo fossem turbulentos. Os partidos estavam habituados a negociar com Lula, um especialista nas relações políticas. Não estavam preparados para o temperamento difícil de Dilma.

Estreante em cargos eletivos como presidente da República, Dilma começou sua gestão emparedada por pedidos de cargos pelos aliados. Aceitou goela abaixo indicações dos partidos mas, passados os primeiros meses de adaptação, se acomodou na cadeira presidencial e resolveu se rebelar contra as pressões. De junho a dezembro de 2011, demitiu oito ministros – alguns foram levados a pedir exoneração – por denúncias de irregularidades.

A faxina começou com a queda do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci (PT). Responsável pela articulação política do governo, ele não resistiu à onda de questionamentos sobre o crescimento de seu patrimônio pessoal. Pediu demissão em junho daquele ano, abrindo a temporada de demissões na Esplanada dos Ministérios. O presidente do PR, senador e ministro dos Transportes no governo Lula, Alfredo Nascimento, foi mantido por Dilma no cargo. Sua permanência fazia parte do acordo para apoiá-la na eleição. Nascimento caiu por denúncias de um esquema de cobrança de propina no ministério e em dois órgãos ligados à pasta: o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Valec, que administra as ferrovias. Outro remanescente do governo Lula, o ministro do Esporte, Orlando Silva (PCdoB), entregou o cargo por acusações de desviar dinheiro público para

abastecer o caixa do seu partido para campanhas eleitorais. O peemedebista Wagner Rossi, ministro da Agricultura no último ano da gestão Lula, também foi mantido por Dilma, mas pediu demissão após surgirem denúncias de corrupção na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), órgão que presidiu antes de ser ministro, por favorecimento a empresários que financiaram campanhas do partido e de seus aliados. O presidente nacional do PDT e ministro do Trabalho, Carlos Lupi, também foi mantido por Dilma com o fim do governo Lula. Entregou o cargo por denúncias de tráfico de influência. O ministro Pedro Novais (PP) pediu demissão por causa de acusações de uso de dinheiro público para fins pessoais. Outro progressista na lista dos demissionários foi Mário Negromonte, ministro das Cidades, acusado de adulterar pareceres técnicos em obras da Copa do Mundo para favorecer empresas. O último a pedir demissão foi o ministro da Defesa, Nelson Jobim (PMDB). Sua saída não teve relação com denúncias. Ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, chamado por Lula em julho de 2007 para assumir a pasta que vinha desgastada pela crise do setor aéreo, Jobim perdeu a paciência com os desacertos políticos do governo. Em uma entrevista à *Revista Piauí*, prenúncio de sua exoneração, Jobim chamou a ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) de “fraquinha” e disse que a substituta de Palocci na Casa Civil, Gleisi Hoffmann, “sequer conhece Brasília”. As demissões abriram vagas importantes na Esplanada e estimularam uma corrida dos aliados, do PMDB em particular, pelo controle dos cargos, o que moveu o partido ao longo de toda a gestão Dilma-Temer. Apesar do tamanho e importância eleitoral, a legenda sempre esteve subrepresentada em número de ministérios. Das 39 pastas, ao longo dos quatro anos de governo, o PMDB nunca teve mais do que seis ministros. Já o PT manteve durante este período entre 18 e 20 ministérios.

Em meio à faxina ministerial, o governo e o Congresso Nacional travavam a batalha do Código Florestal. O Planalto exigia da base aliada, em especial do PMDB, que votasse contra uma emenda que anistiava os desmatadores, mas os peemedebistas estavam divididos sobre a questão. Por orientação de Dilma, Palocci, ainda no cargo mas enfrentando denúncias de tráfico de influência, telefonou ao vice-presidente e ameaçou demitir ministros do PMDB caso o partido não obedecesse à sua orientação. O primeiro a sair, disse na conversa, seria o ministro da Agricultura, Wagner Rossi. Temer é conhecido pela sobriedade e pela paciência. Não é político de rompantes, não eleva o tom de voz, não perde o controle. O telefonema ameaçador de Palocci, no entanto, o tirou do sério. “Você acha que eu vou brigar por um ministério de merda?”, respondeu Temer, num raríssimo momento de descontrole, ao ministro da Casa Civil, segundo noticiou o colunista do *O Globo* Jorge Bastos Moreno, no dia 28 de maio de 2011. Horas depois do episódio, Palocci telefonou novamente ao vice se desculpando e propôs uma conversa entre ele e Dilma. A relação da presidente com o vice era formal. Não se encontravam com frequência para discutir questões do governo. Apesar do pedido de desculpas, a conversa não foi amena. “Desculpe pelo telefonema anterior. A tensão está grande, mas sempre fomos amigos”, disse Palocci. “Não, Palocci. Nunca fomos amigos íntimos”, devolveu Temer. O mal-estar gerado por Palocci e a tensão que permeou a votação do Código Florestal, colocando PT contra PMDB no Congresso, quase levou ao rompimento entre os dois partidos apenas quatro meses após o começo do governo. O episódio escancarou a inabilidade política de Dilma e de seus articuladores políticos. A partir daí, os peemedebistas abriram seu saco de maldades, mirando a desestabilização das relações e criando um ambiente de retaliações.

Sem uma base sólida na Câmara, o governo passou a enviar dezenas de Medidas Provisórias ao Congresso, em vez de negociar iniciativas por meio de projetos de lei. As MPs têm tramitação mais rápida do que os projetos e ganham validade sem mesmo serem votadas. A volta do uso deste mecanismo para burlar debates no Congresso irritou os partidos aliados, que viram na estratégia do Planalto uma forma de esvaziar seus poderes.

O ex-presidente Lula inaugurou o ciclo da edição exagerada de medidas provisórias. De 2003 a 2010, período que engloba o primeiro e o segundo mandatos, o petista editou 414 MPs, uma média de 52 por ano. O Planalto descobriu nelas um modo de atalhar a votação de projetos do seu interesse sem que precisasse passar por várias comissões temáticas no Congresso – um projeto de lei pode demorar anos para ser aprovado. O Executivo passou a mandar para o Legislativo medidas provisórias todas as semanas, já que assim que editada pelo governo passa a ter força de lei pelo critério de urgência e relevância. Elas podem vigorar por 120 dias mas, para serem mantidas após esse prazo, precisam ser aprovadas pelo Congresso. O excesso de MPs inchou as pautas da Câmara e do Senado e, como elas têm prioridade de votação pelo prazo de vigência, acabou represando a análise de emendas constitucionais, projetos de lei e decretos legislativos.

A esperteza de Lula no uso das MPs causou um princípio de crise com o Congresso no meio do segundo mandato, em 2008. Os presidentes da Câmara, Michel Temer, e do Senado, José Sarney (PMDB-AP), pediram a Lula para “amenizar” o uso das MPs, restringindo-o a situações urgentes. O exagero era tanto que o governo Lula editou MP para ajudar financeiramente o Senegal, para reduzir o imposto sobre o fubá e até para criar 20 mil cargos comissionados no Executivo.

Lula prometeu a Temer e Sarney que limitaria o uso de MPs. Cumpriu o combinado por um tempo, mas aos poucos, voltou a editá-las indiscriminadamente. Doutor em Direito e constitucionalista respeitado no meio jurídico, Temer decidiu então alterar a forma de tramitação das medidas provisórias. Como presidente da Câmara, fez nova interpretação constitucional, decidindo que não trancariam a pauta de votações de emendas constitucionais, projetos de Lei Complementar, códigos – como alterações nos códigos Civil e Penal, e decretos legislativos. A nova interpretação gerou dúvidas no governo e incômodo no presidente Lula, que não gostou da decisão, mas foi amplamente acolhida no meio jurídico.

Era o fim de um contencioso. Até a eleição de Dilma. Seu governo ressuscitou o envio de um grande número de MPs ao sentir dificuldade no diálogo com o Congresso. As medidas provisórias mexiam em temas sensíveis, como mudanças no sistema tributário, novo marco da mineração e criação de novas regras para a concessão de terminais portuários. Os presidentes da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), foram a Temer reclamar. O vice-presidente conseguiu obter de Dilma o compromisso de que reduziria a edição de MPs, passando a enviar ao Congresso projetos de lei com urgência constitucional. Era uma importante diferença para os deputados. Apesar de tramitação similar à de medida provisória, projeto de lei com urgência constitucional só entra em vigor se for aprovado pelos deputados e senadores.

O clima entre a base parlamentar e o gabinete presidencial, que já estava ruim, ficou péssimo. Em março de 2012, os senadores, considerados pelo governo mais leais do que os deputados, prepararam uma desagradável surpresa para Dilma. Ela queria a recondução de Bernardo Figueiredo, assessor de sua extrema confiança, a diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Pela legislação, indicações de autoridades precisam ser aprovadas pelo Senado. Figueiredo ganhou aprovação da Comissão de Infraestrutura, depois de ser sabatinado pelos senadores. A oposição levantou denúncias de que ele teria agido em benefício de concessionárias, mas sem muita base para sustentar as alegações. As acusações serviram para senadores da oposição tentarem impedir a recondução no plenário. O que o Planalto não esperava é que o PMDB, sempre pronto a desarmar bombas para o governo nos momentos de crise, aderisse à oposição. Aproveitando-se de que o voto era secreto, senadores aliados traíram Dilma e votaram contra a indicação de Figueiredo. Chamado a explicar a traição, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que a derrota decorria de insatisfações generalizadas: “É o ministro que não atendeu, é a emenda que não saiu. Alguns senadores estão desgostosos. Não tem um problema específico.”

Uma semana depois do episódio, Dilma substituiu Jucá pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Antes de exercer a função no governo Dilma, Jucá havia sido líder dos governos Lula e Fernando Henrique. A presidente aproveitou a mudança no Senado para alterar também a liderança do governo na Câmara, exercida por Cândido Vaccarezza (PT-SP). O petista havia se tornado porta-voz das queixas dos deputados, críticos à hostilidade das duas principais articuladoras políticas do governo: as ministras Gleisi Hoffmann e Ideli Salvatti. Os congressistas não escondiam a irritação com ambas, em especial Ideli, responsável direta pela relação entre Executivo e Legislativo. Senadores e deputados reclamavam que a ministra não cumpria os compromissos assumidos e que não negociava, mas exigia. “A interlocução tem que ser ampliada, não é boa. O governo precisa fazer mais política e se conscientizar de que a relação entre Executivo e Legislativo é legítima. Se eu disser que é preciso mudar a ministra, pode parecer um pouco de mágoa, e eu não tenho. Se eu disser que não é, podem dizer que ‘então está tudo bem’. Acho que a discussão não é mudar as pessoas, mas ampliar a forma de ação. Aí cabe à presidente Dilma”, avaliou Jucá dias depois de deixar o cargo, no auge da crise política entre os dois poderes.

Com o desgaste de Ideli e as trocas dos líderes no Congresso, restou ao vice-presidente tentar administrar as divergências. Esta acabou sendo sua principal função nos quatro anos de governo. Em seu gabinete, localizado num prédio anexo ao Palácio do Planalto, Temer recebia para audiências, em média, cinco políticos por dia, entre ministros, senadores, deputados e presidentes de partido. A depender do grau de tensão entre Executivo e Legislativo, o número de reuniões subia para dez a quinze diárias, transformando sua sala num pronto-socorro político. Os pedidos eram basicamente os mesmos: ajuda na liberação de emendas parlamentares represadas pelo núcleo político do Planalto; cargos em ministérios, autarquias e superintendências regionais; e reclamações, muitas reclamações sobre o trato político dispensado pelo governo.

Temer tentava ajudar, mas sua interlocução com Dilma nunca foi aberta o suficiente a ponto de ela aceitar sugestões do vice. Em meio às manifestações de junho de 2013, a presidente fez um pronunciamento na TV propondo a convocação de um plebiscito que autorizasse o funcionamento de um processo constituinte específico para a Reforma Política. A ideia nunca foi discutida com Temer, um dos maiores constitucionalistas do Brasil e autor do livro *Elementos do Direito Constitucional*, publicado pela editora Malheiros, que vendeu mais de 200 mil exemplares e está na 24ª edição. O vice foi pego de surpresa com o conteúdo do pronunciamento de Dilma. Ela não pediu sua opinião, nem o avisou da proposta que anunciaria em rede nacional de TV. No dia seguinte, Temer declarou que a ideia era “inviável”. Antes, foi ao gabinete presidencial analisar, mesmo que tardiamente, o assunto. “Eu acho inviável. Tenho posição definida há muitos anos a respeito disso, dizendo que a Constituinte é algo que significa o rompimento da ordem estabelecida. Seja ela exclusiva ou não exclusiva. Porque ela nunca será exclusiva, ela sempre abarcará uma porção de temas. E para a situação atual não se faz necessária uma Constituinte, ou seja, não se faz necessário romper a ordem jurídica”, avaliou Temer, que participou da elaboração da Constituição Federal de 1988, em vigor atualmente no país. Temer atribuiu o discurso de Dilma a um “problema redacional” e sugeriu que ela, na verdade, estava defendendo uma consulta popular sobre a Reforma Política, cujas normas seriam definidas pelo Congresso Nacional.

“O que se faz necessário é consultar o povo. O povo vai dizer que Reforma Política quer, se é voto distrital, voto em lista, financiamento público, financiamento privado. E depois o Congresso tem que ser obediente às decisões. Tenho impressão de que o caminho é este. E é isto, penso eu, que é o que a presidenta quis dizer e poderá fazer”, defendeu.

A opinião de Temer surtiu efeito. O Planalto desistiu da Constituinte exclusiva após Dilma conversar com ele e com os presidentes do STF, Joaquim Barbosa, do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara,

Henrique Eduardo Alves. Coube ao então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, que dias depois seria remanejado para a Casa Civil, a tarefa de desdizer o pronunciamento oficial.

“Há uma polêmica constitucional: se há espaço na Constituição brasileira para uma Constituinte dessa natureza ou não. Vários juristas de peso sustentam que há. No entanto, nós não temos tempo hábil para realizar uma Constituinte. Por isso, a presidenta falou no seu discurso em plebiscito”, afirmou o ministro.

Questionado se o Planalto descartava a hipótese de uma Constituinte, Mercadante respondeu: “A Câmara se manifestou contra, o presidente do Senado disse que não haveria objeção, mas a convergência possível é o plebiscito.”

O governo chegou a mandar para o Congresso um projeto com sugestões de perguntas para a realização do plebiscito, que até hoje dorme na gaveta de alguma comissão na Câmara dos Deputados.

Outro ponto que colocou Dilma e Temer, PT e PMDB, em posições divergentes foi a regulação da mídia. A presidente sempre disse ser contra a adoção de qualquer medida de controle de conteúdo da imprensa. Quando assumiu, em 2011, Dilma engavetou proposta de regulação elaborada durante o governo Lula, pelo então ministro da Secretaria de Comunicação, Franklin Martins. Mas o PT sempre defendeu o tema e o manteve nos programas de governo do partido, inclusive, nas diretrizes programáticas para as eleições de 2014, desta vez, com a concordância de Dilma, que autorizou o PT a tratar da “regulação econômica da mídia”. Ou seja, ela é contra a censura de conteúdo, mas a favor do fim do monopólio. Num jantar em maio de 2014 com jornalistas dos principais jornais e TVs do país, a presidente deixou claro que não aceita discutir controle de conteúdo. “Eu não quero regular conteúdo de mídia nenhuma. Já a regulação econômica, não só é possível discutir como desejável; como qualquer outro setor, é passível de controle econômico. É uma concessão. Isso acontece na Inglaterra, em Portugal, nos Estados Unidos”, afirmou ao grupo de repórteres.

A proposta pegou o PMDB e Temer de surpresa. Em 2011, quando o PT tentou trazer o tema a debate no Congresso, os peemedebistas reagiram imediatamente, dizendo que não tolerariam o cerceamento à liberdade de imprensa e não deixariam avançar no Congresso projeto sobre o assunto. Mesmo discurso adotado após o lançamento das diretrizes petistas para 2014. Temer deixou claro que o PMDB não concordaria com a inclusão do tema no programa de governo da chapa porque a defesa da liberdade de imprensa é uma tradição do partido. Dias antes do registro da chapa no TSE, auxiliares de Dilma pediram ao PT para excluir as menções feitas no texto sobre democratização da mídia e o fim de práticas monopolistas, por não haver consenso no partido e no governo sobre o tema.

Por trás das divergências, o poder. O PMDB é o maior partido brasileiro desde sua fundação, em 1981, apesar de nunca ter eleito pelo voto direto um presidente da República. Dois peemedebistas foram presidentes: José Sarney, vice de Tancredo Neves, eleito pelo colégio eleitoral e que morreu dias antes de tomar posse; e Itamar Franco, vice de Fernando Collor de Mello, que renunciou em meio à campanha do impeachment. O PT elegeu Lula e Dilma, mas ainda é menor em número de políticos eleitos aos governos estaduais, prefeituras, Câmara e Senado.

Em maio de 2014, o PMDB tinha 20 senadores, 72 deputados federais, seis governadores e 1.007 prefeitos. O PT 13 senadores, 89 deputados federais, quatro governadores e 619 prefeitos. A cada eleição, mesmo que aliados, a batalha do PT é para passar o PMDB; enquanto a do PMDB é não se deixar superar. Em 2010, os petistas conseguiram eleger mais deputados federais do que os peemedebistas e buscaram aumentar a bancada de senadores. Isso porque a maior legenda indica as presidências da Câmara e do Senado, os cargos mais importantes na hierarquia política depois do presidente da República e do vice. Como os dois partidos têm bancadas equilibradas na Câmara, se utilizam de um sistema de rodízio, intercalando presidências do PMDB e do PT. No Senado, o PMDB

domina há anos e o PT busca romper com a hegemonia. Esse fator é crucial para a difícil convivência entre os dois partidos.

A reedição da aliança com Dilma, em 2014, não foi tarefa fácil. Deputados e presidentes da legenda nos estados vinham avisando Temer desde o fim de 2013 que haveria dissidência e até o risco da coligação ser rejeitada pelos convencionais. A ala favorável à manutenção da aliança minimizou as ameaças, mas trabalhou internamente para evitar o rompimento com o PT. A cúpula partidária combinou que Dilma só chegaria à convenção após a certeza da aprovação do apoio. Na cédula de votação, nenhuma menção à presidente, mas à permanência de Temer como vice. O placar de 398 votos a favor (59,13%), 275 contrários (40,87%) e 64 votos brancos, nulos e ausentes impactou Temer, que esperava uma maioria menos apertada. Ao discursar após a divulgação do resultado, no entanto, Temer afirmou que “o resultado foi ótimo, na medida certa”. “Não há vencedores nem perdedores. O que se tem é uma coisa certa, que nós precisamos trabalhar.”

MARCELA, A MUSA DISCRETA

De descendência libanesa e nascido em São Paulo, Michel Temer foi nomeado procurador-geral do Estado em 1983. Desde então, sempre exerceu cargos políticos. Antes de entrar na vida pública, foi professor de Direito e dirigiu o curso de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Temer tem cinco filhos: Luciana, Clarissa e Maristela, do seu primeiro casamento com Maria Célia Toledo; Eduardo, de um relacionamento com uma namorada; e o mais novo, Michel, filho da sua atual esposa, Marcela, com quem é casado desde 2003. Temer a conheceu numa convenção do PMDB, em 2002, em Paulínea, cidade natal da amada. Um ano depois, se casaram. Por influência do marido, se formou em Direito em 2010, mas não chegou a exercer a profissão. Aos 19 anos, Marcela foi e vice-Miss São Paulo, mas ficou conhecida nacionalmente durante a posse de Dilma e Temer, em janeiro de 2011. Marcela chamou a atenção da mídia pela juventude e pela beleza. Ela é 42 anos mais nova do que o marido. Apesar do *frisson* causado naquele dia, ela sempre procurou manter a discrição.

Um raro momento de exposição familiar foi protagonizado por sua irmã três anos mais nova, Fernanda Tedeschi Araújo. Surfando na fama conquistada por Marcela, assinou contrato para fazer um ensaio para a revista *Playboy*. Fernanda chegou a fazer fotos prévias para divulgação, parcialmente nua, e deu uma entrevista para a sessão “Happy Hour” publicada na edição de outubro de 2011 da revista. Contou que sua mãe ficou brava com a decisão de fazer as fotos e que a irmã Marcela se surpreendeu. Quanto ao cunhado e vice-presidente da República, Michel Temer, comentou que inicialmente não gostou da ideia, mas depois viu que não estava fazendo nada de errado. Ex-comissária de bordo e, na época, estudante de Direito, disse que tinha interesse em se candidatar a um cargo eletivo. Não concorreu, nem fez o ensaio para a revista masculina. Temer nunca falou publicamente sobre o assunto. Nem Marcela. Fernanda teria pago R\$ 300 mil à revista *Playboy* de multa por quebra de contrato, segundo informado em janeiro de 2012 pela jornalista Clarissa Oliveira, da coluna “Poder Online”, do portal IG.

Entre os políticos próximos a Temer, ninguém faz comentário sobre o assunto. Quando Marcela ficou conhecida nacionalmente, amigos do vice sugeriram que ela assumisse alguma função social no governo aos moldes da primeira-dama dos Estados Unidos, Michelle Obama, engajada, entre outros temas, na luta contra a obesidade infantil. Mas ela manteve-se distante do mundo político. Só em junho de 2012, durante a realização da Conferência Rio+20, Marcela circulou neste meio. Ela foi anfitriã de um almoço para as esposas de vinte chefes de Estado que vieram ao Brasil. O evento, num barco do empresário Eike Batista, Marcela organizou um desfile de roupas brasileiras e de joias da H.Stern. É raríssimo

encontrá-la circulando pelo local de trabalho do marido, o Palácio do Planalto, ou em cerimônias e eventos do governo. Reservado, Temer mantém a família, os filhos e sua vida pessoal distante dos olhares e comentários públicos. Em fevereiro de 2013, no entanto, lançou um livro de poesias, que vinha escrevendo há anos. *Anônima intimidade*, da editora Topbooks, tem prefácio do amigo e ex-ministro do STF Carlos Ayres Britto. No lançamento, numa livraria de São Paulo, o vice-presidente surgiu acompanhado da musa e esposa, Marcela, e do filho caçula. A obra é resultado de escritos em guardanapos que arquivou ao longo de centenas de viagens aéreas entre Brasília e São Paulo. São 120 poemas. Um deles se chama “Embarque”:

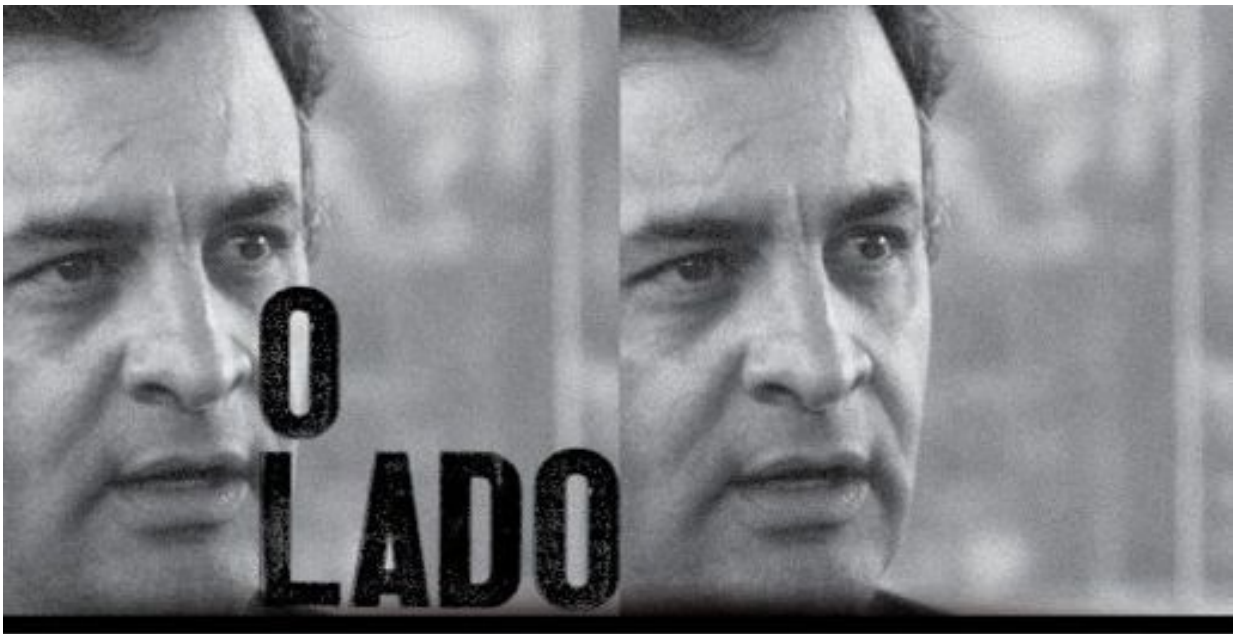
*Embarquei na tua nau
Sem rumo. Eu e tu.
Tu, porque não sabias
Para onde querias ir.
Eu, porque já tomei muitos rumos
Sem chegar a lugar nenhum.*

No livro, Temer conta que sempre teve vontade de ser escritor, mas que a vida o havia levado por outros caminhos. “Cada escrito representava o meu interior se exteriorizando. E me davam a sensação de retorno aos meus 15, 16 anos, época em que sonhava ser escritor. A vida encaminhou-me para outros destinos (...) Escrevi estes escritos para mim. Era um sonho meu que não se realizava para que terceiros soubessem dele”, relata Temer para, em seguida, complementar: “Esta é uma obra de ficção. Qualquer semelhança comigo ou com terceiros é mera coincidência.”

¹ A parábola trata da relação entre os irmãos gêmeos Esaú e Jacó, que brigavam desde o ventre da mãe. Esaú era o mais velho e Jacó queria ter os privilégios do primogênito. Um dia, Esaú chegou em casa com fome e Jacó preparava lentilhas. “Dê-me um pouco deste ensopado. Estou faminto.” “Venda-me primeiro o seu direito de filho mais velho.” “Estou quase morrendo. De que me vale este direito?” “Jure primeiro”, pediu Jacó. Esaú fez o juramento e, então, Jacó serviu ao irmão um prato de lentilhas. Assim, ao desprezar seu direito de filho mais velho, estava abrindo mão também de seus valores em troca de alguns instantes de satisfação. (N. do A.)

² A mulher é volúvel./ Como pluma ao vento,/ muda de ênfase e de pensamento.

³ A mensagem tem seis pontos, dos quais quatro são relacionados à convivência entre as religiões e outras medidas que não afrontem à família. (N. do A.)



**O
LADO**

B

DE
AÉCIO NEVES

O HOMEM QUE QUER A CADEIRA DO AVÔ

Em Minas Gerais, as lendas ganham vida na boca de quem conta e nos ouvidos de quem acredita. Do vasto folclore brasileiro, há alguns personagens tipicamente mineiros, talvez pouco conhecidos nas demais regiões do país, mas bastante presentes no imaginário popular da Alterosa. Em Belo Horizonte, o Velho do Saco aterroriza a criançada. É uma lenda urbana que os pais utilizam para manter os pequenos sob controle: “Se não obedecerem, o Velho do Saco vem pegar vocês”, ameaçam os genitores. Mais ao sul do estado, quem exerce esse papel é o Chibamba. O fantasma anda envolto em longas folhas de bananeira, ronca como um porco e, ao caminhar, dança de forma compassada. Os pais recorrem ao ser lúdico para persuadir as crianças a dormirem cedo ou na tentativa de fazê-las parar de chorar – embora o próprio medo da criatura do além seja causador de muitos choros e soluços.

De Ouro Preto e de São João del-Rei, cidade-natal de Tancredo Neves, vem mais um relato do outro mundo, com pequenas variações. Trata-se da Missa dos Mortos. Embora haja descrições semelhantes em outras partes do Brasil, estudiosos do folclore afirmam como local de nascimento da história – ou de morte, como queiram – as duas cidades mineiras. Em Ouro Preto, diz-se que o enredo se passa na igreja de Nossa Senhora das Mercês de Cima, onde, certa noite, um sacristão muito zeloso viu luzes no local e, pensando tratar-se de ladrões, foi dar uma espiada. Ao chegar à porta, verificou que uma missa estava se iniciando e que todos vestiam roupas negras. Quando se aproximou do padre, levou um susto ao perceber que o sacerdote era uma caveira, assim como os fiéis eram todos esqueletos. Já em São João del-Rei, o fato teria ocorrido na Matriz de Nossa Senhora do Pilar e, em vez de um sacristão, teria como testemunha uma viúva piedosa que, após assistir a uma missa, perdera a noção do tempo, só despertando com doze badaladas do sino à meia-noite e completamente sozinha.

A cultura mineira não é feita apenas de folclore nem de pão de queijo, naturalmente. Ser mineiro é um estado de espírito. Enquanto em capitais como São Paulo e Rio de Janeiro alguns veem preconceituosamente os mineiros como matutos, desmerecendo-os ao usar expressões como “ah, ele tem um jeito mineirinho de ser”, os que nascem no estado deixam os adjetivos pejorativos para aqueles que se conformam em rotular o que não compreendem. E seguem em frente, ocupando posições de destaque no cenário nacional. A história é pródiga em dar ao Brasil exemplos de cidadãos que saíram das montanhas de Minas Gerais para entrarem no panteão de heróis e personagens que contribuíram para mudanças importantes para o país. Tiradentes, o mártir da Inconfidência, é referência de herói nacional; os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves são retratos de políticos que transformaram o Brasil – no caso de Tancredo, mesmo sem ter chegado a presidir efetivamente o país.

Os mineiros são famosos pelo jeito peculiar de conseguirem o que querem. Comumente, inclusive na política, quando se quer dizer que alguém age com paciência e calma, sem pressa, esperando as coisas acontecerem e, ao mesmo tempo, movimentando-se malandramente em diversas frentes, sem alarde, diz-se que essa pessoa atua mineiramente. A esperteza e a praticidade dos mineiros levaram-nos a fazer uma aliança estratégica com São Paulo na famosa Política do Café com Leite. Na República Velha, depois dos governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (1889-1894), mineiros e paulistas se alternaram na Presidência como forma de manter o privilégio das oligarquias dos dois estados. O compromisso, formalizado pelo Pacto de Ouro Fino, em 1913, durou até 1930, quando foi rompido pelo representante de São Paulo Washington Luís, que indicou Júlio Prestes para sucedê-lo. Os mineiros

uniram-se ao gaúcho Getúlio Vargas e voltaram ao poder após a Revolução de 1930, se não no cargo principal, com importante participação.

Tancredo Neves contava 20 anos quando Getúlio ascendeu à Presidência. Nascido em 4 de março de 1910, em São João del-Rei, ele estudava direito em Belo Horizonte e trabalhava como jornalista na época. Formado em 1932, deu início à sua carreira política dois anos depois, elegendose vereador de sua cidade e presidente da Câmara Municipal. A implantação do Estado Novo, em 1937, cassou-lhe o mandato – e de todos os parlamentares. Casou-se com a política antes mesmo de desposar dona Risoleta. E com as duas viveu toda a vida – não necessariamente numa fidelidade canina, mas sempre devotado de alma a ambas.

Tancredo é tido no imaginário popular – ao lado de Juscelino – como uma das personificações mais bem acabadas do político mineiro. Era um homem de princípios, fiel aos amigos, hábil nas conversas, orador de frases certeiras e obstinado. Em suas falas da tribuna da Câmara ou do Senado, recorria sempre à História ou à Filosofia para dar fluidez ao pensamento. Num tempo que os discursos de políticos normalmente eram um amontoado de palavras difíceis para que os eleitores pensassem que o orador era alguém muito culto, Tancredo se diferenciava por aliar a erudição à capacidade de saber a que frases recorrer dependendo da plateia – habilidade como a do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que sabe se fazer entender por populares e, mesmo sem erudição, cativar a atenção dos poderosos do mundo.

Ministro da Justiça de Vargas, Tancredo estava no Catete quando o estampido do tiro detonado pelo dedo daquele que disse, em carta, que saía da vida para entrar para a História mudou os rumos do país. Conta Mauro Santayana, no livro *A política como razão – as ideias e o tempo de Tancredo Neves*, que o mineiro acorreu aos aposentos do então presidente, acompanhado da filha de Vargas, Alzira, a tempo de presenciar a cena em que o gaúcho passava de uma existência física para outra, histórica.

Tancredo também não teve receio de acompanhá-lo ao túmulo, em São Borja, no Rio Grande do Sul, quando a imprensa e a oposição execravam o ex-presidente finado. Audácia maior, num tempo que o vice-presidente Café Filho se acomodou com as forças contrárias a Getúlio, ele discursou em pleno dia do enterro. Apenas ele e Oswaldo Aranha, amigo de longa data de Vargas e também um de seus ministros, não se importaram com os tempos sombrios.

O gesto seria repetido em outra ocasião, não de morte, mas de apreensão nacional por conta do momento político. Em 30 de agosto de 1961, enquanto militares tentavam impedir o retorno ao Brasil de João Goulart, o Jango, para que assumisse a Presidência no lugar de Jânio Quadros, que havia renunciado dias antes, Tancredo subiu à tribuna da Câmara e defendeu o direito constitucional de Jango. A oratória, é certo, não foi gratuita. Tancredo acabou se tornando primeiro-ministro, uma efêmera experiência parlamentarista, articulada para que Jango pudesse assumir seu posto em seguida. Depois, viria a assumir o cargo de líder do governo na Câmara, em 1963. Em sua posse, um dos trechos de seu discurso praticamente resumia o que ele pensava e esperava de um homem público:

– Aos homens públicos que têm verdadeira consciência da vida nacional, não há alternativa de escolha, quando chamados para o exercício da função pública. A nenhum é lícito recusar o seu concurso, para que sejam superadas as dificuldades do país e minorados os sofrimentos do povo. Nem a magnitude dos obstáculos a serem vencidos, nem as considerações de conveniência pessoal servem de escusas para que os interesses de ordem individual prevaleçam sobre a obrigação de servir.

A ousadia do pequeno Tancredo também se manifestou quando, com o golpe de 1964, o senador Auro de Moura Andrade, que presidia a sessão conjunta do Congresso, declarou vacante o cargo de presidente da República. Tancredo avançou contra ele, dirigindo-lhe impropérios impúblicáveis. Quando a eleição indireta para Presidência ocorreu em 11 de abril de 1964, Tancredo foi um dos poucos

a não votar em Castello Branco – aliás, o único do seu partido, o PSD, a não apoiá-lo. E, quando os militares expulsaram Juscelino do país, lá estava Tancredo novamente, acompanhando-o até a porta do avião. O próprio Juscelino diria depois que ele fora o último a apertar-lhe a mão em solo brasileiro. Em sessão solene na Câmara dos Deputados, em 15 de setembro de 1976, por ocasião da morte de Juscelino, Tancredo recordou a perseguição imposta pelos militares ao ex-presidente:

– Cassaram-no, é verdade. Baniram-no da vida pública. Os vilipêndios que atormentaram os últimos anos de sua existência não o abateram nem o diminuíram; ele cresceu no coração do povo. Na sua humildade cristã, ele encontrou as forças da altivez e da honra para enfrentar e suplantar as maquinações do ódio. Os interrogatórios inquisitoriais não demoliram seu ânimo. As ameaças do terror não o amedrontaram. Mas, no exílio, ele se entibiu e sofreu. A saudade da Pátria distante e o temor de que não pudesse mais revê-la angustiavam-no e penetravam em seu coração como uma agonia.

O período militar fez com que Tancredo se recolhesse ao seu gabinete na Câmara, atuando de forma discreta e moderada na oposição aos militares e chegando mesmo a recusar a oportunidade de se candidatar ao Senado em 1974 – quando o MDB, que congregava todos os opositores ao regime, deu um banho na Arena do governo de plantão. Passou a vez para o então prefeito de Juiz de Fora, Itamar Franco, mas elegeu-se em 1978. Do Senado, foi eleito governador de Minas, em 1982. Mauro Santayana recorda que, em seu discurso de posse, Tancredo disse que voltara para devolver, com a força de Minas, o poder nacional ao povo. E afirmou: “O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade. Liberdade é o outro nome de Minas.”

Apesar de Tancredo Neves assentar-se facilmente na galeria dos mitos mineiros, juntamente com Juscelino – para ficar apenas no universo político –, jovens menores de 40 anos têm nele apenas um personagem de livro de história. Isso se considerarmos que alguém de 10 anos de idade tenha lembrança real do que foi o movimento pelas Diretas Já, pois lá se vão 30 anos desde a mobilização que arrastou milhões de brasileiros em comícios para pedir o fim da eleição indireta para presidente da República. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011, produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas entre 0 e 29 anos correspondiam a 48,6% da população. Na faixa de 45 a 59 anos – portanto, brasileiros que, em tese, tiveram algum contato com a imagem de Tancredo ainda vivo – os maiores percentuais estavam nas regiões Sul (19,4%) e Sudeste (18,5%).

Mas o mineiro tem orgulho de suas raízes e seus personagens históricos – e nem poderia ser diferente. E se o cidadão em questão é político e, ainda por cima, neto de um ex-presidente da República, o peito se infla ainda mais. O senador Aécio Neves da Cunha (PSDB), candidato a presidente, tem motivos de sobra para se orgulhar do avô e apoderar-se, sem cerimônia, dessa ligação familiar e histórica, conduzido pela mão lúcida, competente e onipresente da irmã, Andrea.

O HERDEIRO

Outra característica atribuída aos mineiros no imaginário popular é a forte ligação familiar. Na política, há muitos casos de personagens que chegam ao poder sem ter um ancestral poderoso. Mas há também inúmeros exemplos de políticos que vêm de uma geração em que os parentes tiveram relevância, seja no cenário local, como ex-vereadores, prefeitos ou governadores, ou nacional, como pais e avós que foram eleitos deputados, senadores e até presidentes da República. A herança política tem um peso ancestral e histórico no herdeiro, que tem de se esforçar para, ao mesmo tempo, manter a tradição familiar e construir sua própria imagem. Quando os exemplos dos parentes políticos são bons, reforça-se a

associação; quando não são tão alvissareiros, deixam-se as citações para o pé da página. Os dois casos se aplicam a Aécio Neves.

Aécio nasceu em Belo Horizonte em 10 de março de 1960. A biografia do senador em seu site, cujo link está disponibilizado no portal do Senado, é muito resumida. De seu pai, sabe-se apenas, pesquisando naquela página, que se chamava Aécio Cunha. A mãe, Inês Neves. Sobre a influência política, sua breve biografia diz apenas que teve dois grandes exemplos: os avôs Tancredo Neves e Tristão Ferreira da Cunha, que também foi deputado federal. A descrição dos laços familiares é incompleta, talvez não por economia de espaço, mas por esquecimento voluntário. Aécio Cunha, o pai do candidato, foi deputado federal pela Arena, apoiando o regime militar desde a primeira hora. Eleito pela primeira vez para a Câmara em 1963 pelo PR, com a instalação do bipartidarismo no país, Aécio Cunha não teve peias em se aliar aos golpistas e assinar sua ficha de filiação no partido da base de sustentação ao regime. Ele não foi apenas um filiado à Arena: mais que isso, tornou-se secretário do Diretório Nacional da Legenda entre 1967 e 1968. Também presidiu a agremiação em Minas Gerais. Enquanto Tancredo Neves diminuía o volume da estridência de seus discursos contra o regime militar depois que os homens de quepes chegaram ao poder, Aécio Cunha defendia a farda como a melhor vestimenta para o momento político que o país atravessava. O pai do senador Aécio Neves era um entusiasta do regime. Em 1973, foi diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG) e participou de ciclos de “estudos” da entidade em 1967, 1975, 1977 e 1978. Apesar de ter em sua denominação o substantivo “guerra”, a tal escola não tinha como função preparar seus estudantes para o combate. Criada em agosto de 1949, depois da Segunda Guerra Mundial, a ESG servia para reunir a elite brasileira – primeiramente militar, e depois também civil – a fim de discutir os problemas da nação e o melhor caminho para superá-los, sempre de acordo com a doutrina militarista e anticomunista. A partir da década de 1960, passou a ser descaradamente aliada dos Estados Unidos e dos golpes militares que se sucederam na América Latina como forma de justificar o combate à expansão do comunismo.

Aécio Cunha atuou na Câmara ao lado do sogro, Tancredo Neves. Os dois foram deputados na 42ª legislatura (1963-66), 43ª (1967-70), 44ª (1971-75) 45ª (1975-79, ano da abertura política no país). Embora parentes, sentavam-se em lados opostos na mesa da ideologia vigente, mas por dezoito anos dividiram apartamento funcional em Brasília, numa demonstração de que as arengas de plenário não chegavam à cozinha da família. Quem conviveu com Aécio Cunha diz que o filho herdou dele o gosto do bem-viver. Era um homem agradável no convívio, que não abria mão da vida particular em detrimento da política, embora tenha tentado saltos maiores na carreira – sem sucesso, diga-se. Em 1986, ele formou chapa com Itamar Franco para concorrer ao governo de Minas, mas a dupla foi derrotada por Newton Cardoso, o Newtão, conhecido por sua fortuna amealhada ao longo dos anos – e dos muitos mandatos.

Outra herança do pai foi o gosto pelo futebol e o fanatismo pelo Cruzeiro. Membros da família contam que, quando o time disputava uma final que acabava em pênaltis, Aécio Cunha quase infartava de tanto sofrimento. Por vezes, saía da sala para não presenciar os segundos que decidiam entre a vitória e a derrota. Mas, matreiro, deixava a porta entreaberta para poder ouvir e ver de relance o que se passava na televisão. Quando Aécio Neves foi morar no Rio de Janeiro, também não abandonou o time. Familiares contam que não foram uma nem duas, mas várias vezes em que, ainda adolescente, pegou um ônibus para ir ao Mineirão assistir ao time do coração jogar.

No prefácio do livro *Aécio Neves – de facto et de jure*, escrito em maio de 2005, quando Aécio ainda exercia seu primeiro mandato como governador de Minas Gerais, Fernando Henrique Cardoso contemporiza, bem ao gosto da política mineira: “Este livro mostra o surgimento de um líder político, a partir da vivência histórica de gerações. Neto de Tancredo Neves e de Tristão da Cunha, filho de Aécio

Cunha, todos políticos de marca, Aécio foi educado para a vida pública”, elogia o ex-presidente da República. A própria obra, de autoria da jornalista Ana Vasco, à guisa de ser um livro-louvamento de Aécio, nada fala da influência do pai na formação política do filho. As referências a Aécio Cunha são pontuais e sem grandes elogios. Ainda que se aprofunde pouco em sua vida particular, pela obra sabe-se, por exemplo, que no início de 1972 Aécio Cunha levou a família para morar no Rio – onde Aécio Neves passou sua adolescência e início da juventude, regressando a Minas em dezembro de 1981, convidado pelo avô para trabalhar na campanha dele ao governo do Estado. As datas na família Neves são emblemáticas: o convite teria acontecido, segundo o livro, no dia de Natal; Tancredo foi dado como morto no dia 21 de abril, dia de Tiradentes e da fundação de Brasília; Aécio Cunha faleceu no dia 3 de outubro de 2010, mesmo dia em que o filho foi eleito senador por Minas Gerais, com votação recorde em seu Estado.

Os pais de Aécio se separaram quando ele ainda era jovem. Aécio Cunha contraiu novas núpcias com Sônia Bastos. A mãe do senador, dona Inês Maria Neves, casou-se com o banqueiro Gilberto de Andrade Faria, que também havia sido deputado federal pela Arena. Gilberto, filho do empresário Clemente Soares de Faria, herdou deste o Banco da Lavoura, que depois foi desmembrado nos bancos Bandeirantes e Real. O Bandeirantes ruiu e foi acusado pelo Banco Central de má gestão. A mãe de Aécio foi membro efetiva do conselho de administração da entidade entre 9 de abril de 1992 e 26 de maio de 1998. O Banco Central aplicou-lhe uma multa de R\$ 25 mil, o mesmo valor para seu cunhado, Clemente de Faria, e outros R\$ 50 mil para o marido Gilberto por realizarem “operações de crédito com clientes de elevado nível de risco”. Eles recorreram da decisão ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, que não lhes acatou os argumentos apresentados e manteve a penalidade.

O Bandeirantes veio a pique, sob administração de Gilberto e esposa, entre outros motivos, por diversas irregularidades apontadas num processo administrativo instaurado pelo Banco Central em 28 de fevereiro de 2001. De acordo com o relatório que consta do acórdão 8397-08 do BC, havia a suspeita – depois confirmada – de que a instituição comandada pelo padrasto de Aécio Neves estava cometendo “infração grave na condução dos negócios, caracterizada pela realização de operações de crédito entre 1994 e 1997 com clientes de elevado nível de risco, que apresentavam situação econômico-financeira e patrimonial desfavorável, elevado grau de endividamento e diversas restrições cadastrais”. Ainda segundo os auditores do BC, o Bandeirantes “não vinha observando, na condução de seus negócios, os mais elementares princípios da boa gestão e da boa técnica bancária”. O Banco Central constatou irregularidades em 217 operações de crédito. A mãe de Aécio Neves, o padrasto e o irmão dele, Clemente de Faria, foram apontados pelo BC como omissos na fiscalização dos diretores que permitiram a prática dos problemas da instituição que comandavam.

UMA GUIA

Aécio é o segundo filho do casal Inês Maria e Aécio Cunha. A família tinha predileção pela letra A na hora de escolher o nome dos rebentos. A caçula é Ângela. Ela foi casada com o produtor musical Iuri Palmeira Cunha, com quem teve dois filhos, e morou em Miami por um tempo. No início de dezembro de 2013, teria sofrido um acidente vascular cerebral (AVC). A família, porém, atesta que foi uma isquemia cerebral. Ângela vive atualmente no bairro da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. O problema de saúde da irmã fez Aécio cancelar uma reunião com prefeitos que teria no dia, em Montes Claros, e se deslocar para o Rio de Janeiro, para ficar ao lado da família. A irmã mais velha, Andrea, fez o mesmo. E não apenas isso: passou a se dedicar, por meses, a cuidar de Ângela.

Andrea é uma espécie de tutora dos irmãos, encargo que desempenha com brilhantismo, como até mesmo os opositores do clã admitem. Preocupada em se dedicar à coordenação de comunicação da campanha presidencial de Aécio, ela não pensou duas vezes em se instalar ao lado da irmã para lhe dedicar atenção. Embora mais afeita aos aspectos práticos da vida do que à dedicação religiosa, Andrea é uma mulher de crença. Por conta disso, foi para Abadiânia, em Goiás, juntamente com Ângela, para se encontrar com o médium João Teixeira de Faria, conhecido como João de Deus ou João de Abadiânia. O espiritualista é uma sumidade. Chico Anysio, Xuxa, Bill Clinton e Lula são algumas personalidades que já recorreram aos seus serviços em busca de cura ou apenas para conhecê-lo pessoalmente. Em 2012, a apresentadora Oprah Winfrey esteve no centro dirigido por ele para saber mais sobre o trabalho realizado pelo médium.

Dona de um raciocínio rápido e perspicaz, Andrea é considerada uma eminência parda do irmão. Em Belo Horizonte, os ataques a ela são constantes. Ela é discreta em público. Embora tenha cuidado da comunicação do governo de Aécio, não concedia entrevistas. O que não significa que não falasse com a imprensa – falava com quem mandava nas redações, e não com quem cumpria pautas. Jornalista de formação, é atacada pela classe em Minas Gerais. Profissionais que deixaram seus empregos apontam o dedo para Andrea para justificar suas demissões, motivadas, segundo eles, depois de terem feito matérias críticas ao governo de Aécio Neves. Ela, naturalmente, nega. Diz a interlocutores que a questionam sobre as acusações que nunca pediu a cabeça de ninguém, nem telefonou para nenhum veículo ameaçando retirar a propaganda do governo e das empresas estatais caso alguma reportagem negativa viesse a público.

Ela tem consciência de sua fama pelo estado, notadamente na capital. Mas não liga – ou disfarça bem. Na internet, seu nome aparece com frequência, quase sempre de forma crítica. Vídeos com sátiras ou com comparações nada lisonjeiras são comuns. Um dos que circulam na rede é intitulado “Andrea, a Goebbels das Alterosas”, referência a Joseph Goebbels, o ministro da propaganda nazista. Com duração de pouco mais de um minuto, o filmete tem ao fundo o hino nazista e faz uma montagem de uma foto tendo Andrea à frente e, ao lado, a suástica nazista. O letreiro a identifica como a mulher que controla a mídia por meio das verbas publicitárias. “Quem não se enquadra, é demitido e eliminado”, diz a legenda. De extremo mau gosto, o vídeo exhibe a imagem de um homem carbonizado e, em seguida, aparece Aécio Neves. “Assim como por trás de Hitler tinha Goebbels, por trás de Aécio tem Andrea”, diz o texto. O filme termina com uma foto da família de Goebbels e, na sequência, surge Hitler, identificado como um grande mentiroso, e uma foto de Andrea e Aécio rindo.

A comparação da família Neves com Hitler e seu gabinete não fica por aí. Há muitos outros vídeos. Alguns, diga-se, são até muito bem editados, fazendo sátiras por meio de legendas. É o caso de um vídeo com cenas do filme *A Queda*, que conta os últimos dias de Hitler à frente de sua tresloucada e assassina aventura de querer dominar o mundo. Para caçoar do desejo de Aécio de se tornar presidente da República, os criadores da obra da internet utilizaram o registro de uma reunião na qual colaboradores mostram ao Führer que a situação da Alemanha é de derrota iminente. Os propagandistas da oposição ao tucano mantêm o áudio e, numa passagem irônica, “traduzem” uma das falas do ditador no filme, que foi rodado originalmente em alemão: “Quem não acredita no choque de gestão pode sair.” Dos cerca de vinte homens presentes na reunião, só cinco permanecem. O choque de gestão foi uma das marcas do governo de Aécio, à qual ele recorre com frequência para propagandear que tirou Minas Gerais do atoleiro financeiro.

Exageradas ou não, as críticas a Andrea Neves têm como alvo, na verdade, o irmão dela, que é o político eleito – embora a irmã não deixe de ser uma agente politicamente muito importante no tabuleiro mineiro e nacional. Ela cuida da imagem de Aécio com fidelidade e ferocidade caninas. Tem resposta

pronta para qualquer insinuação ou ataque. E, mesmo que não seja ela a expressar pessoalmente esse contra-ataque, é dela que saem as coordenadas e a intensidade que o petardo deve ter para revidar a quem ousar falar mal de Aécio, como o senador é conhecido no meio político mineiro e na família.

Andrea é um ano mais velha que Aécio – nasceu em 15 de fevereiro de 1959 – e, na juventude, teve uma atuação política muito mais intensa que o próprio irmão. Formada em jornalismo, militou no movimento estudantil e fez campanha pela anistia aos exilados políticos. A mulher que hoje tem no PT seu principal adversário foi uma entusiasta das esquerdas. No início dos anos 1980, visitou a Nicarágua para conhecer de perto o resultado da Revolução Sandinista. E, em 1985, foi oradora oficial do Encontro Internacional da Juventude, realizado em Cuba, com a presença de Fidel Castro.

A história também lhe foi ao encontro no dia 30 de abril de 1981, quando, sem saber na hora de quem se tratava, ajudou a socorrer o capitão Wilson Dias Machado, sobrevivente do atentado a bomba no Riocentro, que tinha como objetivo causar pânico durante um show em homenagem ao Dia do Trabalhador. O atentado foi perpetrado por militares da linha dura, que eram contrários à lenta abertura que começava a ser colocada em prática no país. Queriam, com a explosão, jogar a culpa na esquerda brasileira e, com isso, dificultar a retomada da democracia. Andrea e o namorado haviam chegado atrasados para o show quando se depararam com a terrível cena daquele homem esvaindo-se em sangue. Eles o socorreram e o levaram com o próprio carro, acompanhados de um bombeiro, ao hospital Lourenço Jorge.

Durante a juventude, Andrea morou mais tempo morando no Rio do que o irmão. Permaneceu na cidade dos 10 aos 27 anos, e lá se formou em jornalismo pela PUC-RJ. Aécio, como já mencionado, voltou para Minas Gerais em 1981, pelas mãos do avô, aos 21 anos – embora, já na vida pública, fosse visto com mais frequência nas noites cariocas ou na orla da zona sul do que pelas calçadas da Savassi ou de Lourdes, em Belo Horizonte. Andrea foi casada com o também jornalista Herval Braz, com quem teve uma filha. Ele morreu em consequência de um câncer que o vitimou rapidamente. Foram momentos difíceis. A alguns, ela faz questão de contar sobre o carinho e o apoio recebidos de Aécio nessa época. Lembra que, em algumas ocasiões, o irmão deixava os corredores da Câmara, em Brasília, e voava ao Rio, onde ficava com ela e o cunhado na Clínica São Vicente. Dormia onde dava e, no dia seguinte, retomava a atividade política. A morte de Herval a dilacerou. Ela acabou permanecendo no Rio entre 1999 e 2001 e só retornou a Belo Horizonte para participar da campanha de Aécio ao governo do estado.

No governo do irmão, assumiu duas funções: uma social e outra estratégica. A social foi presidir o Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas), onde permaneceu até 2013, na gestão de Antônio Anastasia, que sucedeu Aécio no governo. A atuação estratégica ela exerceu no Grupo Técnico de Comunicação, que centralizou toda a política de comunicação do governo, incluindo as empresas estatais e autarquias e suas generosas verbas para publicidade e propaganda. No blog que criou em 2012, ela minimiza a atuação nessa área. Descreve apenas que foi uma das integrantes do grupo, embora todos em Minas saibam que era ela quem dava as diretrizes. O tal grupo tinha, oficialmente, caráter consultivo numa área nevrálgica. A experiência dela na área foi tão bem-sucedida – do ponto de vista prático da política, ressalte-se – que Andrea assumiu outra função chave na campanha presidencial do irmão: a coordenação da comunicação. A atuação dela na defesa do irmão é tão notória que, em 2013, o site iG a listou entre as 60 personalidades mais poderosas do país. Ela ficou na 42ª posição, acima de gente como o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e do ex-ministro e ex-deputado José Dirceu (PT), condenado no processo do mensalão petista.

Em maio de 2011, um grupo de deputados estaduais do PT, PMDB, PCdoB e PRB, contrário à administração do tucano, intitulado “Bloco Minas Sem Censura”, entrou com uma representação na

Procuradoria-Geral de Justiça contra Aécio e Andrea pelo direcionamento das verbas de publicidade oficial do governo e de estatais. De acordo com a ação encaminhada ao então procurador Alceu José Torres Marques, desde que assumiu o governo, em 2003, Aécio, por meio de sua irmã, aumentou significativamente os gastos com propaganda. Em 2003, segundo a denúncia, entre as verbas diretas do governo e das empresas do estado, foram dispendidos R\$ 25,522 milhões com publicidade. Em 2009, ano que antecedeu a disputa eleitoral para presidente, governadores e senadores em Minas Gerais, o gasto foi de R\$ 156,977 milhões – um aumento de 520%. Em 2010, somente nos seis primeiros meses e apenas levando-se em consideração as verbas do governo direto, foram R\$ 76,234 milhões. Na opinião da oposição, o alto índice de popularidade do governo de Aécio Neves era fruto de injeções maciças de dinheiro em publicidade, capitaneadas por Andrea Neves.

O decreto que criou o Grupo Técnico de Comunicação Social, do qual Andrea foi uma das integrantes – e sua principal articuladora –, estabeleceu que entre as funções do grupo estavam “coordenar, articular e acompanhar a execução de toda a política de comunicação social do estado, inclusive a das secretarias, autarquias, empresas públicas e fundações estaduais; decidir a alocação de recursos financeiros de toda a publicidade do estado de Minas Gerais, sua administração direta e indireta, até mesmo das empresas controladas pelo poder público mineiro, bem como o patrocínio de eventos e ações culturais e esportivas”. O bloco de oposição apresentou a mesma denúncia de direcionamento de verbas para o Tribunal de Contas do Estado (TCE). Na opinião dos opositores, o suposto beneficiamento de veículos da família do governador caracterizaria improbidade administrativa. A ação no Ministério Público deu em nada. Acabou arquivada porque o procurador-geral não viu nenhuma irregularidade. A rádio Arco-Íris, da família de Aécio e da qual ele mesmo era sócio, é retransmissora da Jovem-Pan e uma das líderes de audiência. Portanto, seria natural que recebesse publicidade oficial do governo, sobretudo campanhas institucionais ou de prestação de serviços. O procurador-geral de Justiça foi categórico:

Depreende-se, por sua dicção, que não há espaço para que o referido Grupo Técnico delibere sobre investimentos de publicidade oficial em veículos específicos, sendo essa atribuição indeclinável e intransferível da atividade de governo (Subsecom) relativamente à sua administração direta e das empresas e demais órgãos públicos na condição de integrantes da administração indireta. A responsabilidade administrativa pela realização dos procedimentos licitatórios das agências de publicidade fica a cargo da Subsecretaria de Comunicação (Subsecom) e de cada empresa estatal, para, em um segundo momento, atuarem as agências na definição de critérios específicos de investimentos. Evidencia-se, pela documentação consultada, que o Grupo Técnico não exerce funções de gestão, administração ou contratação de serviços da área de comunicação social do Estado, como afirmam os representantes.

No TCE, a representação foi relatada pelo conselheiro Mauri Torres. Ele havia presidido a Assembleia Legislativa nos quatro primeiros anos do governo de Aécio (2003-2006) e, em 2007, virou líder do governo no Legislativo mineiro. Em julho de 2011, foi escolhido conselheiro do TCE, com 63 votos a 4 contra o técnico legislativo Alexandre Bossi Queiroz. Pelo resultado do placar, embora a votação tenha sido secreta, percebe-se que Torres contou com o apoio da oposição. Em 13 de abril de 2013, os conselheiros do TCE acolheram relatório de Mauri Torres e, num acórdão, extinguiram o processo contra Aécio e a irmã dele, sem apreciação do mérito. O relator não viu, na denúncia, nenhum elemento que pudesse caracterizar direcionamento de publicidade para beneficiar os veículos de comunicação da família Neves. “Diante do exposto, considerando que não há nos autos informações suficientes sobre os fatos, a autoria e as circunstâncias das supostas irregularidades alegadas pelo senhor Antonio José da Silva Neto (deputado estadual pelo PMDB), voto pela extinção do processo sem resolução do mérito”, escreveu o relator. Além disso, para ele, os documentos que foram apresentados pelos deputados da oposição não eram suficientes para a admissibilidade da denúncia pelo TCE.

Mauri Torres valeu-se do arquivamento do assunto pelo procurador-geral de Justiça para fundamentar ainda mais sua decisão de pôr fim à denúncia. Mas o Ministério Público de Contas não concordou com a decisão. A procuradora Cristina Andrade Melo lembrou que, embora houvesse uma cooperação entre o Ministério Público Estadual e o TCE, o tribunal podia fazer sua própria investigação. “A decisão proferida pelo Ministério Público Estadual, em inquérito civil, não vincula a decisão a ser proferida na perante representação”, argumentou a procuradora. Mas os conselheiros não lhes deram razão, e arquivaram o processo.

LUSTRADORA DE IMAGEM

Andrea gosta de escrever. Na descrição pessoal em seu blog, utiliza duas frases que podem bem defini-la: “Tenho péssima memória, mas acredito na força das lembranças. E do destino.” A outra ela tomou emprestada de Olavo Bilac: “Acredito que, de vez em quando, é possível ouvir estrelas.”

Ocupada com os afazeres políticos e familiares, ela não tem muito tempo para dar asas à imaginação literária, embora escreva bem e seja uma ótima editora de livros – sobretudo os dedicados à memória do avô, de quem, confia a alguns próximos, herdou uma das manias: apagar a luz de um ambiente, andar de um lado para o outro e ficar conversando consigo mesma, em voz alta, com direito a réplica e tréplica, quando um assunto a incomoda, até chegar a uma resposta para o martírio. No blog, contraditoriamente, ela também revela que não é muito ligada a essas modernidades de e-mail, Facebook e outras ferramentas disponíveis na internet. Diz que demorou a ter um e-mail e só abriu um perfil no Facebook em 2012. Apesar de demonstrar publicamente que não se interessa muito por esse mundo virtual, quando o assunto é Aécio Neves ela acompanha detalhadamente o que acontece na rede. Com o consentimento dela – e para desespero e irritação de outros auxiliares do senador –, advogados entraram na Justiça com duas ações contra a esfera livre da internet. De acordo com reportagem da jornalista Daniela Lima, da *Folha de S. Paulo*, advogados do tucano pediram que a Justiça obrigasse que os sites de busca Google, Yahoo e Bing excluíssem o nome do irmão de qualquer referência a “uso de entorpecentes” e acusações de desvio de dinheiro na saúde quando ele era governador. A Justiça indeferiu o pedido.

Andrea contesta a notícia. A alguns interlocutores, defende a ação, mas nega que o objetivo tenha sido censurar a internet ou tentar excluir qualquer menção negativa ao irmão. Intransigente e aguerrida defensora da imagem de Aécio, vai logo dizendo que o senador nunca, jamais na vida, pediu qualquer ação nesse sentido. O que se buscava, Andrea procura convencer, era que a Justiça determinasse a remoção de um perfil falso no Facebook de alguém que queria se passar pelo conhecido político e estimulava o uso de drogas. Sobre a acusação de desvio de verbas, esclarece Andrea a quem lhe pergunta que o objetivo era que a Justiça determinasse que os sites de busca criassem um mecanismo para que, toda vez que alguém digitasse, por exemplo, as palavras “Aécio, desvio, saúde”, além das menções nada elogiosas ao irmão, pudessem aparecer links para respostas sobre o assunto – ou seja, que a acusação foi julgada improcedente.

Alguns temas que envolvem Aécio Neves têm livre circulação no mundo da internet, mas acesso restrito ao esclarecimento dos fatos. Uma das acusações mais pesadas que pairam sobre ele e que aparece constantemente em citações no mundo virtual é que o senador seria contumaz consumidor de cocaína. Esta grave insinuação é ouvida nos meios políticos, nas ruas, nos bares e, claro, em blogs obscuros e perfis falsos nas redes sociais. Há várias histórias sobre o assunto e, por conta disso, é difícil saber se se trata de mera lenda urbana ou se as circunstâncias relatadas existiram de fato. Uma das

manifestações sobre o assunto que talvez mais tenha chamado a atenção ocorreu no Mineirão, durante o empate de 0 a 0 entre Brasil e Argentina, em 18 de junho de 2008: em alto e bom som, os torcedores, dirigindo-se ao então governador, cruzeirense fanático, entoaram em coro: “Oh Maradona, vai se fuder, o Aécio cheira mais do que você.” Assesores do senador atribuem a rima nada elogiosa a um grupo de petistas que torcem para o Atlético Mineiro, principal rival do Cruzeiro, e que, embora em pequeno número naquele dia no estádio, fez a multidão entoar o versinho maledicente.

Em julho de 2007, durante a abertura dos Jogos Pan-americanos, Lula, reeleito e gozando de popularidade em alta, pensou que seria ovacionado. Mas o Maracanã não se rendeu aos números do Ibope e, para espanto do presidente e de sua comitiva, o que se ouviu, nas duas ocasiões que seu nome ou sua figura apareceram nos telões, foi uma uníssona vaia. Mais tarde, os petistas disseram que haviam identificado o responsável por aquele momento constrangedor: o então prefeito do Rio, Cesar Maia (DEM) – como se um único homem pudesse, sem abrir a boca, fazer um estádio inteiro se indispor contra Lula. Ao atribuir a uma minoria petista torcedora do Galo a responsabilidade por fazer com que o Mineirão entoasse um cântico nada elogioso ao governador, os tucanos repetiram a estratégia petista – que, por sinal, não funcionou.

Num jogo anterior entre Brasil e Argentina, que disputavam as eliminatórias da Copa, em 2004, também no Mineirão, aconteceu um episódio sem muita explicação lógica. O repórter e apresentador Jorge Kajuru, famoso por criar polêmicas, estava numa entrada reservada a portadores de necessidades especiais e, ao vivo, disse no *Jornal da Band* que as pessoas que estavam entrando por ali eram políticos e gente da alta sociedade. De acordo com Kajuru, 42 mil ingressos haviam sido colocados à venda para o público em geral, e 10 mil convites foram disponibilizados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para Ricardo Teixeira, presidente da entidade, e o governador Aécio Neves.

“Gente, nunca vi tanto carro de autoridade chegando ao Mineirão. São quase 10 mil convidados do Brasil inteiro, naturalmente com ingresso garantido. E o povo? O povo só teve acesso a 42 mil ingressos, caríssimos”, disse, ao vivo, o repórter.

Depois de sua entrada ao vivo, ele foi cortado do ar. E embora tivesse dito que após o intervalo voltaria para dar mais detalhes, Kajuru não entrou mais ao vivo e nem na Band. Acabou demitido. E, de forma indireta, acusou o governo de Minas Gerais por sua demissão.

FESTAS E NAMOROS

Aécio é um homem com certo charme, tem boa conversa, gosta de aproveitar a vida e, até bem pouco tempo, estava solteiro e fazia questão de estar acompanhado de jovens e belas mulheres. Contribui para sua fama de *playboy* a predileção por frequentar a noite carioca ou festas exclusivas.

Alguns amigos do senador dizem que se criou um mito em torno dele e que, qualquer coisa que se divulgue a respeito de seu jeito de *bon vivant* acaba pegando. Um amigo lembrou de um jantar em que Aécio, na ocasião com 47 anos, foi visto com a *miss* Brasil do momento, Natália Guimarães, então com 22 anos. O casal foi flagrado no restaurante Miam Miam, em Botafogo, na zona sul do Rio, pouco depois da meia-noite do dia 5 de outubro de 2007. De acordo com notícias veiculadas em sites, jornais e revistas de celebridades, ela usava um vestido vermelho com uma fenda lateral e não se intimidava em abraçar o governador, naquele dia já reeleito para um segundo mandato. A revista *IstoÉ Gente* deu detalhes do encontro: os dois permaneceram por mais de duas horas no restaurante, deram sinais de que estavam encantados um com o outro, trocando carinhos e beijos em público, e tomaram o vinho argentino Doña Paula Estafe, safra 2005. A entrada foi lagostim, e o prato principal, peixe, segundo detalhou a

revista. Eles haviam se conhecido em dezembro do ano anterior, quando ela foi eleita *miss* Minas Gerais. Na época, Aécio fazia uma tentativa, segundo informavam as colunas sociais, de retomar o casamento com Andréa Falcão, sua primeira mulher, com quem tem uma filha.

A divulgação do encontro rendeu o que falar. Alguns colunistas e revistas já davam que os dois estavam apaixonados e que o casamento era questão de tempo. Mas não foi o que ocorreu. Um amigo do senador conta que, realmente, o encontro entre os dois aconteceu, mas jura que Aécio não tinha nenhuma intenção mais carnal com a moça, e ainda de acordo com esse amigo, ela o teria usado para aparecer – no mundo das celebridades instantâneas é comum o assessor ou o empresário telefonarem para as revistas de fofocas e informarem onde a famosa ou o famoso estarão e com quem, tudo na esperança de conseguir que seu cliente consiga promoção. Natália já tinha conquistado a fama, pois havia sido a segunda colocada no concurso Miss Universo, em maio daquele ano. Aparecer ao lado de alguém famoso e poderoso poderia render-lhe mais holofotes. O *affair* entre os dois não durou muito tempo, e Natália Guimarães acabou trocando o pra lá de quarentão pelo cantor Leandro, o L do ex-KLB. Os dois acabaram se casando e Natália se tornou mãe em 2013.

A reputação de festeiro do senador é reforçada pelo fato de ele ter entre seus principais amigos empresários que adoram badalação, namoram atrizes da moda e não fazem muita questão de esconder seu estilo de vida – pelo contrário, adoram ver seus rostos estampados nas colunas sociais. O empresário e apresentador de TV Álvaro Garnero, por exemplo, disse à revista *L'uomo*, em dezembro de 2007, que havia sete anos que passava o Réveillon com o mesmo grupo de amigos, do qual fazem parte Aécio Neves e os empresários Luiz Calainho e Alexandre Accioly. Outro amigo frequente é o apresentador da *Rede Globo* Luciano Hulk, que tem uma casa em Angra dos Reis e costuma reunir os mais íntimos para festejar a virada do ano. Um blog intitulado “Os amigos do presidente Lula” e, portanto, com isenção questionável, começou a implicar com a festa na qual o então governador compareceu, dizendo que a casa de Huck era ambientalmente fora da lei. Mas a mansão teria sido construída em 1971, bem antes das regras atuais que dificultam obras nas ilhas da região.

As baladas do senador foram parar na mídia nacional em 2009, quando o jornalista Juca Kfourri divulgou em seu site, em 1º de novembro daquele ano, que Aécio teria dado um empurrão e um tapa em sua acompanhante durante uma festa da Calvin Klein, no hotel Fasano, em Ipanema, no Rio de Janeiro. Diante do constrangimento geral, informou Juca, cada um foi para um lado. E Juca ainda jogou mais lenha na fogueira, de modo enigmático: “A imprensa brasileira não pode repetir com nenhum candidato à Presidência da República a cortina de silêncio que cercou Fernando Collor, embora seus hábitos fossem conhecidos”, escreveu. A assessoria de Aécio enviou uma nota contestando o blog, mas Juca limitou-se a dizer que mantinha as informações. E continuou defendendo sua nota quando, em entrevista ao *Blog do Rovai* – que é francamente favorável ao ex-presidente Lula –, disse que havia checado a informação com uma pessoa que estava na festa e com outros cinco amigos dele que, embora não estivessem no local, disseram que ouviram falar do episódio. E, ao responder a Rovai sobre se poderia ser mais claro quando disse que a imprensa não podia se calar como teria feito em relação a Collor, Kfourri jogou mais lenha na fogueira da boataria e disparou:

É isso mesmo o que você está pensando, Renato. Circulam mil histórias em relação ao Aécio, histórias que, aliás, o Mineirão canta em coro. Acho que a imprensa tem obrigação de investigar isso, como deveria ter feito em relação ao caçador de marajás. Isso não pode ser tratado como coisa menor, como algo regional.

Num vídeo que circula na internet, o senador aparece ao lado da então namorada, Letícia Weber, e de outro casal, do lado de fora do Cervantes, tradicional bar em Copacabana e endereço quase obrigatório para os que saem das baladas na madrugada. Num determinado momento, ele deixa o grupo, meio

cambaleante, e vai para dentro do bar. Alguém com um celular o acompanha e filma a cena. Aécio tira dinheiro da carteira – os adversários dizem que é uma nota de R\$ 100, mas não é possível definir ao certo –, aperta a mão de dois garçons e volta para o lado da namorada. A divulgação do vídeo ganhou destaque nas redes sociais e na internet. Em defesa do senador, um amigo procura dar uma versão mais humana do pileque: Aécio seria um homem comum, do povo, que estaria na rua como qualquer cidadão, sem segurança nem ostentação. Em determinado momento, lembra dos garçons que atenderam o grupo durante toda a noite e resolve voltar para dar uma caixinha a eles, como bom cliente que é. Nada diferente do que faria qualquer brasileiro que gosta de tomar um chope de vez em quando, argumenta o amigo.

Conhecedor dos boatos que se espalham sobre sua vida pessoal, o senador, já na pré-campanha presidencial, admitiu, por exemplo, que fumou maconha quando tinha 18 anos e que já foi muito baladeiro. A confissão ocorreu numa entrevista ao jornalista Fernando Rodrigues, e foi divulgada pela TVUOL e pela *Folha de S. Paulo*. Diante da pergunta do repórter, que queria saber se ele já havia consumido algum tipo de droga considerada ilícita no Brasil, Aécio respondeu: “Já respondi isso mais de uma vez. Quando tinha 18 anos, experimentei maconha e ficou por aí. E não recomendo que ninguém o faça.”

Um dia depois de a entrevista concedida à TVUOL ter ido ao ar, Aécio encontrava-se em Porto Alegre para o lançamento da pré-candidatura da senadora Ana Amélia (PP) ao governo do Rio Grande do Sul. Em outra entrevista, uma repórter foi mais direta sobre o controverso assunto: perguntou, sem rodeios, se ele já havia consumido cocaína. O candidato valeu-se do mesmo argumento que é difundido por seus correligionários e assessores para negar que faça uso – ou tenha feito – dessa droga. Ele atribuiu as acusações ao submundo da política.

“Você sabe que existe hoje um submundo da política nas redes, em que, anonimamente, as pessoas fazem quaisquer tipos de acusações sobre seus adversários, esperando que alguém, talvez desavisadamente, possa trazer esse tema para o jornalismo sério”, contestou, e prosseguiu desafiadoramente: “Eu me especializei numa coisa, e talvez você não saiba: em derrotar o PT. Todas as vezes. Há quinze anos eu ganho do PT no primeiro turno em todas as eleições no meu estado. E como não existe contra a minha vida absolutamente nada, essas acusações vão ocorrer.”

Os boatos sobre Aécio são, muitas vezes, apenas isto: boatos, uma vez que a comprovação das acusações é difícil ou impossível por simplesmente não existirem os fatos concretamente. Mas há uma notícia que nem os amigos mais íntimos, nem o correligionário mais emplumado, nem a própria Andrea ou outros assessores são capazes de defender publicamente. Ele tinha assumido o mandato de senador havia menos de dois meses e foi parado numa blitz da Operação Lei Seca na avenida Bartolomeu Mitre, no Leblon, bairro da zona sul do Rio de Janeiro, onde possui apartamento. Além de estar com a Carteira Nacional de Habilitação vencida, o que o impediria de dirigir, Aécio se recusou a fazer o teste do bafômetro. Pela imprudência, e, por que não dizer, pelo mau exemplo, ele foi multado em R\$ 957,69 e levou sete pontos na carteira. Outros sete pontos ele ganhou por dirigir com documento vencido. E mais uma multa de R\$ 191,54.

Graças a essas irregularidades, o movimento “Minas sem Censura” fez uma descoberta. Por meio da placa do Land Rover TDV8 Vogue, que o senador dirigia quando foi flagrado embriagado, parlamentares da oposição descobriram que o veículo, avaliado em R\$ 225 mil, estava em nome da rádio Arco-Íris, retransmissora da Jovem Pan, que o tinha como sócio, juntamente com a mãe, dona Inês Maria, e a irmã, Andrea. Em 28 de dezembro de 2010, depois de ter deixado o governo de Minas Gerais e ter sido eleito senador, dona Inês repassou-lhe 88 mil cotas do empreendimento familiar, avaliadas em R\$ 88 mil. A rádio obtivera permissão para funcionar por meio da Portaria 037, de 25 de fevereiro de 1987, assinada

pelo então ministro das Comunicações do governo Sarney, Antônio Carlos Magalhães. Era para se instalar na cidade de Betim, na região metropolitana de Belo Horizonte. Andrea Neves é a sócia-administradora da rádio, e tem 51% das ações (102 mil cotas, segundo a Junta Comercial de Minas Gerais); Aécio passou a contar com 44%, e dona Inês, com 5% (10 mil cotas).

Levantamento realizado pelos deputados da oposição revelou que a rádio Arco-Íris tinha registrados em seu nome 12 veículos, sendo seis de luxo. E, de acordo com o Detran-MG, o carro que Aécio utilizava e uma Toyota Fielder tinham, em 2011, multas aplicadas por excesso de velocidade em cidades como Búzios, Rio Bonito e Rio de Janeiro ou em rodovias fluminenses. Os deputados pediram, então, que o procurador-geral de Justiça, Alceu José Torres Marques, a quem os oposicionistas impuseram a alcunha de “Aéseu”, apurasse um suposto enriquecimento ilícito do senador por utilizar carro da rádio e não declarar como patrimônio dele. A ação não prosperou – até porque a Justiça tem como norma separar os bens pertencentes à pessoa física dos que estão em nome da parte jurídica e não há impropriedade no fato de a empresa ter carros de luxo, embora, como bem frisaram os deputados do grupo “Minas Sem Censura”, os veículos dificilmente seriam utilizados para prestação de serviço da rádio, ainda mais no Rio de Janeiro.

Os parlamentares pediam, ainda, que se apurasse quanto a Arco-Íris teria recebido de dinheiro de propaganda governamental nos anos em que Aécio fora governador, e Andrea, a principal orientadora da aplicação das verbas publicitárias. A família do senador é proprietária também de outra rádio, a São João del-Rei, AM, localizada na cidade de mesmo nome. A presidente do conselho de administração é a jornalista Valéria Magalhães Cordeiro de Andrade Reis, que trabalha com Aécio há mais de 20 anos e que, em 2010, recebeu o título de Cidadã Honorária da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Integrante do PSDB Mulher, Valéria também trabalhou no governo do estado, sendo coordenadora do Programa Visual do governo. A rádio em São João del-Rei não é lá muito rentável, conforme demonstra a prestação de contas apresentada pela direção aos acionistas em 30 de abril de 2013. Com um capital social de apenas R\$ 32.112,77, em 2012 ela teve um lucro acumulado de R\$ 30.269, e um prejuízo a compensar de R\$ 11.892. Em 2011, o prejuízo havia sido de R\$ 18.377.

AÉCIO FAMÍLIA

Antes de contrair bodas com Letícia Weber, Aécio fora casado por oito anos com Andréa Falcão da Costa Leite. Ao contrário do matrimônio com a ex-modelo, que se deu de forma muito discreta, numa cerimônia reservada a poucos parentes e amigos, o casamento com Andréa teve mais glamour: ocorreu em março de 1991, em uma cerimônia celebrada por dom Lucas Moreira Neves, na Igreja de Santa Margarida Maria, próxima à Lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul do Rio de Janeiro. Em agosto do mesmo ano, nascia Gabriela. O enlace matrimonial com Letícia ocorreu em 4 de outubro de 2013. Em 17 de janeiro de 2014, ele postou em sua página pessoal no Facebook que ela estava grávida. Soube-se depois que são gêmeos. Bernardo e Júlia nasceram prematuros em 8 de junho.

Andrea, sempre defensora da imagem do irmão, fez questão de ressaltar que, a exemplo de Tancredo (como não?), ele é um homem de família, que almoça todos os domingos com a filha, que tem nas modas de viola – especialmente na música “Tocando em Frente”, de Almir Sater e Renato Teixeira – um de seus prazeres (e canta muito desafinado, como é possível ver na internet). Seu prazer literário é ler biografias e, como esporte, adora andar de cavalo e jogar futebol – hábito que nunca deixou, mesmo quando governador. Logo no início de seu mandato, teve a ideia de assistir ao Cruzeiro jogar no Mineirão. Tirou o terno e vestiu a camisa azul do time. Quando desceu de seu escritório, os seguranças

já estavam a postos. Ele os impediu de o acompanharem. Argumentou que durante toda a vida tinha frequentado estádios e nada lhe acontecera e não seria agora, como governador, que mudaria de hábito. A pelada de terça-feira, no Mangabeiras, também foi mantida durante seu período como governador. No Rio de Janeiro, segundo contam assessores, era a mesma coisa. Ele não gostava que seguranças o acompanhassem. Muitas vezes, descia no Santos Dumont e metia-se num táxi com destino ao Leblon. A filha também não contava com seguranças, ainda segundo a versão de pessoas próximas a ele. “Não vou ser refém de um personagem”, costuma dizer quando alguém quer impor-lhe a “liturgia do cargo”, como definiu Sarney ao assumir a Presidência e deparar-se com as imposições da segurança e do cerimonial ao presidente.

A disposição de viver a vida e ser autêntico ele deixou bem clara logo em seu primeiro mandato. Em 5 de abril de 1987, em uma matéria do *Jornal do Brasil*, Aécio defendia seu jeito de ser. “Se querem me cobrar, me cobrem pelo que fiz como político pela minha região, me cobrem pelo que eu fiz ou deixar de fazer na Constituinte. Mas não me cobrem por uma fotografia numa escola de samba no carnaval, porque eu não vou me moldar ao papel do político tradicional. Eu não vou entrar nessa camisa de força, e não me cobrem por isso, porque me sentirei no direito de cobrar a coerência do discurso progressista de quem me cobrar”, disse ele, de acordo com extrato da citação publicado no livro *Aécio Neves – de facto e de jure*.

Se vier a ocupar a cadeira de presidente, Aécio não terá mais tanta liberdade como a que está acostumado. Embora seja o principal mandatário do país, há algumas pessoas que determinam na rotina no presidente da República, como o chefe do cerimonial, o assessor de imprensa, o chefe da segurança pessoal e o brigadeiro do ar responsável pelos voos do presidente. O general que cuida da segurança do presidente não permite que o governante vá a nenhum lugar sem que ele e outros seguranças estejam presentes. Até mesmo o local onde o presidente vai se hospedar em viagens nacionais e internacionais tem de ser aprovado pela segurança. No caso de voos, o brigadeiro responsável pela equipe de transporte aéreo da Presidência não permite que o mandatário se aventure em qualquer helicóptero ou em aviões de pequeno porte. Fugir do Palácio sem ser percebido é muito difícil. *A Folha de S. Paulo* contou um episódio que teria acontecido com a presidente Dilma Rousseff, no qual ela teria pegado carona numa Harley-Davidson e saído despercebida do Palácio da Alvorada para dar umas voltinhas pela Esplanada. Segundo contou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, Dilma teria se divertido ao despistar a segurança. O general Marcos Antônio Amaro, que cuida da segurança dela, disse que em nenhum momento a presidente ficou sem ser vigiada – admitir o contrário seria passar um recibo de que há falhas em seu trabalho.

O fato, inusitado, pode entrar para o anedotário político. O marketing político às vezes prega peças no imaginário popular, e transformar Dilma numa velhinha motoqueira radical poderia cair bem com o eleitorado jovem, uma vez que a “inconfidência” de Lobão ocorreu em agosto de 2013, quando as manifestações populares ainda faziam barulho nas ruas.

Andrea está convencida de que o que se fala sobre a vida privada do irmão é folclore. Para exemplificar o que diz e, adiantando-se aos questionamentos, ela gosta de contar o episódio de uma amiga que, havia cerca de cinco anos, dissera que o irmão seria muito amigo de Aécio e que os dois teriam passado o Natal em Angra dos Reis, onde diversão e prazer não faltaram. No entanto, segundo Andrea conta para amigos, justamente naquele ano o então governador teria passado a ceia natalina em Cláudio, na fazenda da família, juntamente com a mãe, dona Inês Maria, e com a filha, Gabriela, além de Andrea e a filha dela. Como quarentões próximos dos cinquenta anos, teriam se recolhido cedo aos aposentos pouco depois da meia-noite. Como os amigos do senador gostam de festejar o Réveillon e, por vezes, fecham uma pousada para que o embalo seja mais restrito, talvez a amiga de Andrea tenha

errado a data festiva em que ela disse que o irmão se divertiu muito com Aécio; em vez do Natal, pode ter sido no Réveillon.

Outro boato que circula por Minas Gerais é que, quando Aécio era governador, havia uma ala reservada no hospital Matter Dei para atendê-lo em caso de overdose de drogas. Andrea se diverte com as histórias, que, para ela, lembram as do Velho do Saco ou as do Chibamba: só servem para assustar aos desavisados (e potenciais eleitores). Num desses episódios, uma repórter de rádio teria telefonado para a assessoria de imprensa do governador perguntando se ele estava internado por causa de uma overdose. Naquele momento, recordam-se alguns auxiliares de Aécio, ele dava uma entrevista ao vivo ao lado do então vice-presidente José Alencar.

Um político do PSDB que priva da confiança da família de Aécio faz um cálculo prático para essas insinuações: utilizando-se de um termo do mercado financeiro – precificar –, ele diz que essas histórias já estão precificadas e que não irão causar prejuízo à imagem do candidato à Presidência. Precificar, no jargão de analistas financeiros, é quando o mercado já espera há algum tempo alguma notícia que pode afetar as bolsas de valores e, quando o fato realmente acontece, todas as perdas que poderiam ocorrer já teriam se dado.

VOOS DE CARREIRA

Por causa dessa precificação, Aécio paga o pato em Minas Gerais sobre tudo que cheire a drogas. Quando surge qualquer assunto relacionado ao tema, alguém – seja oposição, maledicentes ou meros jovens criativos com tempo livre – trata logo de difundir boatos de que o senador teria alguma ligação com a notícia. No final de novembro de 2013, por exemplo, um helicóptero que estava em nome de uma empresa da família do senador Zezé Perrella (PDT-MG), ex-presidente do Cruzeiro, time do coração de Aécio, foi apreendido pela Polícia Federal com 445 quilos de cocaína. O piloto da aeronave, Rogério Antunes, estava lotado no gabinete do filho do senador, Gustavo Perrella (SDD), que é deputado estadual em Minas Gerais. Além de ter um funcionário particular pago pelos cofres da Assembleia Legislativa, Gustavo também usou R\$ 11,2 mil de sua verba indenizatória para abastecer o próprio helicóptero. O pai dele, Zezé, gastou outros R\$ 11,1 mil da verba do Senado com a mesma finalidade. O piloto disse que havia pego a aeronave para fazer um trabalho extra – traficar drogas – e que os políticos para os quais trabalhava não sabiam de seu “job”. O helicóptero saiu de Avaré, no interior de São Paulo, foi até o Campo de Marte, um pequeno aeroporto na zona norte de São Paulo, rumou para Divinópolis, onde fica a sede da Limeira Agropecuária, que pertence à família de Perrella, e de lá seguiu para Afonso Cláudio, no Espírito Santo, onde a Polícia Federal prendeu o piloto.

O jornalista Reinaldo Azevedo, da revista *Veja*, que não é nenhum militante do PT (muito pelo contrário), escreveu um artigo dizendo que a história não fechava, nem na narrativa, nem na matemática. O ex-presidente Lula, que é mais do que petista, criticou a imprensa, dizendo que a mídia teria dado muito mais espaço para a estranha história da contratação de José Dirceu por um hotel com sede falsa no Panamá do que para o helicóptero da família do senador. A colunista Eliane Catanhêde, da *Folha de S. Paulo*, escreveu um artigo criticando o ex-presidente ao tentar, na visão dela, vincular o tráfico de drogas a Perrella e, de modo oblíquo, a Aécio Neves. Ela lembrou que a declaração de Lula, em defesa de José Dirceu e atacando a mídia, como sempre faz, ocorreu num encontro do PT. E, no evento, a militância ecoou: “sou brasileiro e não me engano, a cocaína financia os tucanos” – um coro, no mínimo, irresponsável.

Perrella é, de fato, ligado a Aécio. Quando Itamar Franco se candidatou ao Senado, em 2010, queria

ter como primeiro suplente o deputado federal José Fernando Aparecido de Oliveira, filho de seu amigo e ex-ministro, José Aparecido, morto em 2007. Mas Aécio insistiu no nome do presidente do Cruzeiro e, com a morte de Itamar, em julho de 2011, o ex-presidente do Cruzeiro acabou assumindo o mandato. Mas o fato de Aécio ser amigo de Perrella não pode associá-lo a eventuais irregularidades praticadas pelo outro, especialmente porque a própria Polícia Federal concluiu que não havia nenhuma ligação de Perrella com a droga apreendida. Mesmo assim, na internet não faltaram alegações maledicentes e teorias das mais rocambolescas para tentar atribuir a Aécio e a Perrella alguma vinculação com o tráfico.

No carnaval de 2014, embora a poeira sobre o assunto cocaína já tivesse baixado, o tema foi reciclado em uma marchinha intitulada “O Baile do Pó Royal”, veiculada, inicialmente, no YouTube e que depois ganhou as redes sociais e as ruas de Belo Horizonte. A musiquinha ficou tão popular que venceu o 3º Concurso de Marchinhas Mestre Jonas, em Belo Horizonte. Os autores Alfredo Jackson, Joilson Cachaça e Thiago Dibeto, e os intérpretes Gustavo Maguá, Oleives e Vitor Velloso, dividiram o prêmio de R\$ 5 mil. Descontraída e escancarada, a letra é cheia de mensagem subliminar. Num trecho, diz: “O pó chegou voando no salão/ que farra sensacional/ deu até notícia na televisão/ virou baile do pó royal/ o pó rela no pé/ o pé rela no pó/ esse pó é de quem tô pensando/ ah, é sim, ah é sim...” Cantada, a frase tem a sonoridade de Aecinho, como o candidato é conhecido. Até o próprio Aécio se divertiu com a brincadeira. Aliás, pessoas que convivem com ele dizem que o candidato não se importa com os boatos e insinuações a seu respeito e nunca tentou censurar ou impedir qualquer coisa nesse sentido.

A amizade com Perrella teve outras consequências, que não ficaram apenas no plano da especulação. Quando Aécio era governador, criou o programa Minas sem Fome, para se contrapor ao Fome Zero do governo Lula. Em 2007, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) fechou contratos, sem licitação, com a Limeira Agropecuária e Representações, que, além de Perrella e do filho dele Gustavo, tinha entre os sócios o irmão do senador, Geraldo de Oliveira Costa, e o filho deste, André Almeida Costa. Pelo contrato, a Epamig fornecia sementes para a empresa do amigo de Aécio, sem ônus para ela, para que a agropecuária as plantasse e depois revendesse o produto para a própria Epamig. O milho, o arroz, o feijão e o sorgo eram, então, doados a famílias carentes. A autarquia ainda fornecia técnicos para acompanhar a plantação. Ou seja: Perrella só cedia o espaço e colhia os lucros. O Ministério Público Estadual (MPE) ajuizou uma ação contra a transação e ressaltou que entre 2007 e 2011, quando o contrato estava em vigor, Perrella era deputado estadual, sendo substituído depois por seu filho. Pela legislação federal e estadual, eles não poderiam ter feito negócio com a autarquia porque parlamentares são impedidos de contratar com o poder público. Em janeiro de 2014, a juíza Rosimere das Graças Couto, da 3ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, entendeu que havia indícios de prática de improbidade administrativa e determinou o bloqueio dos bens e a quebra dos sigilos fiscal e bancários da empresa e da família Perrella, além de ex-diretores da Epamig.

Aécio não tem nada a ver com os voos de carreira do helicóptero do amigo Zezé Perrella. Mas andou voando por aí em uma aeronave de prefixo PT-GAF, que tinha como dona a Banjet Táxi Aéreo. A empresa, segundo registro da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), tem como sócios administradores Clemente de Faria e Oswaldo Borges da Costa Filho. A Banjet fazia parte do antigo banco Bandeirantes, que tinha Clemente de Faria e o padraсто de Aécio, Gilberto de Andrade Faria, como donos. Oswaldo, ou Oswaldinho, como é conhecido em Minas Gerais, casou-se com a filha de Gilberto, Beatriz Faria Borges da Costa. Quando a notícia surgiu, em 2011, divulgada pelos deputados da oposição, a assessoria de Aécio tratou de explicar que a cessão do avião para deslocamentos do senador se tratava de uma cortesia familiar, uma vez que não havia custos. Coisas de família, pois bem. No entanto, tanto Oswaldinho como Clemente foram sócios em outras empresas, entre elas a Star

Diamante Ltda., que tinha como nome fantasia Starminas, criada em 12 de setembro de 2003, de acordo com documentos da Junta Comercial de Minas Gerais. Menos de um ano depois da constituição da firma, Clemente transferiu boa parte de suas ações para Oswaldo Borges da Costa Neto, filho de Oswaldinho.

Na época em que a Star Diamante foi constituída, Oswaldinho já era presidente da Companhia Mineradora de Minas Gerais (Comig), uma empresa estatal, que, em dezembro de 2003 passou a se denominar Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig). Em abril de 2014, ele continuava à frente da empresa. A página da Codemig na internet detalha sua ampla linha de atuação:

A Codemig conhece bem as riquezas de Minas. Sua atuação está cada vez mais voltada para que essas riquezas possam atrair novas oportunidades de investimentos, aumentando a competitividade e propiciando bons negócios para o setor produtivo mineiro. A Codemig atua na realização de projetos, obras, serviços e empreendimentos, com destaque para o setor de infraestrutura. Mas é na mineração e no turismo que ela construiu sua longa trajetória de sucesso. Na área de mineração, realiza investimentos em busca de oportunidades que viabilizem novos empreendimentos no Estado, em parceria com o setor privado. Sua atuação no segmento de turismo visa à melhoria da infraestrutura nas estâncias hidrominerais, além de apoiar e desenvolver ações de valorização do turismo de negócios e eventos.

Logo no início da função de Oswaldinho à frente da diretoria da então Comig, a empresa lançou três mapas para reforçar o conhecimento da geologia no estado que, segundo nota divulgada no jornal *Estado de Minas*, iria ajudar empresas em novas pesquisas minerais. O mapa, segundo a publicação, traz indicativos atualizados de depósitos de rochas calcárias, essenciais para as indústrias de cimento, e reservas de diamantes na região da Bacia do Rio São Francisco. Ainda de acordo com a notícia divulgada pelo *Estado de Minas*, Oswaldinho afirmou, à época, que o governo pretendia investir US\$ 7 milhões em levantamentos aerogeofísicos, feitos por meio de sinais magnéticos transmitidos a equipamentos em voos a 100 metros de altitude, e mais US\$ 1 milhão em mapas geológicos. Nas mãos de quem entende do assunto, era o verdadeiro “mapa das minas”.

A oposição descobriu que um dos endereços do liquidado Banco Bandeirantes, cujo conselho administrativo tinha como membros o padrasto e a mãe de Aécio, era o mesmo da empresa IM Participações e Administração Ltda. Os sócios da IM eram dona Inês Maria e as irmãs de Aécio, Andrea e Ângela. De acordo com o site Viomundo, a equipe do senador Aécio esclareceu da seguinte forma o imbróglio familiar:

A assessoria informa que se trata de antigas iniciativas de dois deputados de oposição ao PSDB em Minas Gerais, amplamente noticiadas à época e sobre as quais foram prestados todos os esclarecimentos. É nítida a motivação meramente política das mesmas. Registre-se que uma delas chegou a ser apresentada por duas vezes, tendo sido, nas duas ocasiões, investigada e arquivada por falta de fundamento.

Ela se referia à representação sobre o suposto direcionamento de verbas publicitárias para empresas de comunicação da família de Aécio Neves.

O ARTICULADOR

O jeito do cinquentão que quer aparentar ser um eterno jovem esconde um político habilidoso. Um tucano que conhece o candidato a presidente há muito tempo lembra que, embora não seja de muitos discursos na tribuna do Senado e tampouco seja brilhante orador como seu avô foi, Aécio sabe muito bem como fazer costuras políticas, sem alardes, mas sempre muito objetivo. Enquanto os opositores tentam grudar-lhe a imagem de um político fanfarrão, *bon vivant*, namorador e festeiro contumaz, procurando desqualificá-lo como administrador e homem público sério, Aécio segue fazendo o que aprendeu bem com Tancredo Neves: conversar ao pé do ouvido, atrair para seu rebanho os desgarrados,

manter sob sua esfera de influência os velhos aliados, e, aos poucos, se impor. E, como sabe que tem um sobrenome a zelar, Aécio procura fazer de seu nome uma referência. Ele elegeu-se deputado federal pela primeira vez em 1986, depois da morte do avô. A lembrança de Tancredo ainda estava viva na memória dos brasileiros e, mais ainda, na dos mineiros, o que ajudou Aécio a se tornar o deputado federal mais votado daquela eleição: ele somou 236.019 votos. Na eleição seguinte, seu capital eleitoral caiu bem: foram 42.412 os que depositaram sua confiança no neto de Tancredo. Em 1992, ele tentou ir mais longe e aceitou se candidatar à Prefeitura de Belo Horizonte. Teve como adversários Patrus Ananias (PT), Maurício Campos (PL) e Sérgio Ferrara (PMDB). Acabou em terceiro lugar. No segundo turno, Patrus venceu Campos. A candidatura a prefeito possibilitou-lhe voltar a ocupar lugar de destaque na memória dos mineiros e, em 1994, obteve 105.385 votos. A partir daí, Aécio passou a ocupar cada vez mais espaço em seu partido e nas instituições.

Primeiro, foi eleito por seus pares para a terceira secretaria da Câmara, integrando a Mesa Diretora. Dois anos depois, em 1996, tornou-se presidente regional do PSDB e, nessa posição, acabou se tornando peça-chave para a eleição de 1998 para o governo de Minas Gerais – o partido tentava um segundo mandato para Eduardo Azeredo, mas não conseguiu – e para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Aécio defendeu a candidatura de Azeredo, que concorreu contra Itamar Franco, numa chapa que tinha Newton Cardoso como vice. Foi na eleição de 1998 que, de acordo com a Procuradoria Geral da República (PGR), Azeredo se valeu do esquema de Marcos Valério para arrecadar dinheiro para sua campanha, desviando dos cofres públicos.

Mas Aécio não queria ser um político regional. Tinha interesses maiores. Em 1997, enfrentando a oposição interna de vários nomes de peso, se candidatou a líder da bancada na Câmara. Não foi uma disputa fácil. O posto era ocupado pelo deputado José Aníbal (SP). Jayme Santana (MA) tinha apoio de tucanos de alta plumagem, como o então governador de São Paulo, Mário Covas e o ministro José Serra. Aos poucos, o jovem deputado de Minas Gerais foi obtendo suporte de outras lideranças tão ou mais importantes que essas. Passaram a trabalhar a seu favor o então ministro das Comunicações, Sérgio Motta – o Serjão –, quatro governadores e até mesmo o presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 4 de março de 1997, obteve 45 dos 88 votos, evidenciando um racha na bancada. Mas, ainda assim, ganhando o posto que almejava. Com a vitória, Aécio começava a impor seu nome no cenário nacional e deixava de ser apenas o neto de Tancredo ou um político voltado somente para seu estado.

O posto de líder o fez manter contato com outras lideranças e também com ministros e assessores de FHC, e até mesmo com o próprio presidente. Ele permaneceu na liderança do partido por quatro anos. Em 1999, depois da desvalorização do real promovida por Fernando Henrique, e da prorrogação e do aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), criada em plena gestão do tucano para, hipoteticamente, financiar melhorias na saúde, a bancada do PSDB, que fora eleita com 100 deputados, sofreu uma desidratação, patrocinada, principalmente, pelo PMDB. Aécio, então, tentou unir forças com o PFL (atual DEM) e o PTB para lançar um candidato contra Michel Temer (PMDB-SP) na disputa pela presidência da Câmara. Sonhava, ele próprio, com a possibilidade de ser o candidato do grupo. Mas isso não foi possível. O que o governo menos queria, naquele momento, era um enfrentamento com o todo-poderoso PMDB, dono da maior bancada na Casa. Um acordo foi feito e garantiu a Temer outro mandato na presidência da Câmara. Aécio, porém, trabalhou para reconquistar deputados para sua legenda, e acabou trazendo alguns parlamentares para o PSDB, que passou a contar com 93 membros.

Aécio não deixou de ter a presidência da Casa como meta e passou a atuar “mineiramente”, com obstinação, mas sem afobação. Conforme notícia publicada no jornal *Valor Econômico* em 15 de fevereiro de 2001, em agosto de 1999 ele se encontrou com o governador de São Paulo, Mário Covas

(PSDB), para saber a opinião do líder tucano sobre a possibilidade de ele disputar a presidência. Covas teria lhe perguntado: “Você tem a unidade da bancada?”, ao que Aécio assentiu. Em seguida, Covas fez outro questionamento: “E disposição para enfrentar a resistência de seu partido e do governo?” Aécio voltou a dizer que tinha. E Covas concluiu: “Então, seja candidato que eu lhe darei apoio.”

O governador de São Paulo referia-se à candidatura de Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que já havia presidido a Câmara e estava no quarto mandato à frente da bancada de seu partido. Outro integrante da base de apoio do governo de Fernando Henrique que também pleiteava o cobiçado cargo era Severino Cavalcanti (PPB-PE). O próprio PSDB impunha dificuldades a Aécio. Arthur Virgílio (AM) e Arnaldo Madeira (SP), por serem líderes do governo, não queriam confusão com o PFL. Aloysio Nunes Ferreira, então ministro da Secretaria Geral da Presidência, também fez gestões contra as intenções do mineiro. Embora o PMDB e o PFL se revezassem no comando da Câmara e do Senado, por serem as maiores bancadas na época, Aécio percebeu que sua intenção só teria êxito se atraísse para si uma parte do PMDB. O partido não tinha um candidato natural a substituir Michel Temer e, durante um jantar entre lideranças dos dois partidos, ficou acertado que os peemedebistas aceitavam apoiar Aécio, mas, em troca, queriam que os tucanos votassem em Jader Barbalho (PMDB-PA) para a presidência no Senado, substituindo Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Depois que a candidatura dele foi sacramentada em seu próprio partido, Aécio partiu para campo para obter novos apoios. E levou consigo o PPS, o PTB e o PSB. Poucos dias antes do pleito, Severino Cavalcanti desistiu de disputar a presidência, em troca de um cargo na mesa. A disputa passou a ser, então, entre Aécio, Inocêncio, Aloizio Mercadante (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PL) e Nelson Marquezelli, que, embora estivesse no PTB, concorreu de forma avulsa. O resultado mostrou que Aécio era um bom articulador: ele obteve 283 votos, contra 117 de Inocêncio, 81 de Mercadante, 21 de Costa Neto e 3 de Marquezelli. Cinco votos foram nulos, e dois, brancos. A conquista da presidência da Câmara levou os mineiros a uma posição de destaque no Parlamento, 30 anos depois de o último conterrâneo de Aécio ocupar o cargo: Geraldo Freire da Silva, que substituíra o também mineiro José Bonifácio Lafayette de Andrada. Era o primeiro cargo como chefe de um poder, que o deixava como terceiro na linha sucessória da Presidência. Embora tão perto, ainda estava longe do objetivo maior.

Se na seara de Aécio havia motivos para comemorar, no ninho tucano havia preocupação com a sucessão presidencial para o próximo ano. Mário Covas, já doente (ele morreu de câncer em 6 de março de 2001), havia chamado o então governador do Ceará, Tasso Jereissati, para uma conversa. Lembrou que as eleições presidenciais se aproximavam e que era preciso trabalhar, desde então, um nome forte. Covas disse ao amigo que não teria condições de saúde para participar de uma eleição daquele tipo e que, no PSDB, dois nomes estavam aptos a se apresentarem como candidatos: o próprio Tasso e o ministro da Saúde de Fernando Henrique, José Serra. E Covas anunciava que apoiava Tasso.

O cearense arregaçou as mangas e iniciou conversações com alguns políticos, dentro e fora do PSDB, para se viabilizar. Internamente, ele avançava e, com a morte de Covas, a família do ex-governador de São Paulo o apoiou explicitamente, assim como Geraldo Alckmin, que assumira o governo paulista. Em outubro de 2001, um evento em São Paulo reuniu cerca de 300 pessoas em favor da candidatura do cearense.

No entanto, em dezembro de 2001, de acordo com matéria da jornalista Christiane Samarco, de *O Estado de S. Paulo*, Tasso jogou a toalha e anunciou que estava desistindo da pré-candidatura. Num jantar no Palácio da Alvorada, do qual participaram, além do próprio Tasso e do presidente Fernando Henrique, o então governador do Pará, Almir Gabriel, e o ex-ministro da Justiça e ministro da Secretaria Geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso parecia estar muitíssimo irritado. Ele acusou setores do PSDB no governo de dificultar a liberação de recursos para seu estado e de investigá-lo. O

cearense considerava que Aloysio atuava a favor de Serra – os dois paulistas são amigos até hoje – e os culpava por uma operação da Polícia Federal que teria colocado agentes em seu encalço durante uma investigação sobre lavagem de dinheiro. O clima pesou e acabou em pesadas trocas de xingamentos.

“Vocês jogam sujo”, acusou Tasso, dirigindo-se a Aloysio. “Vocês quem?”, quis saber Aloysio. “Você... o Serra... Vocês estão jogando sujo e eu estou saindo (da disputa presidencial) por causa de gente como você, que está me fodendo nesse governo”, reagiu Tasso. “Jogando sujo é a puta que o pariu”, berrou Aloysio, já partindo para cima de Tasso.

Os dois só não se engalfinharam porque Almir Gabriel interveio, enquanto FHC ficou parado, sem saber o que fazer.

O governador do Ceará então anunciou que estava desistindo de concorrer internamente. Aécio havia se posicionado a favor de Tasso desde que Covas lançou o cearense como pré-candidato dentro do partido. Serra não gostou nada da atitude do então líder do partido na Câmara e, quando Aécio se tornou presidente da Casa, com uma influência ainda maior, o desgosto de Serra só aumentou. Inconformado e irritado com Serra, Tasso acabou se engajando na campanha presidencial de Ciro Gomes (naquela época no PPS), de quem era amigo de longa data.

Aécio participou da discussão sobre a candidatura tucana, mas sabia que precisava mostrar trabalho aos seus eleitores na Câmara. Tomou algumas medidas para reduzir os gastos da Casa – como, aliás, fazem todos os presidentes recém-eleitos na Câmara e no Senado, que cortam na chegada, mas gastam depois, na saída – e cedeu a uma reivindicação antiga dos colegas: instituir uma verba de gabinete, para que os parlamentares pudessem gastar com aluguel de escritórios em seus estados, fretamento de veículos, passagens e outras despesas. No livro *Aécio Neves – de facto et de jure*, a jornalista Ana Vasco justifica a postura do então presidente da Câmara argumentando que, “com a aplicação dessa medida, existente em vários parlamentos do mundo, Aécio pretendia evitar uma situação que se tornava comum entre os parlamentares: a busca de apoio na iniciativa privada para o desenvolvimento de ações políticas regionais e, posteriormente, o comprometimento dos deputados com essas empresas financiadoras, na defesa de interesses específicos dentro da Casa”. Se a intenção era realmente essa, pode-se intuir que o objetivo não foi plenamente alcançado, uma vez que as empresas continuam fazendo lobby para aprovar o que lhes interessa e a verba de gabinete é, com frequência, utilizada para engordar os vencimentos de alguns parlamentares, inclusive com apresentação de notas fiscais frias.

Como presidente de um Poder e interessado em dar visibilidade externa de que poderia ser apresentando como um bom gestor, Aécio investiu para lustrar sua imagem. Embora, meses antes, tivesse anunciado corte de despesas, passou a defender o investimento permanente da Câmara em ações de divulgação da instituição e a realização de pesquisas de opinião popular para saber o que a população pensava sobre o trabalho dos deputados – e sobre o seu também, claro. Em meio a uma reforma administrativa, que culminou na demissão do então diretor geral da Casa, Aldemar Sabino, que estava no posto havia 18 anos, Aécio resolveu trocar também toda a equipe de comunicação. E introduziu outra novidade na área, com o afã de tornar ainda mais visível seu trabalho: a criação de um portal na internet. Hoje, o site da Câmara é muito dinâmico e, por meio dele, é possível saber como um deputado votou, que projetos apresentou, de quais comissões participa, como gasta sua verba indenizatória e quem são os funcionários lotados em seu gabinete. As sessões são transmitidas on-line, o que garante ao eleitor um bom acompanhamento da instituição.

Embora procurasse atender aos deputados em seus queixumes, Aécio, na presidência da Câmara, introduziu uma mudança muito importante: articulou com os líderes partidários o fim da impunidade de que os parlamentares gozavam depois de se eleger. Desde a Constituição de 1824 até a de 1988, todas as Cartas Magnas exigiam a autorização de seus pares para que um deputado pudesse ser processado

criminalmente. Esse entulho sem sentido tornava os detentores de mandatos homens acima da lei. Pela legislação em vigor na época, uma vez eleito, o parlamentar poderia cometer qualquer tipo de crime – até mesmo homicídio, tráfico de drogas, formação de quadrilha, corrupção – sem que a Justiça pudesse importunar-lhe, a não ser que os colegas de Câmara autorizassem. A nova lei aprovada sob coordenação de Aécio limitou essas excrescências apenas aos chamados crimes de opinião. Foi na gestão do mineiro que a Câmara criou o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

A atuação de Aécio abriu-lhe portas mais amplas para o futuro. Depois de presidir um dos Poderes da República – e a própria Presidência, interinamente, graças a viagens de Fernando Henrique e de seu vice, Marcos Maciel –, ele não queria voltar a ser mais um deputado. Pensou em lançar-se ao Senado ou ao governo de Minas Gerais. No entanto, matreiramente, à moda de Tancredo, não impediu que seus aliados testassem seu nome como um suposto candidato à sucessão do próprio Fernando Henrique. Ele era novo – na época, tinha 41 anos. Mas sabia que, em política, é preciso planejar os passos com prudência – sem abrir mão da audácia. E que uma ação bem pensada num momento pode amadurecer e render frutos mais à frente. Era hora de plantar. Com o PSDB estremecido depois que Tasso Jereissati abandonou a disputa interna atirando contra Serra e seus colaboradores, um movimento tucano começou a testar o nome de Aécio como alguém que poderia se tornar o candidato do partido à Presidência da República.

Serra sempre quis chegar à Presidência. A desistência de Jereissati havia tornado o sonho do então ministro uma quase realidade. Serra sabia que sua própria legenda não morria de amores por ele – assim como outros partidos viravam a cara à menção de seu nome. Mas contava com uma aliada forte: a primeira-dama, Ruth Cardoso, que o defendia constantemente. Fernando Henrique, amigo de longa data, também simpatizava com ele e o achava preparado para postular a candidatura. Mas o presidente não queria dar demonstração explícita, naquele momento, de que havia se decidido por alguém. Além disso, sua popularidade só caía e, se apontasse um nome para sucedê-lo, talvez pudesse queimar o candidato logo de cara.

Os genes do avô fizeram de Aécio um homem ambicioso, prudente e paciente. Amante do futebol e bom jogador, ele é do tipo que sabe jogar parado ou sem bola, posicionando-se estrategicamente para, na hora certa, decidir a partida. Aécio também tem uma boa noção do tempo da política. Um grupo de 70 deputados do PSDB assinou uma lista de apoio a ele para as eleições de 2002. Isso irritou Serra profundamente. Mas Aécio foi precavido. Numa entrevista à jornalista Dora Kramer, na época no *Jornal do Brasil* (atualmente ela é colunista de *O Estado de S. Paulo*), tratou de pôr um ponto final nas especulações ao seu nome:

Se me dessem de graça e avisassem que a posse seria amanhã às 9h, eu não estaria lá. Tenho senso das coisas, nada do que aconteceu no último ano me fez tirar um milímetro os pés do chão, e sigo uma lição de família: na política, hoje você está lá em cima, assediado, amanhã sua única companhia pode ser o ostracismo.

Em vez de disputar a Presidência, ele preferiu retornar a Minas Gerais. Naquele ano, foi eleito para seu primeiro mandato à frente do Palácio da Liberdade. Aécio sabia que, no fundo, seria muito difícil de o PSDB ganhar aquela eleição para presidente. Depois de três tentativas frustradas, Lula finalmente chegaria aonde queria. Serra escondeu Fernando Henrique nas eleições e, embora fosse o candidato do governo, fez questão de se distanciar dele. Em Minas Gerais, embora Aécio tenha vencido no primeiro turno, com 57,68% dos votos válidos, contra 30,73% de Nilmário Miranda (PT) e 6,69% de Newton Cardoso (PMDB), Lula ganhou com folga dos tucanos nos dois turnos. No primeiro, obteve 53,01%, contra 22,85% de Serra – a diferença de votos válidos ficou com os demais candidatos. Na segunda votação, o petista atingiu 66,45% dos válidos, enquanto o tucano conseguiu 33,55% em Minas. Mais

uma vez, Serra não ficou contente com seu correligionário.

Aécio lançou-se candidato ao governo mineiro contando com o apoio de Itamar Franco, embora este não fosse do PSDB e tivesse se irritado várias vezes com Fernando Henrique Cardoso. Itamar queria, a princípio, ser o candidato do PMDB à Presidência. Mas não conseguiu. Numa disputa interna com Newton Cardoso, então vice-governador, ele acabou se desentendendo e se desfilando do partido. Itamar, então, procurou Patrus Ananias (PT) e contou-lhe que gostaria de apoiá-lo para o governo. No entanto, Patrus afirmou que não sairia candidato porque já havia se comprometido com Nilmário Miranda. Aécio era a segunda opção. O objetivo maior de Itamar, contudo, era derrotar Newtão – o que conseguiu. No plano nacional, Itamar apoiou Lula.

Quando assumiu o governo, Aécio se deu conta dos problemas que teria de enfrentar. O estado havia fechado o ano fiscal de 2002 com um déficit fiscal de US\$ 1,4 bilhão. Devia para a União R\$ 32 bilhões e aos fornecedores, R\$ 5 bilhões. O déficit mensal era de R\$ 200 milhões. A credibilidade externa do estado também estava abalada desde que Itamar decretara uma moratória, em 1999. Mas o governador foi em busca de recursos e conseguiu que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) financiasse alguns projetos que ele considerava importantes.

Aécio adotou o que se tornaria numa peça de marketing do PSDB: o choque de gestão. As medidas anunciadas, e colocadas em prática, surtiram o efeito desejado em curto prazo. O novo governador reduziu de 21 para 15 o número de secretarias, extinguiu cerca de 3 mil cargos que podiam ser preenchidos sem concurso público (na prática, não houve demissão, mas apenas a decisão, momentânea, de não contratar ninguém para as vagas que estavam abertas), criou auditorias setoriais para controlar os gastos, centralizou a folha de pagamentos na Secretaria de Planejamento e reduziu despesas com materiais e serviços. O modelo foi reconhecido pelo Banco Mundial, por exemplo. O diretor da entidade, John Briscoe, em um artigo publicado em 26 de agosto de 2008 na *Gazeta Mercantil*, foi altamente elogioso ao governador:

Em 2002, Minas Gerais era um dos sete estados brasileiros que não havia respeitado os indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e possuía uma dívida consolidada e um gasto com pessoal que consumiam, respectivamente, 275% e 66% da receita corrente líquida do estado. Eleito naquele ano, o governador Aécio Neves firmou o propósito de colocar o estado de volta no caminho do crescimento e da sustentabilidade por meio do plano mineiro de desenvolvimento integrado, ou, simplesmente, o programa Choque de Gestão (...) Os resultados da primeira fase de reformas foram cruciais para levar adiante a economia mineira, atraindo investimentos privados, melhorando a qualidade dos serviços públicos prestados à população e criando um ambiente político estável, que resultou na reeleição de Aécio Neves.

Esse trecho do artigo de Briscoe está reproduzido no livro *Aécio, os anos que mudaram Minas Gerais*, de capa dura, muitas fotos e editado pelo PSDB do estado. Na capa, Aécio aparece com a bandeira mineira de fundo, sorrindo, acenando para não se sabe quem, de terno e com uma gravata com as cores do Brasil, praticamente idêntica a uma que Lula adorava usar, sobretudo em eventos internacionais. No texto de introdução, o presidente do partido na época, deputado federal Nárício Rodrigues, começa afirmando que a passagem de Aécio pelo governo de Minas deixará saudades e termina em um tom que resvala numa campanha eleitoral: “Aliás, com Aécio, a saudade que aprendemos a ter não é do que foi feito e, sim, daquilo que virá... Afinal, é preciso crer que a nossa história, com Aécio, está apenas começando.”

A adoção do choque de gestão serviu de desculpa para uma prática que, embora não tenha sido criada por Aécio, fez dele um recordista em sua utilização: as leis delegadas. Esse instrumento se dá por aprovação da Assembleia Legislativa, que autoriza o chefe do Executivo a editar leis cujo objeto, cuja extensão da matéria, cujos prazos e princípios são definidos previamente. Essas leis não são votadas

pelos deputados, que abrem mão de seu direito de legislar. Em 2003, logo que assumiu o governo, Aécio emitiu 63 dessas leis; em 2007, foram 67, o que totaliza 130 em seus dois mandatos. O recorde anterior tinha sido do ex-governador Hélio Garcia que, em 1985, editou 36; Itamar Franco, em 2000, fez oito; Eduardo Azeredo, entre 1997 e 1998, concebeu três, e Newton Cardoso, em 1989, uma. No plano federal, Aécio é um dos principais críticos das Medidas Provisórias enviadas pelo Palácio do Planalto ao Congresso, com prazos apertados, e que trancam a pauta de votação, caso não sejam apreciadas. As MPs, no entanto, podem ser alteradas, ao passo que as leis delegadas não têm esse benefício. No caso mineiro, esse instrumento, durante a gestão de Aécio, serviu, sobretudo, para questões de reforma administrativa. Na época, a assessoria de Aécio justificou a prática argumentando que ele não estava tirando o poder de legislar da Assembleia, que medidas de impacto em início de governo são importantes e que, para realizá-las, é necessário celeridade.

Mesmo utilizando fartamente as leis delegadas para mexer na estrutura administrativa do estado sem necessidade de aprovação de leis específicas pela Assembleia Legislativa, logo que assumiu a cadeira no Senado, no início de 2011, Aécio se posicionou contrário à intenção da presidente Dilma Rousseff de fixar por decreto os reajustes do salário mínimo até o final de 2014. “Acho que o governo tem todo o direito de defender sua proposta de salário mínimo, mas tem que fazer isso como prevê a Constituição: anualmente, por lei”, declarou ele em entrevista, para continuar: “Fazer isso por decreto, além de ser escapismo do governo, mostra certa fragilidade, que não precisaria ser demonstrada, dada a força e amplitude da base (do governo). Ou vamos cumprir o nosso papel constitucional de legislar, inclusive sobre essa matéria, ou nós vamos permitir já na largada desse novo governo que o Congresso Nacional mais uma vez se agache perante o poder Executivo”, afirmou.

Embora tenha assumido um governo coalhado de dívidas, como ele mesmo faz questão de afirmar, desde seu primeiro ano à frente do Palácio da Liberdade Aécio pensou em tirar a sede do governo do estado da região central de Belo Horizonte. Para tanto, contratou o escritório do arquiteto Oscar Niemeyer para projetar um novo espaço que pudesse abrigar todas as secretarias estaduais e o gabinete do governador. O projeto arquitetônico foi patrocinado por duas mineradoras e concluído em junho de 2004. As obras tiveram início em abril de 2007 e foram entregues em 4 de março de 2010, a tempo de Aécio cortar a fita inaugural, uma vez que, por lei, como seria candidato ao Senado, tinha de se desincompatibilizar até abril daquele ano.

O local, de 804 mil metros quadrados, sendo 265 mil de área construída, abriga 43 órgãos e entidades do governo estadual e 16 mil servidores. Como não poderia deixar de ser, a nova sede do governo leva o nome de Presidente Tancredo Neves. Muitos funcionários reclamam que o novo local de trabalho ficou distante de suas casas. O governo argumenta que o novo centro proporciona economia de gastos com aluguéis de imóveis, rede de comunicação, água, energia e serviços de apoio, por exemplo. Inicialmente prevista para custar R\$ 500 milhões, a obra acabou saindo por R\$ 1,2 bilhão, sem contar o mobiliário, e foi paga pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig). Várias empresas participaram da construção: Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Santa Bárbara, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, Via Engenharia e Barbosa Melo.

OBRAS CONTESTADAS

Outra obra polêmica executada durante a gestão de Aécio foi a reforma do estádio Mineirão. O escritório do arquiteto Gustavo Penna foi contratado em novembro de 2009, sem licitação, para fazer o projeto básico da obra. Cobrou R\$ 17,8 milhões – quase três vezes mais do que o escritório de Oscar

Niemeyer ganhou para fazer a Cidade Administrativa, que conta com seis edificações e, teoricamente, é bem mais complexa do que um estádio. A Procuradoria-Geral da República ofereceu denúncia contra a contratação, considerada indevida por ela. A Justiça Federal em Minas Gerais acatou a denúncia e bloqueou bens de Penna e integrantes do governo mineiro. De acordo com os procuradores, a dispensa de licitação para contratação do escritório de Gustavo Penna foi proposta por Tadeu Barreto Guimarães, ex-presidente do Comitê Executiva da Copa, e endossada por Oizer Myssior, gerente de projetos e custos do Departamento de Obras Públicas do Estado (Deop-MG). O filho de Myssior, Leon Cláudio Myssior, era sócio de Gustavo Penna na empresa URBX.

A Procuradoria também contestou a alegada especialização do escritório para fazer o projeto do estádio, sem licitação, uma vez que no portfólio da empresa não constava nenhum empreendimento desse tipo. “Não se discutem os méritos ou a capacidade profissional do referido escritório. Todavia, não consta de seu portfólio qualquer projeto que possa demonstrar sua especialização em estádios ou seu conhecimento das normas da Fifa sobre o assunto”, observaram os procuradores. O juiz federal Leonardo Augusto de Almeida Aguiar, que deferiu a liminar para o bloqueio dos bens do escritório de Augusto Penna e de membros do governo de Minas Gerais, anotou que, em sua opinião, havia “fortes indícios de ilicitude na contratação direta por inexigibilidade de licitação bem como a ocorrência de improbidade administrativa dos gestores responsáveis pela contratação do escritório de arquitetura para elaborar o projeto básico de reforma e modernização do estádio Mineirão (...) Cuidando-se de projeto de vulto que certamente despertaria o interesse dos maiores escritórios de arquitetura do Brasil e até mesmo do exterior, é de se questionar a opção pela contratação direta do escritório Gustavo Penna Arquitetos & Associados, quando o recomendado seria a realização de licitação”.

A Secretaria Extraordinária da Copa (Secopa) negou que houvesse algum favorecimento ou que se tenha pago a mais pelo projeto. Em nota enviada à imprensa em novembro de 2012, informou que a empresa já havia sido contratada anteriormente para projetos semelhantes. “Em julho de 2008, antes da confirmação de Belo Horizonte como uma das cidades sede da Copa, o escritório de consultoria alemão Ernest Young ganhou a licitação feita pelo Governo de Minas para realizar o estudo de viabilidade técnica do Mineirão. Na época, a Ernest Young contratou o escritório Gustavo Penna Arquitetos & Associados para o desenvolvimento do projeto conceitual arquitetônico que foi apresentado e aprovado pela Fifa. Isso significa dizer que o arquiteto e sua equipe foram contratados para participar do projeto do Mineirão por meio de contrato licitado firmado com a consultoria Ernest Young”, afirmou a nota.

A polêmica sobre o Mineirão não terminou com a contratação do escritório de arquitetura. Por meio de uma Parceria Público Privada (PPP), o governo de Minas Gerais cedeu ao consórcio Minas Arena, formado pelas empreiteiras Construcap, Egesa e HAP Engenharia, a exploração, por 25 anos, do estádio. Pelo contrato, o governo do estado terá, como contrapartida, duas obrigações de reembolso: uma parte fixa, a título de remuneração pela gestão do espaço público, e outra variável, calculada de acordo com o desempenho financeiro da gestora e a qualidade do serviço prestado. Pelo acerto entre as duas partes, o governo mineiro se compromete a assegurar um lucro mínimo de R\$ 3,7 milhões por mês ao parceiro. O secretário de Turismo e Esporte de Minas, Tiago Lacerda, disse que, pelo modelo adotado, o estado só compartilha eventuais lucros com o consórcio, mas não os prejuízos. Por conta disso, em 2013 o governo teve de bancar R\$ 44,4 milhões para cobrir o caixa em vermelho do parceiro.

As controvérsias para realização de obras públicas não foram as únicas enfrentadas por Aécio à frente do governo. Sua gestão também foi marcada por polêmicas. Em 2005, quando o mensalão do PT veio à tona e o nome Marcos Valério foi revelado ao grande público como o operador do esquema, Aécio era o governador. Na época, ele mantinha contratos com as empresas do publicitário, a SMPB e a DNA, as mesmas que haviam trabalhado na gestão de Eduardo Azeredo (1995-98) e que foram responsáveis por

uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) na qual o procurador-geral Rodrigo Janot pediu uma pena de 22 anos de prisão contra o ex-governador. A Procuradoria-Geral da União (PGR) apontou o desvio de pelo menos R\$ 3,5 milhões para a campanha de Azeredo à reeleição – ele acabou derrotado por Itamar Franco –, por meio de empresas públicas como a Copasa, Comig e o antigo Bemge. *O Globo* revelou, na ocasião, que o coordenador financeiro da campanha de Azeredo, Cláudio Mourão, tinha uma lista com nomes de políticos para os quais teria direcionado recursos. Mourão fora homem de confiança de Azeredo durante seu governo. Os dois romperam depois que Mourão passou a cobrar uma dívida de R\$ 1,5 milhão do ex-amigo e a chantageá-lo, segundo o Ministério Público. Por esse documento, Aécio teria sido beneficiado com um repasse de R\$ 110 mil. A lista que fora apreendida pela Polícia Federal trazia o nome de 159 políticos, e a PF conseguiu provas contra 82. A Procuradoria-Geral da União considerou a lista verdadeira, mas não se comprovou se os outros 76 nomes que apareciam na lista foram beneficiados, assim como não se comprovou o recebimento de recursos do esquema do mensalão mineiro por Aécio.

Um cheque de R\$ 15 mil (R\$ 41.038,00 em valores corrigidos pelo IPCA em abril de 2014) foi depositado na conta de Lídia Maria Alonso Lima. Ela foi funcionária e sócia de Andrea Neves em algumas empresas. O destino do dinheiro, conforme depoimento dela ao Ministério Público, teria sido a campanha de Eduardo Brandão (já falecido). Ela contou que um primo de Eduardo Azeredo pediu-lhe para emprestar a conta-corrente com objetivo de receber recursos para a campanha do tucano. Lídia sempre foi ligada à família Neves. Na eleição de 1998, ela já trabalhava na empresa Comercial Factoring, de propriedade de Andrea, onde exercia a função de gerente. Lídia não era apenas uma militante do PSDB. Ela também foi sócia de Andrea no Sistema de Comunicação Azaléia (Rádio Azaléia), na editora Gazeta de São João del Rei e da Take Care. No caso da Rádio Azaléia, Lídia aparece como a principal sócia, ao lado de Marcos Roberto Veloso, quando a sociedade é criada, com um capital social de R\$ 60 mil, em maio de 1997, quando trabalhava com Andrea. De acordo com dados do Ministério das Comunicações, em outubro de 2013 ela ainda era sócia e diretora da emissora, juntamente com o prefeito de Bocaiúva, Ricardo Afonso Veloso (PSDB), e o empresário Pedro Dias Pereira Nogueira, que foi secretário de gabinete na presidência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e é sócio da Anpe Participações, uma das parceiras da Bioenergética Vale do Paracatu, localizada no município de João Pinheiro (MG), que produz álcool.

Na Take Care, inicialmente Lídia ficou apenas com uma ação, no lugar do marido de Andrea, Herval da Cruz Braz, que havia falecido. Em 15 de setembro de 2000, Aécio entrou na sociedade, com a saída de Lídia, e passou a ter 50% das ações. Em 29 de agosto de 2003, em seu primeiro ano como governador, ele se retirou da sociedade e repassou todas as suas cotas para Lídia. Em junho de 2005, Andrea voltou a ser a majoritária na empresa, com 95%.

Como o nome de Marcos Valério e suas empresas começaram a se tornar conhecidos da população em geral, o Ministério Público mineiro mandou passar um pente fino nas contas que as agências dele mantinham com o governo de Aécio Neves. Em julho de 2005, a Procuradoria de Justiça recomendou a suspensão de todos os contratos das duas empresas de Valério com o governo de Minas Gerais. Entre 2004 e 2005, Aécio pagou R\$ 27 milhões à SMPB e à DNA. Nove anos depois de os procedimentos terem sido abertos pelo Ministério Público, como informou o repórter da *Folha de S. Paulo* Paulo Peixoto, ainda não houve nenhuma conclusão. Na época, o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais era Jarbas Soares Júnior, que, em maio de 2014, era conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ouvido pelo repórter da *Folha de S. Paulo*, o coordenador das Promotorias de Patrimônio Público de Minas, Leonardo Barbabela, disse que o trabalho é feito com rigor e que a prioridade é para investigações com indícios. Como a apuração dos contratos do governo do estado com

as empresas de Marcos Valério é uma investigação aberta sem uma suspeita concreta, os promotores fazem o trabalho paulatinamente com outros. “O volume de documentos é muito grande”, justificou ele.

As instituições que deveriam zelar pela boa aplicação dos recursos públicos em Minas Gerais nem sempre agem como determina a lei pela qual foram criadas. Em 25 de abril de 2012, o pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE) aprovou, por unanimidade, um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) proposto pelo governo de Minas Gerais – na época, já sob administração de Antonio Anastasia (PSDB), que substituiu Aécio – para aplicação do mínimo constitucional na saúde e na educação. Durante o período em que Aécio foi governador, e também nos dois primeiros anos de Anastasia, o governo mineiro não aplicou 25% dos impostos e transferências na educação, como determina claramente o artigo 212 da Constituição Federal: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.” Os governos de Aécio e Anastasia também não destinaram 12% da receita corrente líquida à saúde. Uma ação civil pública apontou que foram destinados R\$ 4,5 bilhões para investimentos na Copasa, a companhia estadual que cuida de água e tratamento de esgotos. A oposição alardeou que o dinheiro teria sido desviado, e tentou insinuar que Aécio teria se apropriado desse valor, o que não é verdade. O dinheiro foi aplicado em saneamento e contabilizado como se fosse gasto com saúde. A seu favor, Aécio respondeu que antes da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que fixou percentuais e considerou o que pode e o que não pode ser considerado como gasto na saúde, o saneamento era utilizado no cálculo por todos os governadores. Nisso, ele está certo. A regulamentação da Emenda Constitucional ocorreu em 16 de janeiro de 2012 pela presidente Dilma Rousseff. As restrições já estavam previstas na própria Emenda, que é de 2000, mas a regulamentação demorou mais de 10 anos.

O governo de Minas Gerais reconheceu que não aplicou o que deveria na educação e saúde. Tanto é que partiu dele o pedido de um Termo de Ajustamento de Gestão. O TAG foi instituído pela Lei Complementar 120/11, de autoria do próprio Tribunal de Contas do Estado, e foi regulamentado por meio da Resolução número 1, de 15 de fevereiro de 2012. Dois meses depois, o TCE fez o primeiro TAG para beneficiar os governos de Aécio e Anastasia. Sem o TAG, as contas dos dois deveriam ser rejeitadas por descumprirem uma norma constitucional. E, se as contas fossem rejeitadas por um colegiado, poderiam fazer com que Aécio e Anastasia tivessem suas candidaturas barradas pela Lei da Ficha Limpa, que, entre outras coisas, impede a postulação de quem sofreu condenação por um colegiado, como é o caso de um tribunal de contas.

O relator da TAG que tornou as vidas de Aécio e Anastasia mais fáceis foi o conselheiro Mauri Torres, que havia sido presidente da Assembleia Legislativa de Minas e líder do governo de Aécio. O acórdão previu a aplicação dos recursos na saúde e educação de forma paulatina. Assim, em 2012, o governo teria de destinar 9,68% de sua receita para ações na saúde; em 2013 seriam 10,84% e, em 2014, 12%. Na educação, a orientação era de que, em 2012, fossem aplicados 22,82% da arrecadação e das transferências; em 2013, 23,91%, e, em 2014, 25%.

A novidade da prática adotada pelo TCE de Minas gerou um editorial na edição número 83, de 2 de maio de 2012, do informativo do próprio tribunal. O texto defende a medida e reconhece que, sem esse “jeitinho”, não haveria outro caminho senão recomendar a rejeição das contas de Aécio e de Anastasia. “O Tribunal de Contas de Minas Gerais encaminhou à Assembleia Legislativa proposta de criação do Plano de Ajustamento de Gestão (TAG) dentro da nova política estabelecida pelo órgão para adotar sempre atitudes proativas e orientadoras, não apenas punitivas, em relação aos seus jurisdicionados. Os deputados mineiros, após análise criteriosa do projeto, que contou inclusive com debate com o presidente do TCEMG, conselheiro Antônio Carlos Andrada, compreenderam a importância para o

estado e os municípios do novo instrumento e o aprovaram”, diz o texto, que continua:

Sem esse ajustamento, caberia ao TCEMG, ao analisar as contas do governo do estado, adotar as medidas punitivas tradicionais, caso os índices não fossem cumpridos. Como consequência, esses dois setores essenciais para a vida de todos os mineiros teriam sofrido grandes prejuízos. Com o TAG ajustado e aprovado pela sessão do pleno, fica assegurada a meta exigida pelo texto legal, e aos mineiros, o direito aos percentuais definidos para aplicação em saúde e educação.

O editorial é quase uma afronta ao direito do cidadão, já consagrado pela Constituição Federal de 1988, de ter um valor mínimo de seus impostos aplicados na educação e na saúde. O que o editorial faz de tudo para esconder é que os cidadãos mineiros deixaram de receber o que lhes era garantido. O TAG não prevê, em nenhum momento, que o governo pague o que deixou de investir; fala apenas de aplicações futuras, com o pleno cumprimento da Constituição Federal a partir de 2014, ano em que Anastasia permaneceu apenas pouco mais de três meses à frente do governo, uma vez que deixou o cargo para se candidatar ao Senado e ser um dos coordenadores da campanha de Aécio à Presidência.

Muitos senadores utilizam a chamada Câmara Alta apenas como um banco de reserva, aguardando quatro anos para poder voltar a comandar seu estado. Mas a chegada de Aécio ao Senado fazia parte de um plano maior: dali, o objetivo não era retornar a Minas Gerais, exercendo, mais uma vez, a função de governador. Aécio é do tipo que caminha para a frente. Uma vez senador, tratou de pôr em prática seu plano de abrir espaço dentro do PSDB e tentar ocupar a vaga de titular nas pretensões do partido de voltar à Presidência. Mas havia de enfrentar um oponente de peso: novamente, José Serra. Derrotado em 2002 para Lula, o paulistano tentou obter apoio de sua legenda em 2006 para uma nova contenda, mas o então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, conseguiu a indicação da sigla. Coube a Serra abandonar a Prefeitura de São Paulo, que havia assumido há pouco mais de um ano, e se candidatar ao governo do estado. Foi bem votado e liquidou a fatura já no primeiro turno, derrotando Aloizio Mercadante (PT), que viu suas pretensões afundarem de vez por conta de um dossiê fajuto contra o tucano que integrantes de sua campanha negociavam – o episódio rendeu aos envolvidos a alcunha de “aloprados”, dada por ninguém menos que o próprio Lula.

Em 2010, Serra abandonou, mais uma vez, um cargo para o qual fora eleito – tudo em prol de seu projeto de chegar à Presidência. Achou que, com Lula fora do páreo, não seria difícil derrotar a então toda-poderosa ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, chamada de a “mãe do PAC” por Lula. Mas o carisma do petista foi muito mais sedutor do que a cara fechada de Serra e a candidata “poste”, como a oposição tentou qualificá-la, foi eleita no segundo turno, numa campanha marcada pelo conservadorismo, pela falta de discussão de propostas concretas para o país, em que o assunto principal se tornou a posição dos candidatos em relação ao aborto.

Como em 2002, Serra perdeu para o PT em Minas Gerais – e novamente achou que Aécio não tinha feito de tudo que pudesse para ajudá-lo, o que é contestado por pessoas próximas ao senador. O histórico mineiro revela que, nas eleições presidenciais, desde que Lula venceu pela primeira vez, o PT nunca perdeu no estado para o PSDB. Em 2006, no primeiro turno, Lula obteve 50,80% dos votos válidos no estado, e Alckmin, 40,61%. No segundo turno, a vantagem do petista se alargou: 65,19% contra 34,81%. Já em 2010, Dilma terminou o primeiro turno com 46,98%, e Serra, com 30,76% dos votos dos mineiros – dez pontos percentuais a menos que Alckmin, em 2006. No segundo turno, Dilma somou 58,45% dos votos – quase sete pontos percentuais menos que Lula, em 2006 –, enquanto Serra contou com 41,55%, saindo-se melhor que Alckmin. Mesmo assim, Serra não gostou do resultado. E mais: sabia que, com uma nova derrota, teria de trabalhar muito para tirar Aécio de campo, caso quisesse concorrer novamente à Presidência em 2014.

Mas o senador mineiro queria jogar. E tratou de, em primeiro lugar, obter apoio onde sabia que a

partida teria início: no próprio PSDB. Aécio sabe agregar, e aos poucos foi conquistando apoios. Primeiro, do então presidente do PSDB nacional, o deputado Sérgio Guerra (já falecido). Depois, num lance de tirocínio político, trouxe para perto de si a maior figura do partido: o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que havia sido escondido por um bom tempo pela própria legenda que ajudara a fundar e pela qual conquistara a Presidência em duas ocasiões. Aécio passou a ser um defensor do legado de Fernando Henrique e fez questão de, ao contrário de Serra, posar para fotos, andar ao lado dele, exaltá-lo. Fernando Henrique sempre fora amigo de Serra e sempre o achou capacitado para exercer a Presidência. Mas percebeu que havia certa fadiga de material e que era hora de o PSDB tentar novos nomes – apesar de Aécio não ser exatamente um nome novo. Serra ainda ensaiou uma resistência ao avanço mineiro, mas teve de capitular. Aécio conseguiu unir a maioria do partido em torno de si e, em 18 de maio de 2013, foi eleito presidente nacional do partido. Como principal mandatário da sigla, ficará em suas próprias mãos definir tudo que diga respeito às eleições de 2014. Serra conseguiu colocar como vice o ex-deputado e ex-vice-governador de São Paulo, Alberto Goldman, que o substituiu no governo quando ele se candidatou a presidente em 2010.

Aécio, que é um homem prático, também sabe que isolar Serra pode causar-lhe dores de cabeça. No início de maio começaram a surgir notas nas colunas políticas especulando o nome do ex-governador como uma das possibilidades de ser o vice na chapa de Aécio. O mineiro foi, inclusive, a um jantar com seu ex-rival partidário e fez questão de que o encontro fosse noticiado pela imprensa. Um gesto de afago público, mineiramente calculado, que tem como objetivo desanuviar o ambiente e tornar o caminho de Aécio mais tranquilo. Depois disso, o próprio Serra admitiu que não seria candidato a vice. Mas Aécio chegou à convenção do partido, em 14 de junho, sem definir quem marcharia ao seu lado rumo à Presidência.

ALOYSIO NUNES FERREIRA, O VICE QUE GOSTA DE BRIGA

Aloysio Nunes Ferreira é um homem que gosta de uma boa briga. No Senado, para o qual foi eleito em 2010, com a votação recorde de mais de 11 milhões de votos, não se importa de ir contra o senso comum de colegas. Quando está convicto de uma coisa, é quase impossível fazê-lo mudar de ideia. Ele também tem lado. No caso do PSDB, na maior parte das vezes está ao lado do ex-governador José Serra nas disputas internas. Amigos pessoais, Aloysio foi seu secretário de Governo na breve passagem do tucano pela Prefeitura de São Paulo (janeiro de 2005 a abril de 2006) e depois se tornou seu secretário-chefe da Casa Civil entre janeiro de 2007 e abril de 2010.

Dos três principais candidatos a vice-presidente, Aloysio foi o último a ser anunciado, no limite do prazo legal. A escolha de Aécio seguiu uma lógica matemática e afetiva, num certo sentido. O candidato à Presidência do PSDB pensou em aumentar sua chance em São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, onde não é muito conhecido. E Aloysio, que tem história política no Estado, pode se dedicar com afinco a divulgar o nome do cabeça de chapa. Além disso, Aécio procurou fazer um afago em José Serra, de quem não é muito amigo – para dizer o mínimo –, mas cuja atuação é importante não apenas dentro do próprio PSDB.

Aloysio leva para a chapa com Aécio, além de sua experiência política, a falta de paciência. Embora milite em campo oposto ao da presidente Dilma Rousseff, ele tem o temperamento difícil dela. Os dois se conhecem desde os tempos em que atuavam na clandestinidade, na luta contra a ditadura. Dilma

militou na VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), liderada por Carlos Lamarca, mas nega que tenha pegado em armas ou que tenha participado de roubo a bancos. Aloysio, por sua vez, não tem vergonha de admitir que atuou nesse tipo de ação e teve importante participação na ALN (Ação Libertadora Nacional), organização comandada por Carlos Marighella, de quem era tão próximo que ocupava o posto de seu motorista – o guerrilheiro não sabia dirigir. Era conhecido por vários nomes – todos evangélicos –, mas notabilizou-se como Mateus.

Como Dilma, foi preso durante a ditadura – mas não foi torturado, como a presidente – e, em 1968, embarcou para Paris usando documentos falsos. Lá, atuou como divulgador da guerrilha brasileira na Europa, e emplacou textos de Marighella na revista do filósofo francês Jean-Paul Sartre – era o próprio Aloysio quem traduzia os documentos para o idioma de Sartre. Voltou ao Brasil em 1979, depois da promulgação da Lei da Anistia. Trocou o PCB pelo MDB e, posteriormente, PMDB. Em 1997, voltou a mudar de partido, ingressando no PSDB. No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), atuou como ministro da Justiça e como secretário-geral da Presidência. De 1983 a 1991, foi deputado estadual de São Paulo, e de 1995 a 2007, deputado federal.

Aloysio esteve perto de dois grandes escândalos em São Paulo: o massacre do Carandiru e o cartel do metrô. Ele era vice-governador do Estado quando ocorreu a rebelião que acabou na maior chacina da história das penitenciárias brasileiras, com a morte de 111 detentos pela polícia. O massacre aconteceu no fim da tarde do dia 2 de outubro de 1992, um sábado, véspera das eleições municipais. Aloysio era o candidato do PMDB a prefeito de São Paulo e tinha o apoio do governador Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB). Disputava contra Paulo Maluf (extinto PDS), Eduardo Suplicy (PT) e Fábio Feldmann (PSDB).

A questão eleitoral e a dimensão que ganharia a chacina levaram o governador Fleury a retardar a divulgação das mortes dentro da penitenciária. O governo só liberou as informações sobre a chacina, com todos os números, por volta das 17h de domingo, quando praticamente se encerrava a votação. Mas a tática de esconder do público uma informação tão importante não deu certo. Maluf venceu a disputa. Aloysio ficou em terceiro lugar – muito mais pelo desgaste do próprio governo de Fleury do que por suas qualidades pessoais.

Quando era vice-governador, Aloysio acumulou o cargo com o comando da Secretaria de Transportes Metropolitanos, entre 1991 e 1994. E sua passagem pela Pasta lhe rendeu questionamentos, quase vinte anos depois de tê-la deixado. Em 2013, Aloysio teve seu nome mencionado numa reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada em novembro de 2013, como suposto beneficiário de um esquema de caixa dois da Siemens. O Ministério Público de São Paulo investigou a empresa alemã e a francesa Alstom e as acusou de prática de cartel e fraudes em licitações no sistema metroviário do Estado. Everton Rheinheimer, ex-executivo da Siemens, segundo a reportagem, entregou um documento ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) dizendo dispor de “documentos que provam a existência de um forte esquema de corrupção no Estado de São Paulo durante os governos (Mário) Covas, (Geraldo) Alckmin e (José) Serra, e que tinha como objetivo principal o abastecimento do caixa dois do PSDB e do DEM”.

No documento, o ex-diretor da empresa alemã teria citado Jurandir Fernandes (secretário de Transportes Metropolitanos de Alckmin), Rodrigo Garcia (Desenvolvimento Econômico) e Aloysio. Ele disse ter tido “a oportunidade de presenciar o estreito relacionamento do diretor-presidente da Procint, Arthur Teixeira, com estes políticos”. Sobre José Aníbal, ex-secretário de Energia do tucano, anotou: “Tratava diretamente com seu assessor, vice-prefeito de Mairiporã, Silvio Ranciaro.” A Procint Projetos e Consultoria é suspeita de repassar os recursos da propina para agentes públicos. A empresa nega.

Dias depois da publicação da matéria, a direção nacional do PSDB divulgou um relatório, que seria o

documento original entregue por Rheinheimer ao CADE sem qualquer citação ao partido ou a parlamentares tucanos. De acordo com o PSDB, a citação ao partido foi forjada, dando origem a um documento falso. Aloysio disse ter sido vítima de um “infâmia” e de “um grave erro do jornal”, por ter divulgado vínculo com o cartel dos trens. Ele observou que, quando foi secretário dos Transportes Metropolitanos, no governo de Fleury, não havia qualquer suspeita sobre formação de cartel ou outras irregularidades.

Em abril de 2014, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo Tribunal Federal o prosseguimento da investigação sobre suposto recebimento de propina dos secretários Rodrigo Garcia (DEM) e José Aníbal (PSDB). Quanto a Aloysio, o procurador pediu o arquivamento da investigação por não encontrar “elementos concretos” de sua participação no esquema. Mas fez uma ressalva: “Esse arquivamento não é impeditivo para que, caso surjam elementos concretos da participação destes ou de outros parlamentares, a investigação realizada seja, pois aí haverá justa causa para o seu prosseguimento.”

Pavio curto, Aloysio discutiu com um blogueiro no Senado, em maio de 2014, por causa do escândalo do metrô. Abordado sobre o assunto por Rodrigo Grassi, do blog *Botando Pilha*, o senador se irritou e não se conteve: “Vai pra puta que pariu.”

No fim de 2011, Aloysio foi escolhido para ser o relator no Senado do projeto do governo Dilma que criaria a Comissão da Verdade. Em entrevista ao jornalista Evandro Évoli, do jornal *O Globo*, afirmou que a comissão traria luz a fatos desconhecidos dos Anos de Chumbo, mas que não tinha a ilusão de que todas as circunstâncias seriam esclarecidas. “Para os familiares de desaparecidos, é uma história que nunca vai se fechar. Em alguns casos, jamais saberão o que ocorreu com seus parentes que sumiram da face da Terra sem deixar vestígios. Nestes casos, não há reconciliação celebrada em documentos”, disse.

Advogado de formação, Aloysio foi anistiado pelo Ministério do Trabalho em novembro de 1994, quando recuperou sua inscrição na OAB. Em 2003, entrou com pedido de reparação pela perseguição política, e, em novembro de 2006, a Comissão de Anistia aprovou o pagamento de R\$ 100 mil, referentes a 15 anos, 7 meses e 22 dias de perseguição política, entre 1966 e 1979.

De posições polêmicas, o senador apresentou, em 2012, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) reduzindo a maioria penal para 16 anos em casos de crimes hediondos, como tortura, terrorismo, tráfico de drogas, homicídio por grupo de extermínio, homicídio qualificado e estupro. Ele tem tentado aprovar sua proposição, mas não tem conseguido apoio total nem da própria bancada do PSDB. Em junho de 2013, um levantamento da CNT/MDA ouviu 2.010 pessoas em 134 municípios de 20 estados, e revelou que 92,7% dos entrevistados são a favor da redução da maioria penal dos atuais 18 para 16 anos. Dois meses antes, o Datafolha detectou o sentimento do paulistano sobre o assunto: dos 600 ouvidos na cidade de São Paulo, 93% disseram ser favoráveis à redução.

Se o tema será pautado nas eleições de 2014, assim como o aborto tornou-se um dos principais assuntos em 2010, só a propaganda eleitoral dirá.



B

DE

MARINA SILVA

MARINA SILVA

Na madrugada do dia 5 de outubro de 2013, Marina Silva surpreendeu seu grupo político – e o país – ao anunciar que não iria mais concorrer à Presidência nas eleições de 2014. Tinha decidido se filiar ao PSB e candidatar-se como vice de Eduardo Campos. Em reunião em sua casa, em Brasília, com cerca de quinze pessoas, não pediu opiniões nem palpites. Comunicou sua decisão e disse que se tratava de uma posição irrevogável. Nas eleições de 2010, a ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente do governo Lula havia se tornado um fenômeno eleitoral com 19,6 milhões de votos, crescendo em meio a uma campanha polarizada entre PT e PSDB. Assim, parecia natural que Marina disputasse a Presidência novamente.

Dois dias antes do anúncio, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) barrou a criação do seu partido, a Rede Sustentabilidade, pelo não cumprimento de um requisito legal básico: o recolhimento de 492 mil assinaturas de eleitores, o equivalente a 0,5% da soma dos votos dados para os deputados federais nas eleições de 2010. Algumas semanas antes da data-limite para a entrega das assinaturas, pessoas ligadas a Marina e engajadas na criação da Rede davam sinais de que não conseguiriam atingir o número mínimo estabelecido pela lei, mas a superação da corrida eleitoral de 2010, quando Marina ficou em terceiro lugar, garantia ânimo para que a coleta de assinaturas não parasse até o último minuto. Faltou pouco. A Justiça Eleitoral validou 442.534 mil assinaturas, 49.466 mil a menos que o necessário, e anulou cerca de 95 mil assinaturas por problemas diversos. Muitas foram descartadas porque a checagem do nome e do título de eleitor é feita com base na lista de votação da última eleição, ou seja, todos aqueles que se abstiveram na eleição de 2010 não tiveram suas assinaturas aceitas.

Isso bastou para Marina travar uma batalha contra a Justiça Eleitoral, acusando os cartórios eleitorais de invalidarem adesões injustificadamente e de não cumprirem prazos. Ainda, levantou suspeita sobre o trabalho dos funcionários, dizendo que os cartórios do ABC Paulista (berço político do PT e do ex-presidente Lula) e do Distrito Federal atuaram contra a criação da Rede. A ex-ministra do Meio Ambiente sustentou a acusação comparando a média de anulação nacional de assinaturas para a criação de partidos (19%) com a obtida nos cartórios do ABC paulista (56% de indeferimento) e nos da capital do país (32%).

Ao mesmo tempo em que politizavam a ação da Justiça Eleitoral, apoiadores da Rede se perguntavam por que a coleta das fichas não havia sido iniciada mais cedo. Marina teve a ideia de criar o partido em 2011, mas preferiu evitar barganhar apoios nas eleições municipais de 2012. Esperou, então, até fevereiro de 2013 para colocar seu exército nas ruas. Foram sete meses de trabalho que, ao fim, se mostraram insuficientes. Marina não contava com a lentidão e a burocracia dos cartórios. Para alguns membros da Rede, o fracasso se deu por conta da própria candidata, que achou que seu nome bastaria para arregimentar milhares de apoiadores, sem se preocupar com as questões práticas de prazo e quantia mínima.

Na semana do julgamento, Marina Silva estava confiante e dizia que a criação da Rede era seu único plano e que não havia hipótese de os ministros do TSE rejeitarem seu partido. Antes de ir para a sessão, no dia 3 de outubro, uma quinta-feira, estava reunida com os deputados Miro Teixeira e José Antônio Reguffe, ambos do PDT, e com o amigo e assessor Pedro Ivo Batista, entre outros. Experiente e conhecedor da legislação, Miro perguntou a Marina qual seria o plano B.

– Não tem plano B, Miro. Vai dar tudo certo –, Marina respondeu.

Não deu. Por seis votos a um, o pedido de criação da Rede foi indeferido pelo TSE, o que impossibilitava sua participação nas eleições de 2014. À exceção do ministro Gilmar Mendes, que votou a favor da legalização da Rede naquela sessão plenária, os demais seis ministros a rejeitaram, todos argumentando, com maior ou menor ênfase, que não poderiam passar por cima das exigências da Lei Eleitoral para dar a Marina um partido. Gilmar Mendes defendeu que as 95 mil assinaturas rejeitadas deveriam ser validadas porque entendia que houve “abuso” por parte dos cartórios.

– Não se trata de aceitar partido com menor número de assinaturas, não. Se trata de dizer que, nesse caso, houve uma situação de abuso que justifica, sim, o reconhecimento dessas assinaturas que restaram invalidadas sem nenhuma motivação. Não se trata de descumprir a legislação, mas de aplicar a legislação, com o princípio da proporcionalidade –, disse em seu voto.

– É importante aqui ressaltar o Estado de Direito. Nós, juízes, somos obrigados a obedecer a ordem posta. Contra fatos não há argumentos. E o fato é que o partido obteve ao menos o total de 442 mil eleitores, como, quando sabemos, o número seria de 491 mil –, retrucou a ministra Luciana Lóssio ao dar seu parecer.

Foi da então presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, que Marina ouviu críticas por jogar a culpa pelo insucesso na criação da Rede no colo da Justiça Eleitoral. Depois de rebater o colega Gilmar Mendes, dizendo que casuísmo seria aprovar a criação de um partido sem as assinaturas necessárias, a mais alta autoridade daquele julgamento defendeu o trabalho dos servidores, acusados de lentidão e de atuação política para prejudicar a Rede.

– Se houve qualquer pendência, esta pendência se deveu não à omissão ou à inércia, porque, repito: eu acredito no servidor da Justiça Eleitoral, que mesmo em situações que não são as melhores, embora sejam condições dentro de um aparato estatal que nos proporciona até melhores condições do que em outros ramos do próprio Poder Judiciário, atuou para dar cobro a este partido. Voto considerando que a Justiça Eleitoral atuou exatamente para dar cobro ao que lhe foi demandado, e o exemplo disso é que vemos um montante de assinaturas muito significativo, que foi colhido em um prazo muito mais exíguo do que se tem no normal. Basta fazer a comparação com o que se teve nos últimos requerimentos de outras agremiações –, encerrou Cármen Lúcia.

Seu voto, eximindo a Justiça Eleitoral de qualquer culpa e responsabilizando Marina e seus apoiadores pela não obtenção do registro, trouxe um misto de racionalidade e de desconforto àquela sessão, que já passava das nove da noite. Apesar das críticas da ex-senadora à atuação dos cartórios eleitorais, cinco partidos haviam se viabilizado, recentemente, cumprindo os mesmos critérios legais exigidos da Rede: o PSD (Partido Social Democrático), de Gilberto Kassab; o SDD (Solidariedade), de Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força; e legendas inexpressivas, mas que, de qualquer forma, atenderam às regras: o PPL (Partido da Pátria Livre), o PEN (Partido Ecológico Nacional) e o PROS (Partido Republicano da Ordem Social), que acabou ganhando musculatura com a filiação dos irmãos Cid e Ciro Gomes, do Ceará.

A Rede naufragara. Marina tinha algumas horas para tomar uma decisão: filiar-se a algum partido para concorrer à sucessão presidencial ou anunciar que estaria fora da disputa em 2014. A data limite para as filiações partidárias, com vistas às eleições do próximo ano, era o dia 5 de outubro, um sábado, até o fechamento dos cartórios, de plantão em todo o país até cinco da tarde daquele dia.

Não era só Marina que estava à espera da criação da Rede. Os deputados Alfredo Sirkis (PV-RJ), Walter Feldman (PSDB-SP), Miro Teixeira (PDT-RJ) e José Antônio Reguffe (PDT-DF) também tinham que decidir para onde ir. Miro foi o primeiro a se desfiliar de seu partido. Sem a Rede, acabou optando pelo PROS. Os marineiros enfrentaram dois dias de reflexão, conversas tensas e reuniões.

Na sexta-feira, dia 4 de outubro de 2013, um dia após o julgamento no TSE, Sirkis, um dos políticos mais próximos a Marina, publicou em seu blog uma análise dos acontecimentos, o que ele próprio definiu como “sincericídio”. Sirkis estava em processo de desfiliação do PV e pressionado pelo curto prazo para escolher uma nova sigla. No texto, disse que a Rede “deu mole” ao achar que o TSE aprovaria a criação do partido sem o número total de assinaturas, elogiou Marina por seu talento para liderança mas a criticou por ter um processo decisório confuso:

“Marina é uma extraordinária líder popular, profundamente dedicada a uma causa da qual compartilhamos e certamente a pessoa no país que melhor projeta o discurso da sustentabilidade, da ética e da justiça socioambiental. Possui, no entanto, limitações, como todos nós. Às vezes falha como operadora política, comete equívocos de avaliação estratégica e tática, cultiva um processo decisório *ad hoc* e caótico e acaba só conseguindo trabalhar direito com seus incondicionais. Reage mal a críticas e opiniões fortes discordantes e não estabelece alianças estratégicas com seus pares. Tem certas características dos líderes populistas, embora deles se distinga por uma generosidade e uma pureza d’alma que em geral eles não têm [...] Não tenho mais idade nem paciência para fazer parte de séquitos incondicionais e discordo bastante de diversos movimentos que foram operados desde 2010. Ficarei com Marina como candidata presidencial porque ela é a nossa voz para milhões de brasileiros, mas não esperem de mim a renúncia à lucidez e uma adesão mística incondicional, acrílica”.

O texto foi um sopro de lucidez em meio a uma série de trapalhadas e de decisões mal tomadas desde a concepção da Rede, mas não era hora de voltar no tempo, e sim de correr contra ele para decidir que rumos tomar. Sirkis desfilou-se do PV naquela mesma sexta-feira. No livro *Marina, a vida por uma causa*, de Marília de Camargo Cesar, a Marina fala sobre o seu processo decisório:

“talvez isso tenha a ver com a minha conformação emocional, mas é também um jeito de me relacionar com as dimensões do cosmos, de tal modo que vou internalizando e conciliando a frequência tecnológica e o ritmo frenético da vida urbana e da política com a potência rudimentar, que faz parte de mim e sempre fará”.

Ainda na noite daquela sexta-feira, Marina convocou seu grupo político para uma reunião em sua casa – “tarde para não despertar a atenção da imprensa”, explicou ela – que seria decisiva. Anunciou que estava optando pela filiação ao PSB, que seu sonho de ser presidente teria de ser adiado e que seu projeto, a partir daquele instante, era acabar com “a hegemonia” e o “chavismo” do PT no governo. Naquela reunião, Marina falou na ideia de se candidatar a vice-presidente na chapa de Eduardo Campos, informação que preferiu omitir nas entrevistas do dia seguinte, vindo a confirmar essa intenção somente em abril de 2014. Ela queria, antes de consolidar a chapa com Eduardo, garantir um espaço para as propostas da Rede no programa de governo pessebista. Avisou aos presentes à reunião que sua decisão era inegociável, que todos poderiam discordar, mas ela não voltaria atrás porque estava sem alternativa. Segundo os que estavam no encontro, Marina falou muito e ouviu pouco. Não parecia disposta a debater a decisão, apenas a justificá-la. Relatou que, horas antes, havia telefonado para Campos: “Eduardo, você está preparado para ser presidente do Brasil? Eu vou ser sua vice e estou indo para o PSB”, declarou Marina naquela madrugada, afirmando que Campos, de tão surpreendido, ficara mudo. Todos os que estavam na casa, entre eles Miro, Reguffe, Feldman, Pedro Ivo Batista, Bazileu Margarido, Martiniano Cavalcante e Fábio Vaz de Lima, marido de Marina, ficaram surpresos e foram contrários à ideia, cada um com seus argumentos. Seu braço-direito da vida inteira e maior conselheiro, Pedro Ivo, estava por fora do acordo.

– Eu fiz esse acerto com o Eduardo Campos porque chegou a um ponto que eu não tinha alternativa. E o PSB é um partido sério. A minha briga, neste momento, não é para ser presidente da República, é contra o PT e o chavismo que se instalou no Brasil –, justificou Marina.

Passado o choque inicial, Pedro Ivo tentou ponderar:

– Você sabe que, se fizer isso, vai ter que abrir mão do sonho de ser presidente –, argumentou.

– Esse sonho vai ficar para outro momento. Vou ser vice do Eduardo e acabar com a hegemonia do PT na Presidência –, respondeu Marina.

Naquele instante, ninguém poderia imaginar que o sonho voltaria se tornar possível depois de uma fatalidade.

Ela disse que o acordo feito com Eduardo passava pela garantia de que, na campanha, a coligação seria apresentada como PSB-Rede. Além disso, assim que o seu partido fosse criado, os marineiros que fossem eleitos poderiam deixar o PSB sem ações judiciais por infidelidade partidária. Marina reclamou muito da perseguição vinda de dentro do governo e do PT contra ela e argumentou que seria pior se fosse para um partido nanico, como o PEN ou o PMN.

– Eu seria desossada com muito mais facilidade. Eu sei que tem mais de duas mil pessoas pagas com dinheiro público para acabar comigo nas redes sociais –, justificou aos aliados.

O clima era de desconforto e indignação contida. No dia do julgamento no TSE, Marina garantiu ao seu grupo que não tinha um plano B e que qualquer decisão seria tomada em conjunto, mas, 24 horas depois, ela anunciou, sem margem para debates, que se filiaria no dia seguinte ao PSB e que já tinha se acertado com a cúpula do partido. Nenhum político do grupo marineiro, que também corria contra o tempo para garantir a troca no prazo legal, soube das conversas com Campos e sequer foi chamado a opinar. Ao ser cobrada, Marina respondeu que liberava os políticos para seguirem o caminho que quisessem. Como se este não fosse um pressuposto básico.

Na manhã daquele sábado, Eduardo Campos e toda a cúpula do PSB voaram para Brasília para anunciar a filiação de Marina. Do grupo de deputados, dois seguiram o mesmo caminho: Sirkis e Feldman. No ato partidário, realizado no salão de eventos do Hotel Nacional, um dos mais antigos de Brasília, foi selada a união com sorrisos, abraços, troca de elogios entre Marina e Eduardo e críticas ao sistema político brasileiro. Marina chamou o governo petista de “Velha República” e disse que a adesão ao PSB era “um ato de reforma da política”. A partir daquele momento, garantiram os dois, a forma de fazer política seria diferente.

A decisão de Marina foi tomada com o fígado, como uma resposta ao PT e ao governo Dilma, que trabalharam contra a criação da Rede e contra sua candidatura presidencial. A ex-senadora preferiu classificar sua decisão como “um ato em legítima defesa”.

CASAMENTO EM LAS VEGAS

A empolgação com a filiação de Marina Silva foi reduzindo à medida que o PSB avançava nas negociações de alianças nos estados para darem sustentação à candidatura presidencial. A promessa de uma nova política implicava, para os marineiros, a ruptura com os partidos e os políticos tradicionais. Três dias depois da festiva união entre Marina e Eduardo, o primeiro problema: o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), um dos mais fortes defensores do agronegócio no Congresso Nacional. Caiado foi um dos primeiros políticos a aderir à pré-candidatura de Eduardo, tão logo ele ensaiou entrar na disputa presidencial. Em março de 2013, o pessebista foi à procura de Caiado propondo uma aliança e pedindo que o deputado democrata atuasse como uma ponte entre ele e os empresários ruralistas. Caiado passou a trabalhar pela viabilidade da candidatura de Eduardo. Sete meses depois, se tornou o primeiro alvo de Marina. Depois de a ex-senadora dizer que o democrata não era bem-vindo à aliança por ser inimigo histórico dos trabalhadores rurais, Eduardo empurrou-o para fora, sem nenhum constrangimento, em entrevista ao jornalista Milton Jung, na rádio CBN:

– Não há nenhuma aliança com Ronaldo Caiado nesse conjunto do PSB e da Rede –, disparou.

O democrata se afastou de Eduardo, criticando-o por passar a construir uma candidatura “excludente” e “preconceituosa” com a entrada de Marina. E, para contrariar a declaração dada à CBN pelo ex-aliado, contou que Eduardo já havia até oferecido a ele o Ministério da Agricultura, se fosse eleito.

A partir do episódio Caiado, a série de vetos impostos por Marina começou a incomodar o PSB e a mostrar, na prática, que a aliança esbarrava no pragmatismo do sistema – embora tanto ela quanto Eduardo defendessem um novo jeito de fazer política.

– A relação passou a ser muito difícil. O grupo de Marina trouxe valores básicos e importantes para a discussão, qualifica o debate e dá uma visão mais humana ao processo, mas há as limitações impostas pelo modelo político. Algumas exigências de composição feitas por ela são utópicas –, avaliou um dirigente do PSB.

– Marina é contra a guerra, mas a guerra existe e as tropas estão se movendo. Então, ela vai para o campo de batalha algemada, como forma de protesto –, analisou outro político amigo da ex-senadora.

Depois de Caiado, foi a vez do PDT e do PSD. Os pedetistas começaram uma aproximação com Campos, prevendo problemas com o PT na campanha eleitoral. Marina tinha sido convidada pelo presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, a se filiar ao partido, caso a Rede não se concretizasse. A relação parecia boa, tanto que dois deputados, Reguffe e Vieira da Cunha (RS), estavam trabalhando internamente pela suspensão do apoio à reeleição da presidente Dilma para apoiar Eduardo e Marina. Gilberto Kassab, presidente do PSD, chegou a se encontrar algumas vezes com Eduardo, em Pernambuco, para discutir a eleição presidencial. Marina, no entanto, cortou essas movimentações, irritando especialmente os pedetistas. Questionada pelo jornalista Josias de Souza, do UOL, se PDT e PSD preenchiam os requisitos para integrar a coligação PSB-Rede, ela foi direta:

“Com certeza, o partido de Kassab não. O PDT... não vejo como falar de nova política com o que foi feito com o PDT no plano nacional. As denúncias de corrupção estão aí sendo investigadas”, disse, ressaltando que não incluía, entre os corruptos, o deputado Reguffe e o senador Cristovam Buarque. O PDT rompeu com Eduardo e com Marina imediatamente e buscou se acomodar entre os aliados da reeleição. Acabou sendo o primeiro partido a oficializar, na convenção, o apoio a Dilma. Kassab ignorou o comentário. Nunca havia pensado seriamente na possibilidade de trocar adesões mais seguras – Dilma ou o PSDB – pela “nova política”.

Os vetos se avolumaram, estreitando a chapa e dificultando a montagem de palanques fortes nos estados capazes de dar sustentação à campanha nacional. Com a pouca inserção de Eduardo no Sul, região onde Marina teve o menor número de votos em 2010, o deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) costurou uma importante aliança no Rio Grande do Sul. Conseguiu fechar apoio com a senadora Ana Amélia Lemos (PP), que aparecia liderando as pesquisas para o governo estadual. O PSB indicaria o vice, José Stédile, deputado federal e irmão de João Pedro Stédile, um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Ana Amélia chegou a participar do lançamento das diretrizes do programa de governo do PSB-Rede em Brasília, mas acabou sendo refutada por Marina, por ser filiada ao Partido Progressista e por ser uma defensora do agronegócio. A cúpula do PSB não ficou satisfeita com o desfecho, mas prevalecia o argumento de que Marina havia feito quase 20 milhões de votos só com o apoio do PV, sem estrutura partidária, com poucos recursos financeiros e reduzidíssimo tempo de TV em comparação com Dilma e José Serra.

Depois, surgiram problemas no Rio de Janeiro e em São Paulo. No maior colégio eleitoral do país, Marina fechou um acordo com Campos para que a aliança apresentasse candidatura própria ao governo estadual. Preferencialmente, um nome que dialogasse com a nova política que vinha defendendo. Foram sugeridas pelo grupo de Marina quatro alternativas: a deputada federal Luiza Erundina (PSB), o advogado Pedro Dallari (PSB), o deputado federal Walter Feldman e o vereador Ricardo Young (PPS) que, sem a opção de ficar na Rede, preferiu permanecer no seu partido em vez de migrar para o PSB. Em

janeiro de 2014, Young chegou a ser lançado pré-candidato ao governo.

– A Rede não nasceu para ser subserviente aos projetos políticos tradicionais. Nós não nascemos para passar em branco nessas eleições. Então eu queria dizer para vocês que vou me colocar à disposição da candidatura para governo do estado –, discursou ele em um encontro do grupo. Young acabou encontrando resistências em seu partido, comandado pelo deputado federal Roberto Freire, favorável ao apoio do PPS à candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB) à reeleição. Feldman não se viabilizou internamente, Dallari teria que deixar os trabalhos na Comissão Nacional da Verdade, e Erundina recusou o pedido. Apesar do acordo e da apresentação de nomes, a máquina do PSB em São Paulo trabalhava contra Marina. O partido integrava o governo Alckmin e buscava indicar o deputado federal Márcio França, presidente do PSB de São Paulo, como candidato a vice-governador na chapa do tucano. Faltando dez dias para o fim do prazo das convenções partidárias, os pessebistas em São Paulo fecharam a aliança com o PSDB, passando por cima de Marina e indicando França candidato a vice-governador. Foi o pior contencioso entre os dois grupos nos estados. França nunca vibrou com a presença de Marina no PSB, embora, no dia da morte de Eduardo Campos, quando ela fez uma declaração de pesar pela tragédia, ele fez questão de aparecer ao lado dela.

No Rio de Janeiro, desde que o deputado Miro Teixeira deixou o PDT e se filiou ao PROS, ficou acertado com o PSB que ele seria o candidato da coligação ao governo estadual. Em junho de 2014, véspera das convenções partidárias, o PSB carioca começou a trabalhar contra a candidatura e o apoio a Miro. Os pessebistas avaliavam que ele tinha pouca viabilidade eleitoral e preferiam uma aliança com Lindbergh Farias (PT) ao governo do Estado. Apesar de garantir a Marina que o partido estava fechado com Miro, Eduardo Campos negociava com o petista há meses. Uma parte do PROS também achava que a candidatura de Miro enfrentaria dificuldades porque havia sido construída “de cima para baixo”. Percebendo o clima hostil, Miro se retirou da disputa. Entregou uma carta ao presidente do partido no Rio, Hugo Leal, reclamando de “falta de ambiente” para uma coligação. “O tempo dedicado a intermináveis e recorrentes conversas e trocas de notas oficiais dos partidos nas últimas semanas foi o prenúncio de uma campanha eleitoral litigiosa entre aliados, o que me parece impróprio”, diz Miro em um trecho da carta.

Com o passar do tempo e o crescimento das diferenças, a relação interna se deteriorou. Eduardo e Marina tentaram se distanciar dos problemas, mantendo uma convivência relativamente imune aos acontecimentos do dia a dia partidário, mas as críticas às imposições de Marina e da Rede passaram a ser uma constante e tema de qualquer conversa entre dirigentes partidários. Para pessebistas, Eduardo havia se tornado refém dessas exigências, abandonando seu estilo agregador e conciliador. Um episódio emblemático, no Paraná, expôs o tamanho das divergências entre o PSB e a Rede, entre Eduardo e Marina. Os dois viajaram a Londrina para compromissos de pré-campanha. Eduardo marcou um encontro com o governador Beto Richa (PSDB), candidato à reeleição com o apoio do PSB. Marina se recusou a participar e, enquanto Eduardo fazia festa com os tucanos, ela foi visitar o Jardim Botânico da cidade, com um grupo de filiados ao PV. Com a morte de Eduardo, dirigentes do PSB chegaram a defender a entrega para Marina de uma carta compromisso, uma espécie de “testamento político”, como definiu um pessebista, a ser honrada pela candidata. O documento pediria que Marina aceitasse as alianças estaduais firmadas, e que ela conciliasse os interesses da Rede e do PSB, fazendo um gesto aos representantes do agronegócio, por exemplo. Marina vinha se recusando a tirar fotos com alguns candidatos e impediu a distribuição de material de campanha, associando alguns deles à sua imagem. Dos 26 estados e o Distrito Federal, PSB e Rede apoiam o mesmo candidato em 14. Nos outros 13, têm candidatos diferentes aos governos estaduais. Além disso, dirigentes do PSB passaram a ter outra preocupação: que Marina usasse o partido neste ano como uma “barriga de aluguel” para a sua

candidatura e, depois, finalizasse a criação da Rede e fosse embora. De fato, quando ela se filiou ao PSB, acertou com Eduardo que tinha prazo para sair, que seria o tempo de formação da Rede, projeto a ser retomado passadas as eleições de outubro. Essa preocupação dos pessebistas, no entanto, só ganhará relevância se Marina for eleita presidente. A ideia foi suspensa pelo deputado Beto Albuquerque no instante em que ele foi anunciado o candidato a vice de Marina. Após reuniões com os familiares de Eduardo e com a executiva do partido em Pernambuco, na noite do dia 19 de agosto de 2014, ele afirmou que a carta não seria necessária, e que bastava o compromisso de ambos com o programa eleitoral desenvolvido conjuntamente por PSB e Rede. Na noite do dia 20 de agosto, quando foi oficializada a chapa Marina e Beto, o presidente do PSB, Roberto Amaral, entregou à candidata uma carta de seis páginas falando do legado deixado por Eduardo, da história do partido e pedindo que fossem superadas “eventuais divergências e interesses menores” em torno da manutenção da aliança PSB-Rede. Logo em seguida, em entrevista coletiva, Marina foi clara sobre sua presença nas campanhas de candidatos e partidos com os quais não tem afinidade política.

–No dia 4 de outubro de 2013, quando eu e Eduardo conversamos pela primeira vez, onde não fosse possível o acordo, o PSB teria as suas escolhas e, a Rede, as dela. Foi assim que aconteceu naquelas localidades em que não fomos capazes de ter a mesma decisão. Nesse momento, permanece o mesmo acordo que fizemos. O PSB mantém suas alianças. O Beto representará a chapa e o PSB junto a essas alianças. Não há mudança. A única diferença é que a figura de Eduardo, que estava manejando esses compromissos, passa a ser [assumida] pelo Beto e eu continuo preservada de acordo com o que havíamos combinado –, explicou Marina.

Os dois grupos têm divergências programáticas importantes, que acabaram sendo deixadas em segundo plano em função do impacto político causado pela entrada da ex-ministra no PSB. Eduardo era favorável ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, posição defendida majoritariamente pelos pessebistas. Marina é contra. O PSB é favorável à revisão do fator previdenciário. Marina é contra. Os pessebistas não têm resistências à energia nuclear. O grupo de Marina é radicalmente contrário a esse tipo de fonte energética e defende sua substituição por alternativas, como a energia eólica, a solar e a produzida a partir da biomassa.

Quando o PSB recebeu Marina, imaginou que a dobraria no decorrer das negociações em nome de uma candidatura forte e da perspectiva de vitória, mas não é assim que a ex-senadora e os “sonháticos”, como são conhecidos seus seguidores, funcionam. Sua campanha presidencial, quatro anos antes, não formou alianças fortes nos estados para não se confundir com as coalizões pragmáticas formadas pelo PT e pelo PSDB, em grande parte descaracterizadas e distintas da aliança nacional. Marina teve doze palanques nos estados, todos do PV. O mais forte deles no Rio de Janeiro, onde Fernando Gabeira disputou contra o peemedebista Sérgio Cabral e ficou em segundo lugar.

Menos critério teve Marina no recebimento de doações para a sua campanha em 2010. O maior doador foi o seu candidato a vice, o empresário Guilherme Leal, sócio da empresa de cosméticos Natura, que bancou praticamente a metade dos gastos: R\$ 11,8 milhões, do total de R\$ 25 milhões das despesas declaradas. Os outros quatro maiores doadores foram a construtora Andrade Gutierrez (R\$ 1,1 milhão), o Itaú/Unibanco (R\$ 1 milhão), o empresário Eike Batista (R\$ 500 mil) e a Ambev (R\$ 400 mil). A Bunge Fertilizantes aportou R\$ 100 mil à campanha do Partido Verde. As doações das duas últimas empresas incomodaram os marineiros. Nas discussões para a criação da Rede, o tema veio à tona e, no estatuto do partido, ficaram proibidas as doações de fabricantes de cigarros, armas, bebidas alcoólicas e agrotóxicos.

O documento é o mais restritivo entre todos os estatutos dos partidos brasileiros. A Rede exige a renúncia ao mandato no caso de desfiliação ou de mudança de partido e para parlamentares que venham

a assumir cargos no Executivo; permite apenas uma reeleição para deputados e vereadores; garante 30% das vagas aos legislativos para candidaturas independentes, desde que o interessado se enquadre na Lei da Ficha Limpa; determina que as decisões partidárias devem ser tomadas por consenso e não por voto da maioria – o que, às vezes, leva a discussões infundáveis, parte da construção do “consenso progressivo”, tese usada pelo grupo –, e estabelece um teto para doações eleitorais de pessoas físicas e de empresas. Um novo partido, com novas práticas, mas distante da realidade do PSB, para onde migraram os marineiros. Essas diferenças programáticas, consideradas importantes pelos novos filiados, se somaram a reuniões e debates pelos Estados onde as diferenças só se acentuaram. As ideias dos marineiros muitas vezes não eram levadas a sério pelos pessebistas, que faziam piadas com propostas do grupo. Nas situações de maior tensão, Marina era chamada internamente de “a maluca” no PSB, e, sem saber onde encaixar a defesa da sustentabilidade, um dos principais pilares da campanha marineira, pessebistas brincavam que jogariam vinte palavras “sustentabilidade” para cima e onde caíssem no programa de governo estava bom.

Nunca foi estilo da ex-senadora bater boca ou fazer ataques mais diretos, mas, no auge dos problemas detectados nos estados, Marina pediu, em entrevista ao repórter Sérgio Roxo, de *O Globo*, publicada em 12 de junho de 2014, o esforço do PSB para ter uma nova postura, mais programática e menos pragmática:

“A tentativa que estamos fazendo é termos um projeto político que possa dialogar para melhorar a qualidade da política. É uma tentativa de atualização, que se expressa por aliança programática e não pragmática, e governabilidade com base na execução de um programa, e não na distribuição de cargos. O que estamos fazendo é um esforço para termos uma nova postura. Espero que isso possa ser compreendido. Nesse momento há dificuldade de ser compreendido até por algumas pessoas dentro do nosso próprio campo político”.

Marina Silva definiu a aliança que fechou com Eduardo como o “casamento da tapioca com o açaí”. Uma combinação exótica e que comprovou, na prática dos acordos eleitorais, duas visões distintas de fazer política, algumas vezes incompatíveis.

Apesar da série de problemas políticos e divergências ideológicas entre os dois grupos, Marina e Eduardo tinham uma história de militância juntos, desde o fim dos anos 1980. Ambos atuavam juntos na Frente Popular, criada em 1989 pelo PT, PSB e PCdoB em apoio à primeira candidatura de Lula à Presidência. Depois, ambos se elegeram para os primeiros mandatos no Congresso Nacional, em 1994. Nesse ano, Marina, aos 36 anos, saltou de deputada estadual no Acre para senadora; Eduardo, que também era deputado estadual em Pernambuco, se elegeu para seu primeiro mandato de deputado federal. No entanto, assumiu e logo se licenciou para trabalhar como secretário estadual da Fazenda no governo de seu avô, Miguel Arraes. Quatro anos mais tarde, de volta à Câmara dos Deputados com votação recorde em Pernambuco, Eduardo e Marina estreitaram convivência e ideias atuando na oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Trabalharam juntos na campanha de 2002, que elegeu Lula presidente. Eduardo conquistou o terceiro mandato de deputado federal e Marina se reelegeu ao Senado. Entre 2004 e 2005, Eduardo foi ministro da Ciência e Tecnologia do governo Lula. Marina já tinha uma vaga na Esplanada, como ministra do Meio Ambiente. Após a união PSB-Rede, quando os marineiros se queixavam com Marina de diferenças programáticas e alianças fechadas pelo grupo de Eduardo, muito distantes do idealizado, a ex-senadora buscava tranquilizá-los, dizendo que confiava no companheiro de longa caminhada.

Mesmo com os anos de convivência política no campo da esquerda, a relação entre Marina e Eduardo se estreitou desde a decisão de se filiar ao PSB, em outubro de 2013. Os dois passaram a viajar juntos desde então, a dividir eventos de campanha e compromissos familiares. As famílias se aproximaram. A morte do companheiro de chapa deixou Marina absolutamente atordoada e abatida. No dia seguinte à

tragédia que vitimou Eduardo, Mayara, uma das filhas de Marina, publicou uma foto em que aparecem ela de braço dado com sua mãe, e Eduardo de mãos dadas com o filho João Henrique, e um texto de despedida em seu perfil numa rede social:

“Naquela sala de um apartamento dentro da cidade de São Paulo, cheia de gente, estava acontecendo história. Eu estava ali como uma mera espectadora e já sentia que estava por vir algo grande pela frente. Minha mãe começa a falar em tom de conversa informal. No meio dos dois vejo ela dizer que a razão desse compromisso não era por eles, nem pela equipe ou por quem quer que seja. O compromisso estava projetado na figura dos filhos. Era para com a geração futura do Brasil, dos jovens e do povo brasileiro tão alegre, diverso e colorido, que eles se uniam. Neste momento, olho para o lado e lágrimas escorrem pelos olhos de Eduardo. O peso nas costas dele, neste ano, era maior. Ele não só fazia pelos 5 filhos que deixou, mas sim por todos os outros filhos de tantas Marias e Joões do nosso país. Hoje, o clima é péssimo. É tão destruidor o sentimento que eu e minha família sentimos que, ao imaginar a dor da família do Eduardo, me assusto. O Brasil perdeu um grande político, uma pessoa de caráter e compromissos admiráveis.

A PREDESTINADA

Marina é uma mulher de fala mansa. É difícil vê-la perdendo a calma. As diferenças com o PSB e, anteriormente, com outros membros do governo Lula, no qual foi ministra do Meio Ambiente por cinco anos – em todo o primeiro mandato e em parte do segundo –, sempre foram resolvidas em volume baixo. Isso se deve, em parte, por ser uma figura frágil. Marina sobreviveu a três hepatites, a cinco malárias e a uma leishmaniose. Desenvolveu alergia a vários tipos de comidas, cheiros, produtos de limpeza, cremes, cosméticos e maquiagens. A mãe, dona Maria Augusta, morreu aos 36 anos, vítima de um acidente vascular cerebral (AVC); dos dez irmãos de Marina, três morreram pequenos – Valceli, o primogênito, com três dias de vida, Deuzilene, com um pouco mais de um ano, e Rosilene, com seis meses, ambas vítimas de malária, com intervalo de oito dias entre os dois falecimentos. Dos seis irmãos que sobreviveram, há apenas um homem, Antônio Arleir. As mulheres todas têm como Maria o primeiro nome: Maria Deuzimar, Maria Lúcia, Maria Aurilene, Maria de Jesus, Maria Elizete e Maria do Socorro. Marina chama-se Maria Osmarina Silva de Souza. Foi graças à tia Matilde que ela virou Marina. Marília de Camargo Cesar conta que Matilde tinha dificuldade em pronunciar Osmarina e o fazia dizendo “Orrmarina”, com o erre bem puxado. Para simplificar, passou a chamá-la simplesmente de Marina. Só a mãe a chamou de Osmarina a vida toda.

Quem conviveu com ela no Congresso, quando foi senadora, e na Esplanada dos Ministérios, como ministra no governo Lula, tem de Marina uma imagem messiânica, pelo tom de voz, pelos cabelos presos em um coque e pelos xales, que cobrem dorso e ombros. Ela procura estimular essa percepção. Em reuniões da Rede, Marina sentava no meio de uma roda formada por seus seguidores. Pessoas ligadas a ela contam que há uma espécie de devoção à figura da ex-senadora.

Marina se sente predestinada a grandes coisas, pela origem humilde e pelo histórico de superação – como o ex-presidente Lula, que também tem uma história pessoal marcada por dificuldades. Ela se alfabetizou aos 16 anos, trabalhou no seringal quando criança, foi empregada doméstica e estudou para ser freira. “Ela é frágil fisicamente, mas tem força moral. Atua como se tivesse uma missão mitológica. Há uma mitologia em torno dela e ela incentiva isso”, analisa uma amiga da ex-ministra.

Marina tem quatro filhos: Shalon (que nasceu quando ela começou a cursar História na Universidade Federal do Acre) e Danilo, frutos do primeiro casamento, com Raimundo Gomes de Souza, que durou cinco anos; e Moara e Mayara, filhas que teve com o técnico agrícola Fábio Vaz de Lima, com quem é casada desde 1986. Vaz de Lima tem um cargo de confiança na Secretaria de Desenvolvimento Florestal, Indústria, Comércio e dos Serviços Sustentáveis do governo do Acre, administrado pelo petista Tião

Viana.

Evangélica e membro da Igreja Assembleia de Deus, Marina defende posições conservadoras. Em 2005, foi uma das maiores críticas à aprovação da Lei de Biossegurança pelo Congresso que, entre outros temas, liberava a pesquisa com células-tronco embrionárias. Três anos depois, se posicionou contrária à decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou a lei constitucional. Também é contrária ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e ao aborto. Marina deixa transparecer que não gosta de ser abordada sobre esses temas. Na campanha de 2010, mostrava irritação com os questionamentos em entrevistas e debates. Em julho daquele ano, os Estados Unidos anunciaram o começo dos testes com células-tronco em seres humanos. Quando jornalistas pediram sua opinião sobre o assunto no Recife, onde estava para um compromisso eleitoral – a visita a uma das comunidades mais violentas da capital pernambucana –, Marina perdeu a paciência:

– Não tenho uma posição favorável à pesquisa com célula-tronco embrionária, e eu já disse isso. Eu sou favorável à pesquisa com célula-tronco adulta. Por que vocês nunca se interessam pelas coisas que a gente está fazendo?

Durante a campanha, a candidata disse que sofria preconceito por ser evangélica e que as pessoas votariam para escolher o presidente e não o pastor da igreja. Em entrevista ao UOL, em 1º de junho de 2010, foi direta sobre sua contrariedade em relação ao casamento gay: “O casamento é uma instituição entre pessoas de sexos diferentes, uma instituição que foi pensada há milhares de anos para essa finalidade. Eu não tenho uma posição favorável. Isso não pode ser confundido com discriminar essas pessoas do ponto de vista de seus direitos. Elas têm o direito de defender as suas bandeiras. Democracia é isso”, respondeu.

Marina é uma mulher de posições fortes. Antes de tomar uma decisão, ela faz uma reflexão interior que pode demorar dias, semanas até, mas, quando está decidida, ninguém a segura. E suas definições causam sempre um forte impacto. Foi assim, por exemplo, quando decidiu que não queria mais se tornar freira, apesar dos anos de estudos no Convento das Servas de Maria Reparadoras; e, sobretudo, em duas outras ocasiões: ao pedir demissão do Ministério do Meio Ambiente e ao se desfiliar do PT, depois de mais de duas décadas de militância partidária. Marina pediu demissão do ministério por ser contrária a uma linha de crédito que o presidente Lula preparava e que, na opinião dela, iria beneficiar desmatadores, justamente após ter trabalhado muito para reduzir as áreas devastadas na Amazônia. Pesou também a decisão de Lula de entregar ao seu ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, a coordenação do Plano Amazônia Sustentável (PAS). A escolha desagradou Marina, que deixou o Ministério do Meio Ambiente cinco dias após a apresentação do novo programa. Na avaliação de Marina e de seus auxiliares, o natural é que o plano fosse desenvolvido por ela. Quando assumiu a coordenação do PAS, Mangabeira defendeu que só havia um caminho para acelerar o crescimento da Amazônia: conciliar preservação e defesa do meio ambiente com desenvolvimento. A decisão de Lula de não deixar nas mãos de Marina o programa foi tomada, essencialmente, para que ele fosse mais arejado e recebesse contribuições de outros ministérios, como da Agricultura, do Desenvolvimento Social, e do Desenvolvimento Agrário. Em entrevista à BBC, Mangabeira disse que recebeu a tarefa do presidente Lula com o pedido de ampliar os debates para além da questão ambiental e desconversou sobre o pedido de demissão de Marina.

– O presidente me deu essa tarefa de coordenar os programas de desenvolvimento para a Amazônia e disse que uma das razões pelas quais fez isso é que não queria que a coordenação da política para Amazônia fosse feita por um ministério especializado. É muito natural para um ministro do Meio Ambiente estar primeiramente preocupado com a preservação do meio ambiente, mesmo que enfatizando um comprometimento com o desenvolvimento. Da mesma forma que, para o ministro da Agricultura, é

natural que ele esteja primeiramente preocupado com a produção agrícola. É muito natural que esses diferentes ministros tenham diferenças de ênfase. O presidente sentiu que a coordenação de uma questão de tamanho significado para a nação não deveria ficar na mão de um ministro especializado. Essa foi a posição dele –, afirmou Mangabeira.

Em seguida, disse que não especularia sobre a saída de Marina:

– Eu não devo e não vou especular sobre as razões da renúncia. Tudo que eu posso dizer é que estou entre os muitos admiradores da ministra no Brasil. Ela é corajosa, tenaz e uma cidadã esperançosa, que dedicou a maior parte da sua vida para defender uma causa de grande importância nacional. Em segundo lugar, eu devo dizer que o compromisso fundamental do governo com o desenvolvimento sustentável na Amazônia permanece inalterado –, minimizou.

Marina pediu demissão ao presidente Lula por carta. “Esta difícil decisão, senhor presidente, decorre das dificuldades que tenho enfrentado há algum tempo para dar prosseguimento à agenda ambiental federal”, diz trecho do comunicado protocolado no Planalto. Levou algumas horas para que os auxiliares palacianos soubessem da carta demissional. O chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, entrou no gabinete com a carta nas mãos e a entregou ao presidente. Em pouco mais de uma página, Marina fez um balanço de sua atuação e nenhuma crítica pontual ao presidente, nem a políticas que se confrontavam com suas convicções. Mas sugere que a tentativa de interferência de setores do governo chocavam-se com sua intransigência em ceder diante de pressões de ministérios pela flexibilização de regras ambientais:

“Caro Presidente Lula,

Venho, por meio desta, comunicar minha decisão em caráter pessoal e irrevogável, de deixar a honrosa função de Ministra de Estado do Meio Ambiente, a mim confiada por V. Excia desde janeiro de 2003. Esta difícil decisão, Sr, Presidente, decorre das dificuldades que tenho enfrentado há algum tempo para dar prosseguimento à agenda ambiental federal. Quero agradecer a oportunidade de ter feito parte de sua equipe. Nesse período de quase cinco anos e meio esforcei-me para concretizar sua recomendação inicial de fazer da política ambiental uma política de governo, quebrando o tradicional isolamento da área.

Agradeço também o apoio decisivo, por meio de atitudes corajosas e emblemáticas, a exemplo de quando, em 2003, V. Excia chamou a si a responsabilidade sobre as ações de combate ao desmatamento na Amazônia, ao criar grupo de trabalho composto por 13 ministérios e coordenado pela Casa Civil. Esse espaço de transversalidade de governo, vital para a existência de uma verdadeira política ambiental, deu início à série de ações que apontou o rumo da mudança que o País exigia de nós, ou seja, fazer da conservação ambiental o eixo de uma agenda de desenvolvimento cuja implementação é hoje o maior desafio global.

Fizemos muito: a criação de quase 24 milhões de hectares de novas áreas de conservação federais, a definição de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade em todos os nossos biomas, a aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, do novo Programa Nacional de Florestas, do Plano Nacional de Combate à Desertificação e temos em curso o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Reestruturamos o Ministério do Meio Ambiente, com a criação da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e do Serviço Florestal Brasileiro; com melhoria salarial e realização de concursos públicos que deram estabilidade e qualidade à equipe; com a completa reestruturação das equipes de licenciamento e o aperfeiçoamento técnico e gerencial do processo. Abrimos debate amplo sobre as políticas socioambientais, por meio da revitalização e criação de espaços de controle social e das conferências nacionais de Meio Ambiente, efetivando a participação social na elaboração e implementação dos programas que executamos. Em negociações junto ao Congresso Nacional ou em decretos, estabelecemos ou encaminhamos marcos regulatórios importantes, a exemplo da Lei de Gestão de Florestas Públicas, da criação da área sob limitação administrativa provisória, da regulamentação do art. 23 da Constituição, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Contribuímos decisivamente para a aprovação da Lei da Mata Atlântica.

Em dezembro último, com a edição do Decreto que cria instrumentos poderosos para o combate ao desmatamento ilegal e com a

Resolução do Conselho Monetário Nacional, que vincula o crédito agropecuário à comprovação da regularidade ambiental e fundiária, alcançamos um patamar histórico na luta para garantir à Amazônia exploração equilibrada e sustentável. É esse nosso maior desafio. O que se fizer da Amazônia será, ousado dizer, o padrão de convivência futura da humanidade com os recursos naturais, a diversidade cultural e o desejo de crescimento. Sua importância extrapola os cuidados merecidos pela região em si, e revela potencial de gerar alternativas de reposta inovadora ao desafio de integrar as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento. Hoje, as medidas adotadas tornam claro e irreversível o caminho de fazer da política socioambiental e da economia uma única agenda, capaz de posicionar o Brasil de maneira consistente para operar as mudanças profundas que, cada vez mais, apontam o desenvolvimento sustentável como a opção inexorável de todas as nações. Durante essa trajetória, V. Excia é testemunha das crescentes resistências encontradas por nossa equipe junto a setores importantes do governo e da sociedade. Ao mesmo tempo, de outros setores tivemos parceria e solidariedade. Em muitos momentos, só conseguimos avançar devido ao seu acolhimento direto e pessoal. No entanto, as difíceis tarefas que o governo ainda tem pela frente sinalizam que é necessária a reconstrução da sustentação política para a agenda ambiental. Tenho o sentimento de estar fechando um ciclo cujos resultados foram significativos, apesar das dificuldades. Entendo que a melhor maneira de continuar contribuindo com a sociedade brasileira e o governo é buscando, no Congresso Nacional, o apoio político fundamental para a consolidação de tudo o que conseguimos construir e para a continuidade da implementação da política ambiental. Nosso trabalho à frente do MMA incorporou conquistas de gestões anteriores e procurou dar continuidade àquelas políticas que apontavam para a opção do desenvolvimento sustentável. Certamente, os próximos dirigentes farão o mesmo com a contribuição deixada por esta gestão. Deixo seu governo com a consciência tranquila e certa de, nesses anos de profícuo relacionamento, termos feito algo de relevante para o Brasil. Que Deus continue abençoando e guardando nossos caminhos.

Marina Silva”

Lula tinha respeito por Marina. Ela foi a primeira ministra anunciada por ele após sua eleição ao Palácio do Planalto, em 2002. Sua nomeação foi comemorada pelos jornais *The New York Times* e *Financial Times*. Ela passou a ser “o cartão de visitas” de Lula no exterior, quando o tema era ecologia, e muito antes de ele se consolidar no cenário internacional pela forte atuação diplomática que o Brasil teve a partir do seu segundo mandato. A demissão surtiu efeito. O financiamento que beneficiaria desmatadores não saiu do papel. Ao longo do governo, no entanto, Lula e Marina travaram algumas batalhas e aprofundaram diferenças. A primeira delas foi a liberação do plantio de soja transgênica, em 2003. Naquele ano, o governo editou duas medidas provisórias flexibilizando as regras. Uma delas em março, logo no começo da gestão Lula. Agricultores gaúchos plantaram soja transgênica ilegalmente. Próximo ao período da colheita, o governo autorizou o uso comercial daquela soja. Marina teve pouca participação nessa discussão e pouco influenciou na decisão de Lula. Seis meses depois, o tema voltou à pauta. O governo anunciaria o Plano Safra 2003/2004. O então ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, trabalhava pela inclusão do plantio dos transgênicos. Dessa vez, Marina tentou convencer Lula de que aquilo seria um retrocesso para o Brasil. Na véspera da edição de uma nova medida provisória, que liberaria o plantio somente para os agricultores que haviam estocado sementes transgênicas, Marina foi para o gabinete de Lula, onde ficou por cerca de duas horas. Auxiliares do presidente relataram, na época, que a ministra do Meio Ambiente chorou ao pedir que ele não assinasse a MP. Os sinais do Palácio eram contraditórios. O Ministério da Agricultura não tinha dúvidas sobre a decisão de Lula. Ele assinaria. Os assessores palacianos, ora diziam que a decisão pela edição da MP estava tomada, ora que ainda não havia certeza. Ao deixar a conversa com Lula, Marina saiu com a convicção de que o convencera. Dias depois, em uma reunião da coordenação política do governo, com os principais ministros, Lula afirmou que não assinaria a MP. “O presidente me disse que não vai editar uma medida provisória e que pretende esperara a votação da Lei de Biossegurança no Congresso”, declarou Marina ao sair deste encontro. Resultado: Lula viajou para os Estados Unidos e deixou a tarefa para o seu vice, José Alencar. A orientação era assinar a MP. Alencar ainda resistiu, mostrou contrariedade e tentou se esquivar, mesmo sendo marcado pelo então ministro-chefe da Casa Civil, José

Dirceu, que ficou com a tarefa de convencê-lo a resolver o assunto.

– Sobrou para o velhinho... Um pobre coitado de um presidente em exercício, lá de Minas Gerais, tem que assinar essa medida provisória –, reagiu o vice, momentos antes de assinar a MP. Segundo dois deputados que presenciaram as horas que antecederam a edição do texto, Frei Sérgio (PT-RS) e Fernando Gabeira (PV-RJ), ela foi assinada por um presidente interino constrangido.

No ano seguinte, em 2005, o Congresso Nacional votou a Lei de Biossegurança, que entre outras medidas, regulamentou a produção e comercialização dos transgênicos e a pesquisa com células-tronco embrionárias. Foi um avanço legal para o país, que vivia à margem de regras claras sobre os dois polêmicos temas. A Lei passou a estabelecer normas e mecanismos de fiscalização que regulamentam qualquer atividade que envolva organismos geneticamente modificados e seus derivados. A Lei de Biossegurança impede, por exemplo, a clonagem humana; regula o plantio e venda de produtos transgênicos; e só permite o estudo com células embrionárias se aprovado por comitês de ética em pesquisa, com autorização junto à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), ligada ao governo federal. É preciso, também, a autorização dos pais para o uso das células e elas só podem ser pesquisadas depois de congeladas há mais de três anos. Marina era contra a Lei e tentou influenciar sua votação, mas foi vencida no Congresso. Encaminhou, então, uma lista ao presidente Lula pedindo o veto a treze pontos da nova lei. Ela queria, entre outras coisas, reduzir o poder da CNTBio, impedindo seu parecer sobre os transgênicos. Nenhum veto foi acatado pela Presidência.

Em todos esses episódios, Marina ameaçou sair do governo, com maior ou menor ênfase. Os dois momentos mais críticos foram em setembro de 2004 e no começo do ano seguinte, durante as negociações entre Congresso e governo para aprovar a Lei de Biossegurança. Muito ameaçou. Nunca cumpriu. Crítica a posições e medidas tomadas pela gestão Lula, restaram as críticas criando, muitas vezes, mal-estar entre ela e outros integrantes do governo.

– Eu acho que é uma derrota do país, porque o Brasil poderia ter um modelo da co-existência (entre grãos transgênicos e grãos convencionais), como está sendo advogado em alguns países da Europa. A Lei de Biossegurança no país deveria ser coerente com os acordos internacionais que assinamos, que é a Convenção da Biodiversidade e a ratificação do Protocolo de Cartagena, que estabelece os mecanismos da precaução em relação aos organismos geneticamente modificados –, afirmou. Uma das ideias da ministra era a rotulagem de alimentos produzidos a partir de sementes transgênicas. Mas esse debate não foi levado adiante. E Marina permaneceu no cargo, mesmo contrariada ideologicamente pela dinâmica do governo petista, que a cada dia, na prática do poder e das negociações, se distanciava dos ideais programáticos dos anos 1980 e 1990.

Três anos depois de ser aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula, a Lei da Biossegurança foi alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade do então procurador-geral da República, Cláudio Fonteles. Ele alegou que a legislação feria os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e do direito à vida. A ação foi julgada em maio de 2008 pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, levando centenas de pessoas contrárias e favoráveis às pesquisas para a frente do Tribunal. Por seis votos a favor e cinco contra, o STF liberou os estudos com células-tronco embrionárias sem nenhuma restrição, como previsto na Lei.

Passada a tensão dos transgênicos, surgiu um novo embate. Agora com a então ministra de Minas e Energia e, posteriormente, ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. O problema no Ministério do Meio Ambiente passou a ser as obras de infraestrutura e a pressa do governo em resolver demandas de décadas, atropelando a burocracia estatal. As divergências começaram imediatamente à posse de Lula, mas se acentuaram com o lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), em 2007, e com as grandes obras anunciadas por ele, casos da Transposição do São Francisco e das usinas

hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, no rio Madeira (RO), principal afluente do rio Amazonas. Lula e Dilma cobravam de Marina agilidade na liberação dos licenciamentos ambientais das obras. A ministra do Meio Ambiente não concordava com a pressa e queria estudos de impacto das obras. Levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) apontavam que a construção das duas hidrelétricas, Santo Antônio e Jirau, poderiam levar à extinção de 463 espécies de peixes do rio Madeira. O represamento do rio, mostrou também o estudo, poderia potencializar a contaminação dos peixes e de outras espécies por mercúrio. O documento bastou para Marina segurar o licenciamento. Lula tinha posição radicalmente contrária e fez críticas às atuações de Marina e do Ibama, mas nunca a atacou diretamente. As declarações variavam entre piadas e considerações mais sérias.

– Agora não pode (fazer a obra) por causa do bagre, jogaram o bagre no colo do presidente –, discursava.

– Tudo isso por um bagrinho! –, repetia em entrevistas, discursos e conversas com ministros e assessores. Ao inaugurar uma usina hidrelétrica às margens do rio Araguari (MG), em junho de 2007, Lula disse que, sem aquelas obras, a médio prazo, o país poderia enfrentar escassez de energia.

– Ou nós fazemos as hidrelétricas que temos de fazer, vencendo todos os obstáculos, ou vamos entrar na era da energia nuclear. Então nós não temos escolha, meus caros empresários. Ou nós fazemos o que tem que ser feito [...] E aí nós temos que conversar com o Ministério Público, com as entidades de meio ambiente, com as ONGs, com os tribunais de contas, aproveitar que o Papa está vindo aqui e conversar com o Papa, porque o Brasil não pode parar por falta de energia –, argumentou. Dias antes dessas declarações de Lula, Marina havia feito oposição à retomada das obras da usina nuclear Angra 3 e defendeu que o governo agilizasse as termelétricas de geração de energia solar e eólica.

– Temos fontes renováveis de energia suficientes, temos um potencial de hidroeletricidade, energia solar, eólica, biomassa, que oferecem condições para se resolver os problemas do Brasil, justificou a ministra. Lula respondeu dizendo que não tinha a menor condição de priorizá-las: – Não é possível tocar o país com energia solar e eólica –, o presidente retrucou.

Nas obras de duplicação da BR-101, um trecho no Rio Grande do Sul foi paralisado pelo Ibama por causa de uma espécie rara de perereca que habitava a região. Lula perdeu a paciência e sugeriu “um monumento à perereca”.

– Se ela é tão importante, deve ter um monumento com a placa –, disse em tom de ironia, numa das vitorias à obra.

Um ano depois da saída de Marina do Ministério do Meio Ambiente, Lula ainda fazia piadas sobre a paralisação das usinas do rio Madeira país afora, tratando como “desconhecimento” as decisões de sua ex-ministra na demora para conceder os licenciamentos. Num evento de vitoria de obras do PAC no Paraná, em julho de 2009 – um ano e dois meses após a demissão de Marina – Lula expôs publicamente conversas que havia tido com sua ministra nos embates para a aceleração das obras das usinas:

– Disseram que a gente não podia fazer as hidrelétricas por causa dos bagres. Eu perguntei: que bagres? Não conheciam o nome de nenhum. Eu perguntei, é o mandi-chorão que você está falando? É o bagre-africano? É o Pintado? É a Pirarara? É o Cachara? Na verdade, era uma coisa muito teórica. Vocês não queiram imaginar a briga, não queiram imaginar o que nós perdemos de meses discutindo os grãos de areia que estavam no fundo do rio. Foi preciso contratar o melhor professor do mundo nessa matéria, que era um indiano que veio dos Estados Unidos. Ele me entregou um pote de areia do fundo do mar para mostrar como a areia corria –, discursou o presidente.

O professor a que Lula se referia era o paquistanês Sultan Alam (especialista em sedimentação e reservatórios de hidrelétricas). Ele foi contratado pelo Ministério de Minas e Energia, comandado

naquela época por Silas Rondeau, e o trabalho acompanhado à distância por Dilma, desde 2006 na Casa Civil. O parecer de Alam mostrou um impacto menor do que o esperado pelo grupo de Marina na construção das usinas de Santo Antonio e de Jirau. O relatório do especialista foi ignorado de alguma forma pelo Ministério do Meio Ambiente. Mas em uma audiência pública na Câmara dos Deputados, o chefe de gabinete de Marina e presidente interino do Ibama, Bazileu Margarido, foi confrontado pelos deputados, que queriam saber por qual motivo o relatório do especialista foi ignorado nos pareceres técnicos que negavam viabilidade às usinas. Margarido explicou que apenas recentemente uma cópia traduzida havia sido entregue ao Ibama e ao ministério, e que, a partir daquele momento, as sugestões de Alam passariam a ser consideradas. Mas não foram. O Ibama levantou dúvidas sobre as opiniões do especialista e sugeriu que a ministra Dilma não deu importância às sugestões de mudanças nos rumos das obras.

Marina e Dilma passaram a se detestar. Dilma acusava Marina de atrapalhar o desenvolvimento do país e de dar guarida a ecologistas xiitas. Marina acusava Dilma de tocar obras à revelia de sérios danos que poderiam ser causados ao meio ambiente.

Quando Dilma ainda estava no Ministério de Minas e Energia, entre 2003 e 2004, apresentou a Lula um plano de reforma e construção de 24 usinas hidrelétricas. Recebeu o aval do gabinete presidencial, mas viu seu plano ser paralisado com embargos de órgãos de fiscalização ligados ao Ministério do Meio Ambiente. Dilma e Marina pararam de se falar. Quando se falavam, trocavam insultos. Foi preciso que o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, fizesse uma espécie de intervenção: nomeou um grupo de mediadores para os conflitos entre os dois ministérios. Os mediadores analisavam os projetos e os embargos e decidiam quem tinha razão. Logo após a criação do grupo, as duas se mostraram, ao menos em público, mais calmas. “A criação desse grupo é fantástica porque leva para o coração do governo a questão ambiental”, reagiu Marina. “É um sinal de amadurecimento”, completou Dilma.

Marina repetia, em entrevistas e audiências públicas no Congresso para explicar as obras do PAC, que não tinha problemas com Dilma. Tratava do assunto como “especulação” e “falso dilema”.

– A discussão entre conservação do meio ambiente e desenvolvimento para mim é um falso dilema. Ainda que na prática tenha que ser superada, não é possível advogar pelo desenvolvimento sem promover a conservação ambiental. As duas questões fazem parte da mesma equação –, repetia, sempre que questionada sobre as divergências. Dentro do governo, no entanto, criou-se um ambiente ruim para Marina. Ministros e auxiliares presidenciais diziam que ela era uma referência mundial na área, mas que não tinha traquejo para comandar a pasta. Tinha dificuldades em entender a máquina do governo e sofria muitas críticas por escolher como principais assessores militantes de organizações não governamentais muito radicais, que viviam em atrito permanente com os demais ministérios.

DE MALAS PRONTAS

Marina perdeu a queda de braço no Planalto. Retomou seu mandato no Senado nos primeiros dias de junho de 2008, logo depois de entregar o cargo ao presidente Lula. Foi então que começou a amadurecer outra decisão: deixar o Partido dos Trabalhadores. Ao reassumir como senadora, Marina foi para a tribuna discursar e destilar críticas ao governo do qual fez parte por cinco anos.

– A política ambiental deveria ser o termo de referência de uma política de governo e deveria ser transversal. Não deveria ser o Ministério do Meio Ambiente correndo atrás do prejuízo causado pela área de agricultura, de infraestrutura, de logística, de energia, do que fosse. Os projetos de desenvolvimento deveriam ser plasmados em critérios de sustentabilidade. [...] Descobri que a melhor

forma de ajudar os governos não é simplesmente fazendo política de governo, mas fazendo política de país. [...] Quem aqui dos senhores não acompanhou o debate sobre importantes empreendimentos como o Madeira, o São Francisco, a BR-163? [...] A hidrelétrica do complexo do Madeira jamais teria sido licenciada se não tivéssemos resolvido os problemas do mercúrio, dos sedimentos, das malárias e dos bagres, que alguns ridicularizavam, dizendo que estávamos preocupados com os bagres em lugar de nos preocuparmos com a energia. [...] Volto para esta Casa não com tristeza, mas com alegria de saber que aqui será um outro endereço para a mesma frente de batalha –, discursou.

Era o prenúncio do fim de uma história de mais de duas décadas de militância no PT. Um ano e três meses após deixar o cargo de ministra, Marina resolveu sair do partido, argumentando que estava em desacordo com a linha desenvolvimentista adotada e por falta de condições políticas. Dilma seria a candidata à sucessão de Lula, o que inviabilizava a sua permanência. A carta de desfiliação foi entregue ao presidente do PT em 2009, Ricardo Berzoini, que tentou convencê-la a não deixar o partido.

Marina e Berzoini conversaram por quase seis horas, reunião em que ele sugeriu que ela ficasse e disputasse uma prévia contra a pré-candidata Dilma para definir a sucessora de Lula. Marina respondeu a Berzoini que, se aceitasse, lutaria contra a máquina petista, que apoiaria obviamente a indicação de Lula, e perderia. Berzoini argumentou que ela teria apoios e manteria um capital político importante no PT. A conversa foi em vão. Marina se despediu e entregou a carta de desfiliação ao dirigente:

Hoje lhe comunico minha decisão de deixar o Partido dos Trabalhadores. É uma decisão que exigiu de mim coragem para sair daquela que foi até agora a minha casa política e pela qual tenho tanto respeito, mas estou certa de que o faço numa inflexão necessária à coerência com o que acredito ser necessário alcançar como novo patamar de conquistas para os brasileiros e para a humanidade. [...]

Tenho a firme convicção de que essa decisão vai ao encontro do pensamento de milhares de pessoas no Brasil e no mundo, que há muitas décadas apontam objetivamente os equívocos da concepção do desenvolvimento centrada no crescimento material a qualquer custo, com ganhos exacerbados para poucos e resultados perversos para a maioria, ao custo, principalmente para os mais pobres, da destruição de recursos naturais e da qualidade de vida. Tive a honra de ser ministra do Meio Ambiente do governo Lula e participei de importantes conquistas [...] Entendo, porém, que faltaram condições políticas para avançar no campo da visão estratégica, ou seja, de fazer a questão ambiental alojar-se no coração do governo e do conjunto das políticas públicas. [...] Não fiz nenhum movimento para que outros me acompanhassem na saída do PT, respeitando o espaço de exercício da cidadania política de cada militante. Não estou negando os imprescindíveis frutos das searas já plantadas, estou apenas me dispondo a continuar as sementeiras em outras searas.

Desfilhada do PT, Marina foi tentar a vida no PV, que lhe cedeu espaço para que se tornasse candidata à Presidência, em 2010. Não foi uma decisão fácil. No livro *Marina, a vida por uma causa*, a autora Marília de Camargo Cesar conta que Marina despertou de madrugada e começou a chorar durante duas ou três horas no quarto do hotel antes de participar do evento de assinatura de sua ficha de filiação ao novo partido, em 30 de agosto de 2009.

O PV é comandado pelo deputado federal José Luiz de França Penna desde 1999. Se Marina criticava sua ex-legenda pelo domínio de um grupo, no PV ela percebeu que democracia é uma palavra para o exterior, não para dentro da sigla.

Derrotada na eleição presidencial de 2010, mas dona de um capital político que só fazia crescer, Marina também não ficou no PV. Ela e seu grupo acusavam Penna de não ser democrático e de fazer alianças com partidos que, para ela, significavam a antítese de tudo em que ela acreditava. Na carta em que justifica sua desfiliação, em 7 de julho de 2011, nove meses depois das eleições, Marina diz que as “resistências internas, que durante a campanha eram veladas e pontuais, expressaram-se claramente na sua totalidade. A direção do partido, em sua maioria, disse não à democratização de suas estruturas institucionais, ao diálogo com a sociedade e a um projeto autônomo de construção partidária”. O casamento com o PV durou pouco menos de dois anos.

Considerando-se incompreendida, Marina acreditou que era chegada a hora de ter um partido para chamar de seu e, com isso, fazer tudo do jeito que ela julgasse melhor. Por isso lançou a Rede Sustentabilidade, projeto que teve de ser adiado, deixando-a numa situação curiosa: filiada a outra sigla, mas comandando um grupo paralelo dentro do PSB, que passou a ser uma espécie de “barriga de aluguel” enquanto a própria Rede não nasce.

Sem mandato e no primeiro ano de governo Dilma, em 2011, Marina se envolveu em uma nova polêmica. O Congresso Nacional discutia a votação do novo Código Florestal. O texto modificava áreas de terras em que passaria a ser permitido o desmatamento, regulamentava o plantio nas margens de rios e nos topos de morros, definia melhor as áreas de preservação permanente, determinava a manutenção de mata nativa em uma parcela das propriedades rurais (as reservas legais), criava critérios de reflorestamento, punia os que desmatassem fora dos padrões estabelecidos, anistiava multas aplicadas a produtores rurais por terem desmatado, entre outras medidas. O Código Florestal em vigência no Brasil ainda era da década de 1960 e estava defasado. Foi uma das votações mais tumultuadas e polêmicas da história recente do Congresso.

O relator da nova legislação ambiental era o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Depois de meses de negociação entre ruralistas e ambientalistas, enfim o texto seria votado na madrugada do dia 12 de maio de 2011, por acordo entre os líderes de todos os partidos na Câmara. Assim que a votação se iniciou, Aldo foi acusado pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP) de fazer alterações no relatório sem comunicar os demais partidos. Marina, que estava acompanhando a sessão, postou imediatamente em sua conta no Twitter: “Estou no plenário da Câmara. Aldo Rebelo apresentou um novo texto, com novas pegadinhas, minutos antes da votação. Como pode ser votado?!”. Irritado com a insinuação de que havia fraudado o relatório, Aldo Rebelo pediu a palavra. No microfone, em meio a uma sessão lotada e tumultuada, disse:

– Vi mais uma vez a leviandade da ex-senadora Marina Silva. A ex-senadora Marina Silva postou no seu Twitter que eu fraudei o texto e ela não tem o direito de fazer isso. É uma leviandade, uma irresponsabilidade. Quem fraudou contrabando de madeira foi o marido de Marina Silva, defendido por mim nesta Casa, naquela época. O marido de Marina Silva, quando eu fui líder do governo nesta Casa, evitei o depoimento do marido de dona Marina –, disparou.

Aldo Rebelo se referia a reportagens publicadas no ano anterior sobre o suposto envolvimento do marido de Marina, Fábio Vaz de Lima, em fraudes no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama). Ela teria pedido a Aldo para evitar que Fábio fosse convocado a dar explicações no Congresso sobre o assunto.

Procurada pelos jornalistas após a declaração de Aldo Rebelo, Marina negou eventuais fraudes e o acusou de calúnia:

– De cabeça erguida, com a consciência tranquila, diante de Deus e dos homens, não vamos permitir que isso seja uma cortina de fumaça para sair do debate que interessa, que são os retrocessos promovidos na legislação ambiental brasileira. Eu estou tranquila. Essas afirmações não irão me intimidar. Sempre haverá oportunidade para o deputado reconsiderar o que ele disse. As calúnias que foram feitas ao meu marido vieram de segmentos que me faziam oposição quando eu era ministra.

Horas depois, Marina convocou uma coletiva para esclarecer as acusações. Disse que as suspeitas levantadas contra seu marido foram feitas na época em que ela era ministra do Meio Ambiente, em represália ao endurecimento das ações do seu ministério contra irregularidades ambientais:

– Eu não tenho receio. Em relação às pessoas que conhecem a mim e a meu marido, elas sabem que essas acusações são falsas, levianas. Ocorreram na época em que eu estava no Ministério do Meio Ambiente, quando se iniciou o processo de investigações com o Ibama e a Polícia Federal –, disse a ex-ministra. Segundo Marina, na época, as ações teriam levado mais de setecentas pessoas à prisão e

aplicado mais de R\$ 4 bilhões em multas.

O suposto envolvimento de Fábio surgiu a partir de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) pela doação de madeira clandestina a uma ONG. Eram seis mil toras de mogno, uma carga avaliada em R\$ 36 milhões, apreendida pelo Ibama. O Instituto, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, comandado por Marina, repassou a madeira à ONG Fase que, por sua vez, vendeu a carga a uma madeireira. A empresa teria pago R\$ 3,5 milhões à ONG e faturado cerca de R\$ 8 milhões. Fábio foi ligado ao caso por ser, na época, um dos coordenadores do Grupo de Trabalho Amazônico e integrante da ONG Fase.

O ministro relator do processo no TCU, Humberto Guimarães Solto, questionou a prática da doação do material apreendido:

– A doação promovida por ente público não pode ser realizada sem a devida observância dos princípios da isonomia, impessoalidade e publicidade. No caso sob exame, falhou-se nesse aspecto. A atual administração do Ibama efetuou a “doação com encargos” de 6 mil toras de mogno apreendido à Fase, inaugurando assim uma nova maneira de “esquentar” produto de origem ilegal, e mais, atuando como agente incentivador da exploração predatória dessa espécie, pois, agora, basta “explorar” que o Ibama “apreende e doa” para “entidade filantrópica” que “vende” para empresa que “comercializa e explora” o mogno –, apontou o relatório.

Na ocasião, os ministros do tribunal aprovaram um documento que listou uma série de recomendações ao Ibama para evitar que os recursos fossem usados de forma inadequada pela ONG. Eles também alertaram para a necessidade de aumentar o rigor sobre os critérios de doação de cargas apreendidas.

Marina informou que toda a doação da madeira à Fase, por iniciativa do Ibama, teve acompanhamento do Ministério Público Federal, que não detectou nenhum tipo de irregularidade. Respondeu, também, que o marido já havia se desligado do Grupo de Trabalho Amazônico cinco anos antes do episódio.

A doação da carga milionária, no entanto, chegou ao Congresso Nacional. Na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o deputado Luís Carlos Hauly (PSDB-PR), ligado ao agronegócio, apresentou um requerimento para convidar Fábio Vaz de Lima e dirigentes do Ibama a esclarecer os critérios estabelecidos pelo Ibama para firmar convênios com as entidades. O requerimento não tratava diretamente das seis mil toras de madeira, mas os parlamentares de oposição ao governo Lula estavam prontos para confrontar Fábio com a questão.

Foi então que Aldo Rebelo teria sido procurado por Marina, como denunciou anos depois, na tribuna da Câmara. Ministro da Articulação Política, teria recebido pedido da então ministra para conversar com deputados da base aliada a fim de blindarem seu marido. O requerimento para que Fábio comparecesse à Câmara acabou sendo rejeitado. Marina não gostou das notícias geradas a partir das declarações de Aldo Rebelo, envolvendo seu marido em denúncia de fraude e corrupção. Passou a divulgar em seu site uma nota com explicações sobre o caso. A nota elaborada pela assessoria de Marina diz o seguinte:

“Diferentemente da versão divulgada por Aldo Rebelo, Vaz de Lima nunca participou do processo de doação de madeira pelo Ibama à Fase, uma das 430 entidades que constituem o Grupo de Trabalho Amazônico. Vaz de Lima deixou a direção deste grupo em 1999. A doação de madeira citada na denúncia ocorreu em 2003. Além disso, todo o processo de doação pelo Ibama foi acompanhado pelo Ministério Público Federal no Pará. Em reação à denúncia caluniosa de Aldo Rebelo, a ex-senadora e seu marido entraram com representação no Ministério Público Federal em 16 de maio de 2011 para que fossem investigadas as acusações. Depois de analisar os documentos, o então procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, determinou o arquivamento do caso, em 23 de julho de 2013. Em sua decisão, Gurgel afirmou: ‘após detida análise da representação e dos diversos documentos que a instruíram, não vejo fato delituoso a ser investigado’. O procurador-geral foi taxativo sobre as acusações contra Fábio Vaz de Lima: ‘Não há um único elemento que confira votos de verossimilhança aos fatos noticiados na imprensa’”.

A DOR DO NASCIMENTO DE UMA CANDIDATURA

Tragédia não escolhe hora, menos ainda momento político. Marina havia acompanhado Eduardo Campos ao Rio de Janeiro, onde ele participaria de uma entrevista de 15 minutos ao *Jornal Nacional*. Patinando em terceiro lugar nas pesquisas eleitorais, e desconhecido do grande público, Eduardo via uma oportunidade de ouro de começar a se tornar mais popular. Experiente, sabia também que qualquer deslizaria poderia lhe arranhar seriamente a imagem antes mesmo de ele aparecer na propaganda eleitoral de rádio e TV, que começaria uma semana depois. No dia anterior, William Bonner e Patrícia Poeta haviam entrevistado Aécio Neves, do PSDB, e, pelo tom das questões dirigidas ao tucano, Eduardo sabia que não podia esperar perguntas fáceis dos apresentadores. Estava preparado para responder sobre suas alianças locais com políticos considerados ultrapassados, como o deputado Inocêncio Oliveira (PR) e o ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti (PP), e sobre alegações capazes de justificar a contratação de parentes na sua gestão.

Depois da bateria de perguntas, o candidato do PSB parecia mais tranquilo. A sua avaliação e a de seus assessores era que ele havia se saído bem. Marina achava o mesmo. Saíram confiantes dos estúdios da Rede Globo, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. No dia seguinte, Eduardo tomou um jatinho para ir ao Guarujá, em São Paulo, onde participaria de um evento ao lado de Márcio França, candidato a vice-governador na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB), que não contava com o apoio de Marina. A ex-senadora resolveu viajar direto para a cidade de São Paulo, num voo de carreira, onde gravaria o programa eleitoral. O destino, mais uma vez, agiu como um chefe de estação que altera o caminho por onde o trem vai passar.

Ainda no jatinho, Eduardo telefonou para a esposa, Renata, que estava embarcando para o Recife, levando consigo o pequeno Miguel, de sete meses, filho caçula do casal. Renata era a sombra de Eduardo e, ao mesmo tempo, uma espécie de rochedo onde ele sempre se apoiava para decidir que rumo tomar. Eduardo brincou com a mulher, lembrando que ela estampava uma reportagem da jornalista Júnia Gama, do jornal *O Globo*, sobre as duas primeiras-damas da campanha – a outra era Letícia Weber, esposa de Aécio Neves (PSDB). Renata pediu para o marido lhe enviar uma cópia do texto e desligou o celular. Foi o último contato entre os dois.

Pouco antes das 10h, os pilotos Geraldo Magela Barbosa da Cunha e Marcos Martins manobram para aterrissar na base aérea do Guarujá, litoral sul de São Paulo, mas avisaram por rádio que iriam arremeter. Minutos depois, uma explosão no bairro do Boqueirão, em Santos, município vizinho, assustou os moradores. Naquele instante, ninguém podia imaginar que o sonho de Eduardo Henrique Accioly Campos, 49 anos recém-completados, terminava em tragédia. E que Marina Silva, mais uma vez, escapara da morte para seguir outros desígnios.

Um clima de perplexidade, misturado a uma tênue esperança de que tudo não passasse de um mal-entendido, tomou conta de familiares, políticos, assessores e jornalistas quando as primeiras informações de que a aeronave que havia se acidentado em Santos levava o candidato do PSB à Presidência, juntamente com os assessores Carlos Augusto Leal Filho (Percol) e Pedro Valadares Neto, o fotógrafo Alexandre Severo da Silva e o cinegrafista Marcelo Lira, além dos dois pilotos. A mãe de Eduardo, a ministra Ana Arraes, participava da solenidade de posse do ministro Bruno Dantas no Tribunal de Contas da União (TCU) quando a fatídica notícia lhe chegou. Marina soube da tragédia depois de desembarcar em São Paulo. Fechou-se em si e foi para sua casa orar e chorar. E tentar entender as provações que Deus dá.

A política tem seu tempo próprio e, muitas vezes, é desrespeitosa com sentimentos alheios. A morte de

Eduardo ocorreu no meio de uma campanha para a Presidência da República, uma fatalidade sem precedentes na história brasileira. Menos de uma semana após o acidente estava programado o início da propaganda eleitoral de rádio e TV. A Justiça Eleitoral dá um prazo de dez dias corridos para que a coligação defina quem vai substituir o candidato. Mais uma vez, em menos de um ano, Marina se via premiada pela burocracia do tempo. Naquele instante, sinceramente abalada com a morte do companheiro de chapa, a quem, a despeito das diferenças pragmáticas na condução da campanha, aprendera a gostar como a um irmão, Marina Silva talvez não tenha se dado conta de que a possibilidade de chegar à Presidência se apresentava mais cedo do que ela esperava, mas não da forma como ela queria.

Assumir o lugar de Eduardo Campos não era tarefa fácil. Marina era quase uma alienígena dentro do PSB. Quem a bancava expressamente era o próprio Eduardo. Grande parte dos pessebistas enxergavam nela uma intrusa. Abalada, ela se recolheu em silêncio. O que não significava que os poucos apoiadores que tinha no partido não começassem a agir para lhe garantir a titularidade na candidatura. O PSB também não queria passar à opinião pública uma imagem de que estava mais interessado no xadrez político do que no respeito aos sentimentos dos familiares e amigos de Eduardo. Mesmo assim, os lances se desenrolavam, num jogo sussurrado, quase mudo. A viúva de Eduardo, Renata, e o irmão dele, Antônio, sabiam que Marina podia enfrentar dificuldades para fazer prevalecer o nome dela dentro do PSB. E, mesmo ainda chorando a dor da perda, ambos externaram a preferência da família por ela.

A amigos e familiares, Renata disse que este seria o desejo do marido. Antônio divulgou uma nota no dia seguinte à tragédia, na mesma linha: “Externo a minha posição pessoal de que Marina Silva deve encabeçar a chapa presidencial da coligação Unidos Pelo Brasil [...] Tenho convicção de que essa seria a vontade de Eduardo”. Em entrevista ao jornal *O Globo*, Antônio reforçou sua posição e negou qualquer possibilidade ou pretensão em concorrer no lugar do irmão a vice-presidente da República.

– Pela escolha de Eduardo quando fez a aliança, na ausência dele, Marina assumiria a Presidência. Vamos colocar no debate o nome de um vice –, declarou.

Antônio é escritor e advogado, e sempre teve atuação política discreta. Em um momento difícil e de constrangimento geral para colocar em pauta o tema da sucessão, Antônio trouxe luz ao assunto. Defendeu que, como Marina representava a Rede, o vice deveria ser do PSB, preferencialmente do grupo político de Eduardo. Disse que ajudaria na busca de um consenso dentro do partido e que a definição, independentemente da dor que todos sentiam naquele momento, deveria ser rápida.

O título da nota de Antônio Campos é a frase com que Eduardo encerrou sua participação no *Jornal Nacional*:

“NÃO VAMOS DESISTIR DO BRASIL”

A minha perda afetiva do único irmão é imensa, mas é grande a perda do líder Eduardo Campos, político de talento e firmeza de propósitos.

A nossa família tem mais de 60 anos de lutas políticas em defesa das causas populares e democráticas do Brasil. O meu avô, Miguel Arraes, foi preso e exilado, não se curvando à ditadura militar. Eduardo Campos continuou o seu legado com firmeza de propósitos, tendo trazido uma nova era de desenvolvimento para Pernambuco. Desde 2013 vinha fazendo o debate dos problemas e do momento de crise por que passa o Brasil, querendo fazer uma discussão elevada sobre nosso país. Faleceu em plena campanha presidencial, lutando pelos seus ideais e pelo que acreditava.

O mundo está nas mãos daqueles que têm coragem de sonhar e de correr o risco para viver os seus sonhos pessoais e coletivos. Ambos faleceram no dia 13 de agosto, e serão plantados no mesmo túmulo, no Cemitério de Santo Amaro, em Recife, túmulo simples, onde consta uma lápide com a frase do poeta Carlos Drummond: ‘tenho duas mãos e o sentimento do mundo’. Essas sementes de esperança e de resistência devem inspirar uma reflexão sobre o Brasil, nesse momento, para mudar e melhorar esse país, que enfrenta uma grave crise, sendo a principal dela a crise de valores. Não vamos cultivar as cinzas desses dois grandes líderes, mas a chama imortal dos ideais que os

motivava.

Como filiado ao PSB, membro do Diretório Nacional com direito a voto, neto mais velho vivo de Miguel Arraes, presidente do Instituto Miguel Arraes e único irmão de Eduardo, que sempre o acompanhou em sua trajetória, externo a minha posição pessoal que Marina Silva deve encabeçar a chapa presidencial da coligação Unidos Pelo Brasil liderada pelo PSB, devendo a coligação, após debate democrático, escolher o seu nome e um vice que una a coligação e some ao debate que o Brasil precisa fazer nesse difícil momento, em busca de dias melhores. Tenho convicção que essa seria a vontade de Eduardo. Agradeço, em nome da minha família enlutada, as mensagens do povo brasileiro e de outras nacionalidades.”

A posição de Antônio, associada às matérias dos jornais que buscavam avançar na apuração da nova chapa, no entanto, geraram irritação em alguns dirigentes do PSB. O vice-presidente nacional do partido, Roberto Amaral – que, com a morte de Eduardo, ascendeu à presidência –, divulgou um comunicado oficial curto, pouco tempo depois da manifestação do irmão de Eduardo. Visivelmente incomodado, afirmou que o PSB estava de luto e que as decisões relacionadas à condução do processo eleitoral seriam tomadas pela direção partidária quando julgasse oportuno. Em seguida, em entrevista ao jornal *O Globo*, Amaral desautorizou o início das articulações.

– Acho um desrespeito alguém tratar desse assunto enquanto estamos coletando os pedaços do Eduardo. Sou eu que vou abrir o processo para a nova candidatura e isso não será feito enquanto ele não for enterrado –, declarou o dirigente.

Marina evitou entrar nesse debate e polemizar, exigindo sua indicação. Teve uma conduta reta. Ela fez um único pronunciamento sobre a morte do companheiro de chapa às 17h do fatídico dia. Abalada pela perda tão surpreendente e inesperada, a ex-senadora falou por breves dois minutos:

–Primeiro, eu quero pedir a Deus que sustente a Renata, Zé, João, Duda, Pedro, o pequenino Miguel e a todos os familiares dos companheiros de Eduardo Campos. Essa é, sem sombra de dúvida, uma tragédia, uma tragédia que nos impõe luto e profunda tristeza. Eu sei que os brasileiros todos estão igualmente compartilhando com cada um de nós aqui, principalmente com a sua família, os seus amigos e conosco. Durante esses dez meses de convivência, aprendi a respeitá-lo, admirá-lo e a confiar nas suas atitudes e nos seus ideais de vida. Foram dez meses de intensa convivência e, como eu disse, começamos a fiar juntos, principalmente, a esperança de um mundo melhor, de um mundo mais justo. Eduardo estava empenhado com esses ideais até os últimos segundos de sua vida e a imagem que eu quero guardar dele foi da nossa despedida de ontem, cheio de alegria, cheio de sonhos, cheio de compromissos.

Roberto Amaral não teve outra alternativa que não fosse ceder. Naquele momento, quem poderia ir contra os desejos da família de Eduardo? Se o tempo, em outras ocasiões, foi um adversário duro com Marina, agora estava ao seu lado. Afinal, a ala contrária a ela no PSB carecia de dois elementos fundamentais dos quais não dispunha para tentar mudar o quadro: uma liderança natural – como era o caso de Eduardo – e alguém que pudesse transformar aquele momento em votos – como Marina.

O FATOR BETO ALBUQUERQUE

O vice de Marina Silva, Beto Albuquerque, era um dos pessebistas mais próximos a Eduardo Campos, a quem tratava como “irmão”, o que foi preponderante para que a família de Eduardo e o PSB o escolhessem para a vaga.

Beto é filiado ao PSB desde a redemocratização, em 1986. Estava no partido antes mesmo de Miguel Arraes, que ingressou em 1990, e de Eduardo.

Nas eleições de 2014, concorreria ao Senado pelo Rio Grande do Sul, após 16 anos como deputado federal. Herdou a vaga de Pedro Simon, numa composição com o PMDB local, para garantir um palanque a Eduardo no Sul. Depois de ter praticamente fechado um acordo com a senadora Ana Amélia Lemos (PP), que disputa o governo estadual com boas chances de vitória, Beto teve que voltar atrás por um veto de Marina.

Foi em busca do apoio do PMDB, o partido do vice-presidente Michel Temer. Os peemedebistas gaúchos sempre viveram em atrito com o PT e nunca engoliram a aliança feita nacionalmente com a presidente Dilma. Em 2010, apesar da coligação formal, grande parte apoiava o tucano José Serra. Em 2014, apesar dos esforços de Temer, novamente o partido não aceitou apoiar a reeleição da candidata petista. Esta foi inclusive uma condição para o candidato do PMDB ao governo, José Ivo Sartori, aceitar entrar na disputa: não fazer campanha com e para Dilma. Era a brecha de que Beto precisava. Construiu, de emergência, um bom palanque para Eduardo e passou a disputar o Senado com o ex-governador Olívio Dutra (PT) e o jornalista Lasier Martins (PDT), que lideravam as pesquisas de intenção de voto. Era uma disputa difícilíssima, mas Beto brincava com a situação. Quando alguém falava com desanimação da candidatura de Eduardo e da dificuldade de crescimento, respondia: “Pô, levanta a cabeça! Quero ver alguém mais ferrado do que eu aqui”.

Beto é um homem bem-humorado, de fala firme, de sotaque forte e de uma língua ferina. O deputado tinha uma ligação muito sólida com o PT. O PSB gaúcho integrou os dois governos petistas no estado e militou ao lado dos petistas desde a formação da Frente Popular (PT, PSB, PCdoB), no fim dos anos 1980. Beto foi um dos principais secretários das administrações Olívio (1999-2002) e Tarso Genro (2011-2014). Foi vice-líder do governo Lula e um dos seus mais fiéis aliados no Congresso. Em 2013, quando o projeto da candidatura própria de Eduardo começou a ser levado a cabo, Beto, presidente do PSB no estado, foi o primeiro a determinar o desembarque dos pessebistas do governo do PT no Rio Grande do Sul. Isto criou uma situação atípica, pois o vice-governador, Beto Grill, é filiado ao partido e não teria como simplesmente abandonar o cargo. O vice ficou isolado dentro do governo Tarso.

Imediatamente após o rompimento com o PT, Beto Albuquerque passou a fazer fortes críticas à presidente Dilma, com quem sempre manteve uma boa relação pessoal e política. Os dois trabalharam juntos no governo Olívio, ele como Secretário dos Transportes e Dilma como Secretária de Minas, Energia e Telecomunicações. Além disso, Beto é amigo de Carlos Araújo, ex-marido da presidente.

A atuação parlamentar de Beto guarda ao menos duas fortes divergências programáticas com Marina Silva. As pesquisas com células-tronco embrionárias e a liberação do plantio e comercialização dos transgênicos. Ele é radicalmente a favor. Ela é radicalmente contra.

Em 2005, Beto foi um dos mais empenhados negociadores da votação da Lei de Biossegurança na Câmara dos Deputados. Tratava da aprovação dos estudos com células-tronco como “questão de bom senso”. Agendou reuniões de especialistas no tema – entre eles o médico Dráuzio Varella e a geneticista Mayana Zatz, da Universidade de São Paulo – com deputados e o então presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE).

– Este projeto é decisivo para o avanço das pesquisas com células-tronco que podem ser utilizadas na cura de pessoas com diabetes, câncer ou paralisadas por lesões na medula, por exemplo. Votar contra seria ignorar que o homem possui inteligência e que ela deve ser usada para o bem da humanidade –, declarou, quando o texto foi aprovado.

A enérgica defesa da liberação de estudos com células-tronco foi o prenúncio de uma tragédia pessoal. Em 2007, seu filho Pietro foi diagnosticado com uma leucemia mieloide, um tipo raro da doença, que ataca oito a cada dez pacientes. A única chance de cura era transplantar a medula. A família recorreu a bancos de doadores nos Estados Unidos e na Europa. Naquele ano, no Brasil, eram apenas

300 mil doadores cadastrados. Todos os perfis foram confrontados. Cada pessoa tem uma chance em 100 mil de encontrar alguém compatível. Entre a busca de uma medula compatível, tratamentos e internações hospitalares foram 14 meses. Pietro morreu aos 19 anos, dias antes de completar 20. Beto transformou a morte do filho na Lei Pietro, que estabeleceu uma semana nacional de doação de medula óssea, de 14 a 21 de dezembro. O pessebista apresentou o projeto de lei assim que a doença foi diagnosticada, mas a aprovação se arrastou e só foi efetivada após a morte do jovem. A Lei, associada a campanhas do Ministério da Saúde, de ONGs e de instituições médicas, fez saltar o número de doadores para 3,1 milhões, levando o Brasil a ter o terceiro maior cadastro de doações do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da Alemanha. Pietro e Rafael, o filho mais velho, são de seu primeiro casamento. Beto casou-se posteriormente com a jornalista Daniela Miranda, com quem tem mais dois filhos, Nina e Luca.

Além das pesquisas com células-tronco, a Lei de Biossegurança também previa a liberação do plantio de sementes transgênicas. Beto trabalhou pela aprovação dessa medida no Congresso, incentivado pelo então ministro da Ciência e Tecnologia do governo Lula, Eduardo Campos. Os pessebistas, aliados ao presidente e ao chefe da Casa Civil, José Dirceu, duelavam com a então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Ainda no primeiro ano do governo Lula, em 2003, Beto foi um dos articuladores da MP 131, uma daquelas que Marina implorou para que o governo não editasse. Quando o presidente embarcou para os Estados Unidos, deixando a tarefa para José Alencar, Beto, sabendo da resistência do vice ao tema, foi para dentro do Palácio do Planalto pressioná-lo: – Mas como ele não vai assinar? E a votação amanhã? – perguntou, apreensivo, a José Dirceu.

– É o jeito dele –, respondeu o chefe da Casa Civil.

Mesmo sem ter saído ainda do Planalto, a votação da MP já tinha sido marcada na Câmara porque os produtores corriam contra o tempo para começar o plantio. Durante a votação, Beto justificou seu empenho em liberar a soja transgênica:

– A MP é uma precaução que o governo toma até sair a Lei de Biossegurança. Soja é uma questão episódica – declarou após a aprovação do texto.

Nem só de divergências foi marcada a relação entre Marina e Beto. No mesmo ano da aprovação da Lei da Biossegurança, o pessebista relatou o projeto de gestão de florestas públicas, de interesse do Ministério do Meio Ambiente, e acolheu todos os pedidos de Marina. O texto passou a prever a possibilidade de o governo oferecer planos de manejo florestal em áreas públicas já ocupadas, mas que não foram desmatadas. Outra modificação foi a especificação de que apenas associações civis brasileiras pudessem participar de processo de licitação para concessão florestal.

– Não há nenhuma alteração de conteúdo do projeto enviado à Câmara pelo Executivo ou do rumo que estamos tendo aqui. Este projeto é uma resposta dos deputados e do governo ao crescente desmatamento. Floresta tem valor quando está de pé. Esta é a primeira vez que se reconhece a vocação econômica da floresta brasileira –, declarou Beto após a aprovação do projeto. O parlamentar também foi defensor do uso de energias renováveis e não está no grupo de pessebistas que não levam a sério a sustentabilidade.

Outra diferença entre Beto e o grupo de Marina está relacionada ao financiamento das campanhas eleitorais. Em suas candidaturas a deputado, o pessebista sempre teve o apoio financeiro de empresas vetadas como doadoras pela Rede, como de armamentos, de bebidas alcoólicas e de celulose.

Ao ter sua candidatura a vice oficializada pelo PSB, na noite do dia 20 de agosto, Beto disse que assumia a tarefa com uma missão, a de preservar o legado de Eduardo e a de lutar por um país melhor.

– Vamos olhar para a frente, para o futuro, sem parar para olhar para o retrovisor. Temos que parar de viver nessa dicotomia [entre o PT e o PSDB], isso já era. Vamos dar a volta por cima e trabalhar para

não deixar pela metade o legado de Eduardo. Minha tarefa é estar ao lado desta mulher incomum e de bem, uma guerreira. Estar ao lado de Marina é uma honra –, discursou ao lado da nova candidata à Presidência pelo PSB.

A relação entre PSB e Rede vinha se deteriorando ao longo dos meses. A morte de Eduardo Campos trouxe um momento de conciliação e de tentativa de unidade. Na indicação de Beto, o recado implícito era o de que a campanha – e um eventual governo de Marina – não seriam dominados pelo grupo da ex-senadora, mas pelo PSB. Nas reuniões que antecederam o anúncio oficial da chapa, a apenas sete dias da tragédia que vitimou Eduardo, o clima voltou a ser de conflito e de discordância. Um dos mais antigos assessores e amigo de juventude de Eduardo, Carlos Siqueira, se sentiu desprestigiado por Marina e deixou a coordenação da campanha. A candidata tentou fazê-lo mudar de ideia, mas Siqueira permaneceu irredutível. Declarou que ela não representa o legado de Eduardo e que é uma “hospedeira” no partido, trazendo as discussões políticas internas de volta à realidade.

– Marina não representa o legado de Eduardo Campos, se comportou muito mal comigo e não aceito isso. Eu que não quis ficar na coordenação dela. Não aceito, não continuarei na coordenação da campanha porque meu compromisso era com Eduardo Campos. Ela não representa o legado dele, ela está muito longe de representar o legado. Eram muito diferente politicamente, ideologicamente, em todos os sentidos. Ela está numa instituição como hospedeira, que é o que ela é, e tem que respeitar a instituição e não querer mandar na instituição. Ela que vá mandar na Rede dela, não no PSB. No PSB mandamos nós –, disse, ao deixar a coordenação da campanha presidencial.

Marina creditou a saída de Siqueira ao sofrimento pela morte trágica de Eduardo Campos, de quem era muito próximo. Disse que está com a consciência tranquila e que compreende a dor que todos estão sentindo.

– Essa incompreensão que está acontecendo, atribuo à gravidade do momento, ao tensionamento. Os brasileiros todos me conhecem, sabem do profundo respeito que eu tenho pelas pessoas, ainda mais neste momento de dor, ainda mais sendo o Carlos Siqueira, que tanto nos acolheu. É um momento difícil para todos nós. Há que ter a compreensão com as sensibilidades das pessoas e essa compreensão eu tenho. Prefiro sofrer uma injustiça a praticar uma injustiça –, afirmou em resposta às declarações de Siqueira.

Dirigentes do PSB e da Rede minimizaram a saída de Siqueira e avaliam que é uma questão pontual e pessoal. O tamanho da discórdia somente poderá ser medido ao longo das eleições e, eventualmente, em um governo de Marina. Com a experiência de 28 anos de partido, a expectativa interna é a de que Beto consiga atuar como mediador dessas divergências, papel que até então era de Eduardo Campos.

Índice

[CAPA](#)

[Ficha Técnica](#)

[AGRADECIMENTOS](#)

[INTRODUÇÃO](#)

[O Lado B de Dilma](#)

[MATRIZ OU FILIAL](#)

[O RACIONAMENTO DE DILMA](#)

[NO MEIO DO CAMINHO, UM PRATO DE LENTILHAS](#)

[GÊNIO INDOMÁVEL](#)

[A MULHER DO LULA](#)

[DÉBITO OU CRÉDITO?](#)

[A DOENÇA](#)

[A CONTABILIDADE CRIATIVA](#)

[A FALTA DE DIPLOMACIA PRESIDENCIAL](#)

[MICHEL TEMER, O PRONTO-SOCORRO POLÍTICO](#)

[MARCELA, A MUSA DISCRETA](#)

[O Lado B de Aécio Neves](#)

[O HOMEM QUE QUER A CADEIRA DO AVÔ](#)

[O HERDEIRO](#)

[UMA GUIA](#)

[LUSTRADORA DE IMAGEM](#)

[FESTAS E NAMOROS](#)

[AÉCIO FAMÍLIA](#)

[VOOS DE CARREIRA](#)

[O ARTICULADOR](#)

[OBRAS CONTESTADAS](#)

[ALOYSIO NUNES FERREIRA, O VICE QUE GOSTA DE BRIGA](#)

[O Lado B de Marina Silva](#)

[MARINA SILVA](#)

[CASAMENTO EM LAS VEGAS](#)

[A PREDESTINADA](#)

[DE MALAS PRONTAS](#)

[A DOR DO NASCIMENTO DE UMA CANDIDATURA](#)

[O FATOR BETO ALBUQUERQUE](#)